tribunal
de justiça
do estado de goiás

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) – Brasil
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Goiás (Estado). Tribunal de Justiça.
G615r Relatório de Gestão do biênio 2011 - 2013. - Goiânia: TJGO, 2013.

200f.: enc.

1. Serviço público – relatório. 2. Tribunal de Justiça de Goiás - - Gestão. I. Título.

CDU: 347.995(817.3)

Disponível também para download:
http://www.tjgo.jus.br

É permitida a reprodução total ou parcial deste, com a citação da fonte.

IMPRESSO NO BRASIL
Printed in Brazil - 2013

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2011/2013

PLENÁRIO DO TJGO

Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco
Desembargador Floriano Gomes
Desembargador Ney Teles de Paula
Desembargador Leobino Valente Chaves
Desembargador Gilberto Marques Filho
Desembargador João Waldeck Félix de Sousa
Desembargadora Nelma Branco Ferreira Perilo
Desembargador Walter Carlos Lemes
Desembargador Carlos Escher
Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho
Desembargador Stenka Isaac Neto
Desembargador Zacarias Neves Coelho
Desembargador Luiz Eduardo de Sousa
Desembargador Alan Sebastião de Sena Conceição
Desembargador Leandro Crispim
Desembargador Itaney Francisco Campos
Desembargadora Amélia Netto Martins de Araújo
Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga
Desembargador Geraldo Gonçalves da Costa
Desembargador Benedito Soares de Camargo Neto
Desembargador Ivo Favaro
Desembargador Jeová Sardinha de Moraes
Desembargador Fausto Moreira Diniz
Desembargador Norival Santomé
Desembargador Carlos Alberto França
Desembargador Francisco Vildon José Valente
Desembargador Amaral Wilson de Oliveira
Desembargador José Paganucci Júnior
Desembargadora Maria das Graças Carneiro Requi
Desembargadora Avelirdes Almeida Pinheiro de Lemos
Desembargadora Elizabeth Maria da Silva
Desembargador Orloff Neves Rocha
Desembargador Gerson Santana Cintra

EQUIPE ADMINISTRATIVA 2011/2013

PRESIDENTE
Desembargador Leobino Valente Chaves

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Floriano Gomes

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA
Desembargadora Nelma Branco Ferreira Perilo

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA
Donizete Martins de Oliveira
Reinaldo Alves Ferreira
Wilson da Silva Dias

JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA
Camila Nina Erbetta Nascimento Moura
Carlos Magno Rocha da Silva
Ronnie Paes Sandre

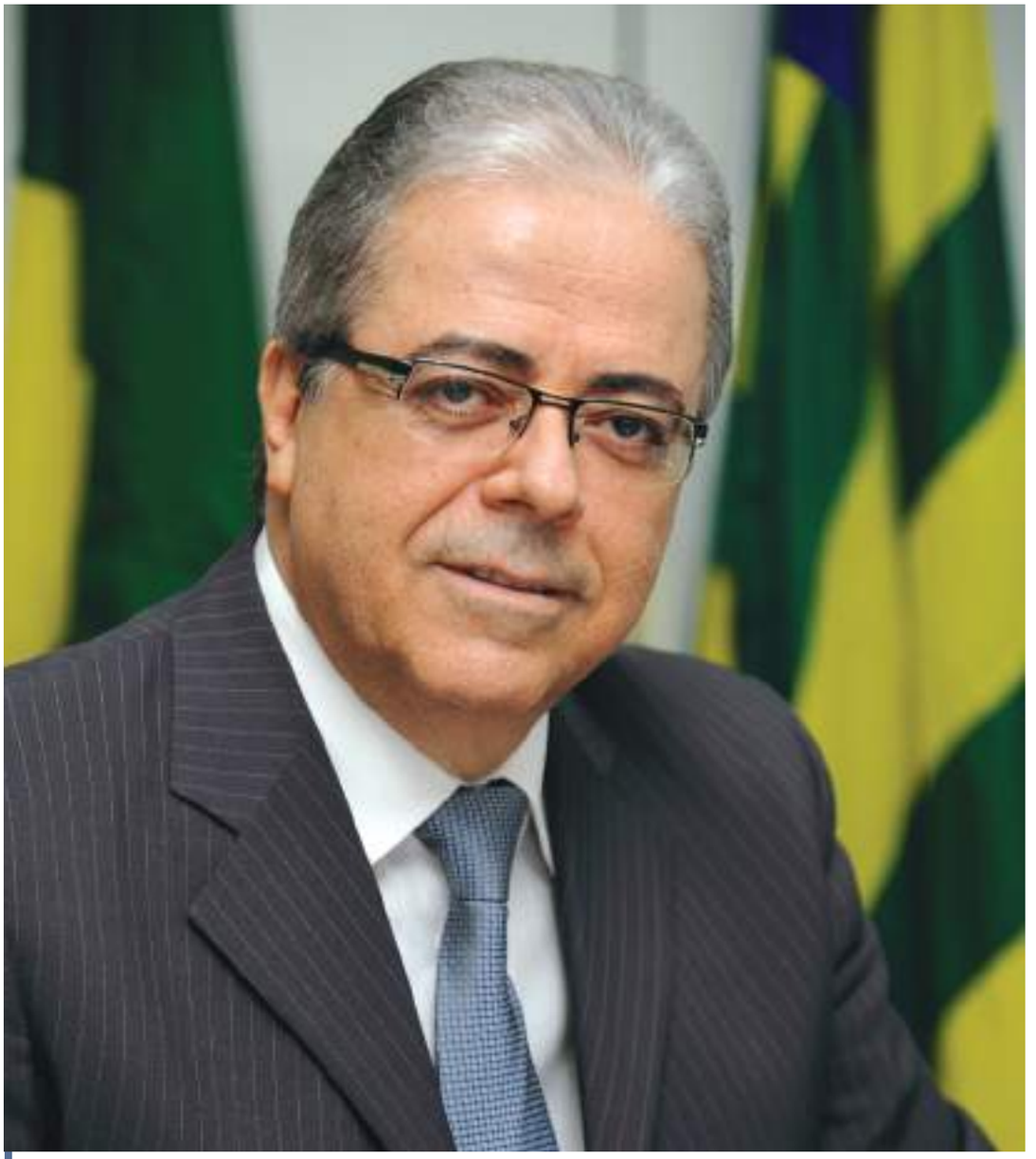
OUVIDOR–GERAL DA JUSTIÇA
Desembargador Carlos Alberto França

DIRETOR–GERAL
Stenius Lacerda Bastos

SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
Angélica Ramalho Beserra

SECRETÁRIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Vivian Borim Borges Moreira

PALAVRA DO PRESIDENTE



Desembargador Leobino Valente Chaves,
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Concluí a missão que assumi em 2012. Reafirmo o propósito de "Jamais descrer na Justiça e sempre respeitar o direito".

Como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, me deparei com desafios, os quais me impeliram a agregar valores e estabelecer novos parâmetros.

Reconheço o empenho de meus colaboradores e o apoio de meus pares. Isto fez o diferencial para alcançarmos êxito em vários projetos e metas. As proposições da competência, comprometimento e confiabilidade foram pela equipe assimiladas. Seu efeito foi a solução de boa parte dos vários problemas; a tomada de decisões mais seguras.

Cônscio de que todo o crescimento é invisível, sem que os projetos e ações desenvolvidos nesta gestão servirão ao fortalecimento e crescimento do Judiciário goiano como um todo. E, para tanto, esta administração buscou trabalhar em união, reconhecendo o esforço de servidores e magistrados, valorizando a ambos, a meu sentir, foram eles envolvidos por mudanças de comportamentos, de pensamentos, de cultura e de sensibilização.

Encontramos dificuldades, mas não nos sucumbimos a elas. Com perseverança, criamos meios e modos aptos à solução das mais emergentes dificuldades.

E, por mais breve que tenha sido o tempo à frente do Poder Judiciário goiano, tentei empreender esforços em prol da celeridade da prestação jurisdicional e da aproximação do judiciário com a sociedade. A exemplo disso, cito a redução da Taxa de Congestionamento de Processos de 2° Grau, em que obtivemos o melhor índice do País, comparado a outros Tribunais de Justiça.

Em relevo, destacam-se a conquista e a manutenção do Prêmio Nacional pela Conciliação com o Projeto executado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflito durante a 7ª Edição da Semana Nacional de Conciliação.

Também pensando em proporcionar melhores condições de atendimento ao jurisdicionado, e condições de trabalho aos serventuários e magistrados, foram entregues 42 (quarenta e dois) novos fóruns. Realce-se, também, o aprimoramento das varas criminais no entorno do Distrito Federal.

Outro exemplo é o Projeto Justiça Educacional, em parceria com a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), promovendo a aproximação entre a comunidade juvenil e o Poder Judiciário, com a função de levar os primeiros conhecimentos acerca dos direitos e deveres do cidadão, impelindo a nova geração à uma consciência do valor cívico de um povo.

Estou muito honrado em concluir a missão que assumi em 2012, quando, à frente da Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, firmei propósito de "*Jamais descrer da Justiça e sempre respeitar o direito*".

Houve, igualmente, a adequação do Programa Justiça Ativa, para que suas atividades fossem alinhadas às Metas do Plano Estratégico e as Metas do Tribunal do Júri, exigência do ENASP e do CNJ.

No âmbito da gestão de pessoal, enfatizei a aprovação do novo Plano de Cargos e Salários, que reestruturou a carreira dos servidores, há muito defasada, formando-se, assim, um quadro funcional harmônico, arrojado e em equidade com outros Tribunais, inclusive os Federais.

Em sintonia com o Programa de Valorização da Magistratura, conseguimos a aprovação de lei que institui o plano de gratificações para os magistrados, em reconhecimento ao esforço hercúleo que estes desenvolvem, principalmente, quando acumulam funções judiciais e administrativas.

Firmamos parceria com o Conselho Nacional de Justiça na intenção de desenvolver este Programa de Valorização, revendo pontos nevrálgicos com o fito de extirpar aqueles que prejudicam a atividade finalística do Judiciário.

E cabe aqui pontuar, com as recatadas escusas, a satisfação de termos alcançado, pela primeira vez, todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, em destaque a que diz respeito ao número de julgamentos maior que o de casos novos que ingressam por ano no Judiciário goiano, reduzindo, sobremaneira, a taxa de congestionamento.

Enfim, ressalto o meu contentamento com o trabalho desenvolvido neste breve período à frente da Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, certo do meu dever cumprido.

Agradeço inteiramente a DEUS pelas bênçãos que proporciona a mim e aos que me rodeiam, dando-nos a energia necessária à satisfação de novos projetos.

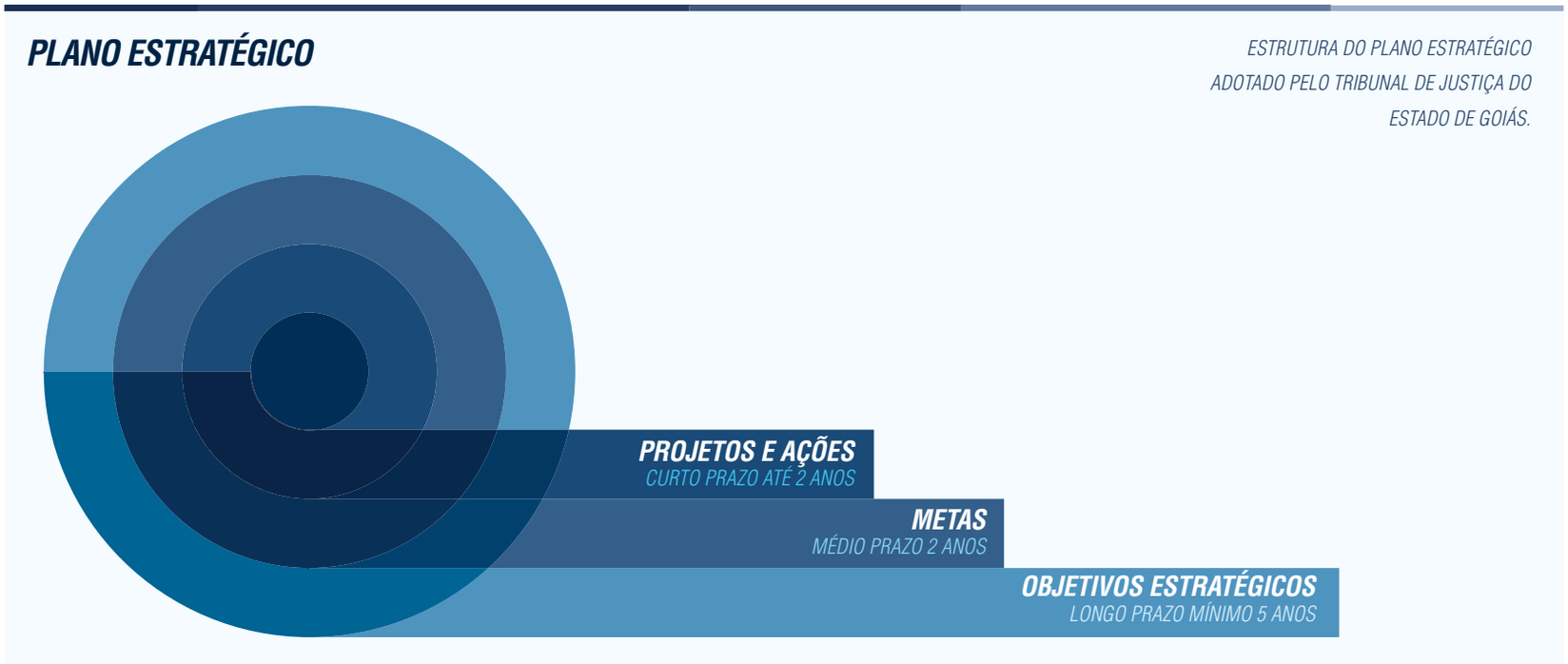
tribunal
de justiça
do estado de goiás

APRESENTAÇÃO

A Gestão 2011/2013 do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás foi iniciada sob a direção do Des. Vítor Barboza Lenza, eleito pela Corte Especial para a Presidência. Sob sua supervisão, foi elaborado um Plano Estratégico mais enxuto, com 18 metas estabelecidas, (eram 38 do plano anterior), porém com uma maior exigência, ao estabelecer um grau de cumprimento aceitável acima de 85%, referencial que era de 70% no biênio anterior. Destacou o fato de, pela primeira vez, ser apresentado um portifólio de projetos junto com o Plano Estratégico, demonstrando o caminho completo para o alcance dos objetivos da instituição.

Com a aposentadoria compulsória do Presidente do TJGO em março de 2012, assumiu o posto o Des. Leobino Valente Chaves para dar continuidade ao plano estabelecido, mantendo os propósitos que nortearam a elaboração do Plano Estratégico, pautado nos valores que regem a administração pública e o Tribunal de Justiça.

Mais do que uma prestação de contas, o Relatório da Gestão demonstra os resultados obtidos em 82 projetos estratégicos, 18 metas, além de outras sete estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Esse resultados foram fruto do esforço concentrado de magistrados e servidores que se dedicaram a oferecer uma Justiça melhor para a sociedade, a cada dia de trabalho realizado.



METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O Plano Estratégico é um conjunto de diretrizes, em que se pautam as ações da organização por determinado período, para que se alcance um estado futuro melhor do que o atual. Essas ações não ocorrem simultaneamente, e são classificadas pelo seu tempo de duração como de curto, médio e longo prazo. Os objetivos estratégicos representam a essência de longo prazo do plano, com horizonte de, no mínimo, cinco anos, conforme determina a Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O desdobramento de médio prazo é representado pelas metas, estabelecidas em cada gestão, com horizonte de dois anos. Com base nelas são definidos os projetos estratégicos e as ações necessárias para transformar o planejado em realidade, essas ações são as representações de curto prazo.

A avaliação da Gestão, sob a ótica do Plano Estratégico, pauta-se por esta lógica. Avaliam-se os projetos e as ações desenvolvidas, na sequência as metas e, finalizando a avaliação, o impacto nos objetivos estratégicos. De forma pioneira, o Plano Estratégico foi avaliado de forma quantitativa e qualitativa, correlacionando as atividades que contribuíram para o alcance dos resultados institucionais.

A avaliação dos projetos estratégicos ocorreu sob duas óticas: impacto sobre a meta associada e sua situação no final da gestão. Foram atribuídos valores, de forma a quantificar a relação de cada projeto com o resultado obtido nas metas e, consequentemente, o impacto de cada meta nos objetivos estratégicos. Desta forma, as variáveis utilizadas para avaliação dos projetos estratégicos foram:

- **Impacto do projeto na meta:** pequeno (peso 1); médio (peso 5); grande (peso 10). Avaliação qualitativa do impacto do projeto para o alcance da meta.

- **Status do projeto ao final da gestão:** sobrestado (peso 1); em execução (peso 5); concluído (peso 10). Avaliação qualitativa sobre a situação atual do projeto.

A atribuição de pesos nas avaliações qualitativas torna possível a quantificação da contribuição de cada projeto no alcance dos resultados institucionais. Isso ocorreu por intermédio de análise estatística, com a associação da avaliação dos projetos, com seus respectivos pesos, e com os resultados das metas, representado pelo seu grau de cumprimento. Essa informação é extremamente relevante, sob a ótica da continuidade da gestão, pois permite identificar de forma clara e objetiva os projetos que mais contribuíram para o alcance dos objetivos, os que apresentaram dificuldades de execução e, principalmente, os que devem ser mantidos e aperfeiçoados.

Alguns novos projetos foram inseridos no portfólio de projetos estratégicos, por guardarem pertinência com os objetivos pretendidos, assim como outros acabaram por perder o status de projeto estratégico por circunstâncias da gestão. Em essência, o planejamento possui maior relevância que o plano em si. Isto porque planejamento envolve análise constante de cenário, com busca de inovações para as adequações de rumo necessárias. O plano, por sua vez, é um produto pronto, fruto do planejamento, que guarda relação com os acontecimentos já ocorridos, mas que pode ser alterado, a qualquer tempo, dependo das ações de planejamento.

Essa nova forma de promover a avaliação do Plano Estratégico baseia-se na essência do Balanced Scorecard, metodologia de planejamento estratégico, elaborada pelos professores Robert Kaplan e David Norton da Universidade de Harvard e utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Isto porque BSC significa Indicadores de Desempenho Equilibrado, o que se traduz em um equilíbrio entre os objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não financeiras. A avaliação apresentada neste Relatório de Gestão permite visualizar a distribuição do esforço empregado nos projetos executados no biênio, para cada objetivo estratégico, identificando os extremos de desempenho.

A divisão dos capítulos do Relatório da Gestão se baseia nos temas do Plano Estratégico (Atuação Institucional, Responsabilidade Social e Ambiental, Eficiência Operacional, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia e Orçamento). No primeiro nível de desdobramento, encontram-se os objetivos estratégicos, com análise do seu grau de cumprimento, tornando mais sensível a percepção do impacto das ações na melhoria da prestação jurisdicional. Subsidiando esta análise, são apresentados os resultados dos projetos estratégicos, bem como o desempenho das metas associadas. Posteriormente, é apresentado o desempenho obtido relativamente às Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012.

Por fim, a seção final apresenta a avaliação do Plano Estratégico a longo prazo, com considerações desde o seu início em 2009, até o presente momento. Para que tal análise fosse possível, os resultados obtidos pela Gestão anterior (2009/2011) foram analisados, conforme metodologia proposta neste relatório.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Missão 16

Visão 18

Valores institucionais 20

Mapa estratégico 22

Infográfico de desempenho 24

Destaques e premiações 28

PERSPECTIVA SOCIEDADE

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

38 **Objetivo estratégico 1**
Ser efetivo nos trâmites judiciais, trabalhando com foco no atendimento ao cidadão e buscando a melhoria contínua do desempenho.

56 **Objetivo estratégico 2**
Melhorar a imagem do Poder Judiciário do Estado de Goiás perante a sociedade, elevando-lhe a percepção positiva sobre a instituição.

60 **Objetivo estratégico 3**
Aprimorar a comunicação do Poder Judiciário do Estado de Goiás com a sociedade e seus colaboradores, facilitando-lhes o acesso à Justiça e assegurando-lhes a efetivação dos direitos e da cidadania.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

72 **Objetivo estratégico 4**
Promover ações de responsabilidade social e ambiental, atuando de forma a garantir a sustentabilidade por meio de ações educativas, de inclusão social e de práticasnecoeficientes.

PROCEDIMENTOS INTERNOS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

92 **Objetivo estratégico 5**
Prosseguir na modernização do Judiciário goiano, investindo em novos conhecimentos e sistemas de informação para melhorar a agilidade e a produtividade.

96 **Objetivo estratégico 6**
Otimizar as rotinas e procedimentos, buscando agilizar os trâmites judiciais e administrativos, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

PERSPECTIVA RECURSOS

GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo estratégico 7 120
Promover um clima organizacional positivo, aumentando a interação entre magistrados e servidores e a satisfação quanto às práticas de recursos humanos.

Objetivo estratégico 8 136
Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao desenvolvimento de competências e à qualificação dos servidores e gestores para melhorar o desempenho de suas atribuições, com o objetivo de alcançar as metas institucionais.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Objetivo estratégico 9 152
Prover as unidades judiciais e administrativas de infraestrutura física adequada, visando à melhoria das condições de atendimento aos usuários e de trabalho aos magistrados e servidores.

Objetivo estratégico 10 162
Disponibilizar recursos de tecnologia de informação, nas formas adequadas e mquantidades necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento.

ORÇAMENTO

Objetivo estratégico 11 174
Promover efetiva distribuição de recursos financeiros, visando a garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, observando-se em sua execução os princípios norteadores da gestão pública.

METAS ESTABELICIDAS PELO CNJ 184

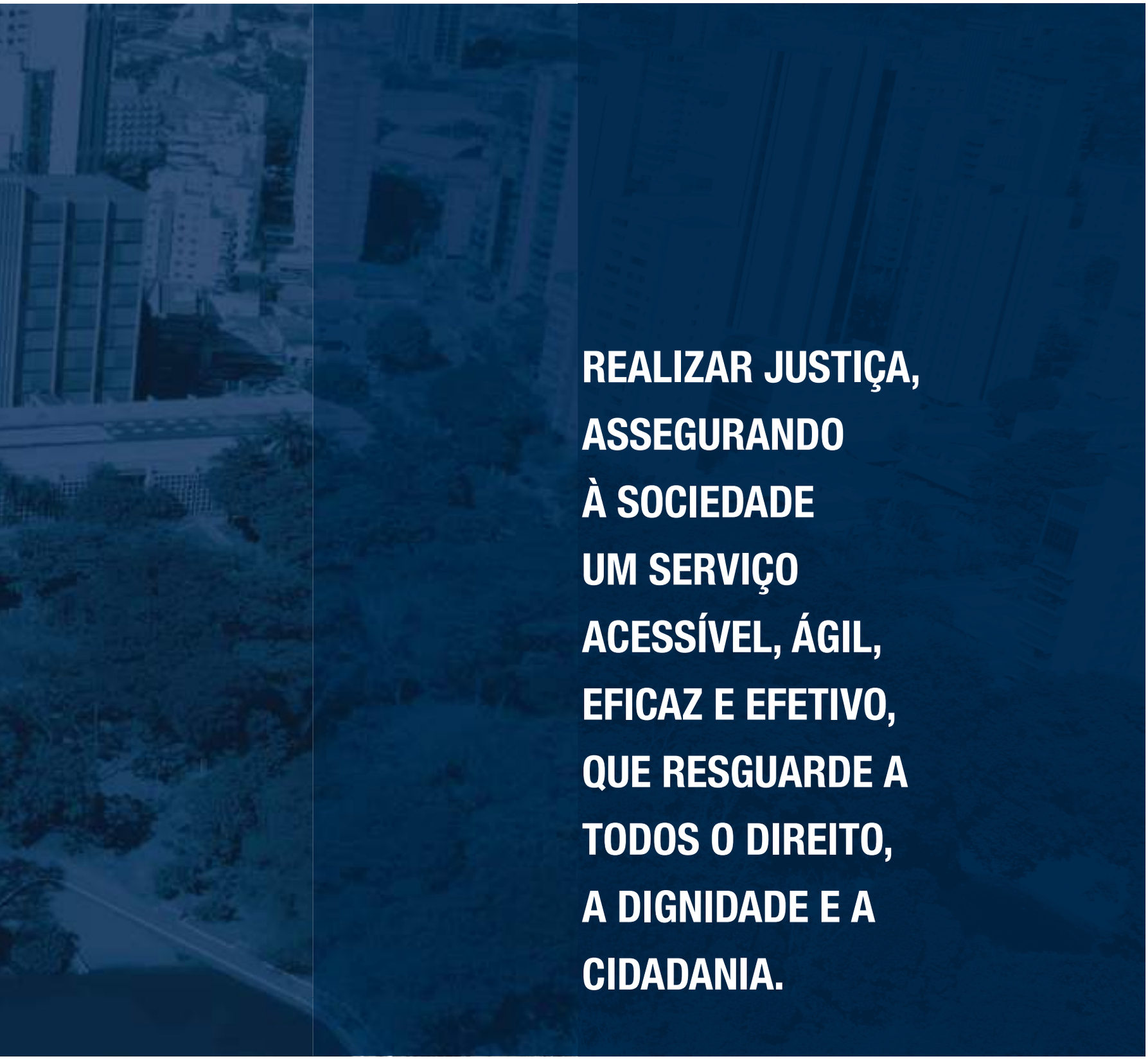
DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO A LONGO PRAZO 190

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MISSÃO

A missão corresponde ao que se propõe fazer e para quem. Caracteriza a função que a organização pretende desempenhar e identifica sua razão de ser para, então, definir o detalhamento de seus objetivos, metas, e estratégias de ação.

A missão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás é:

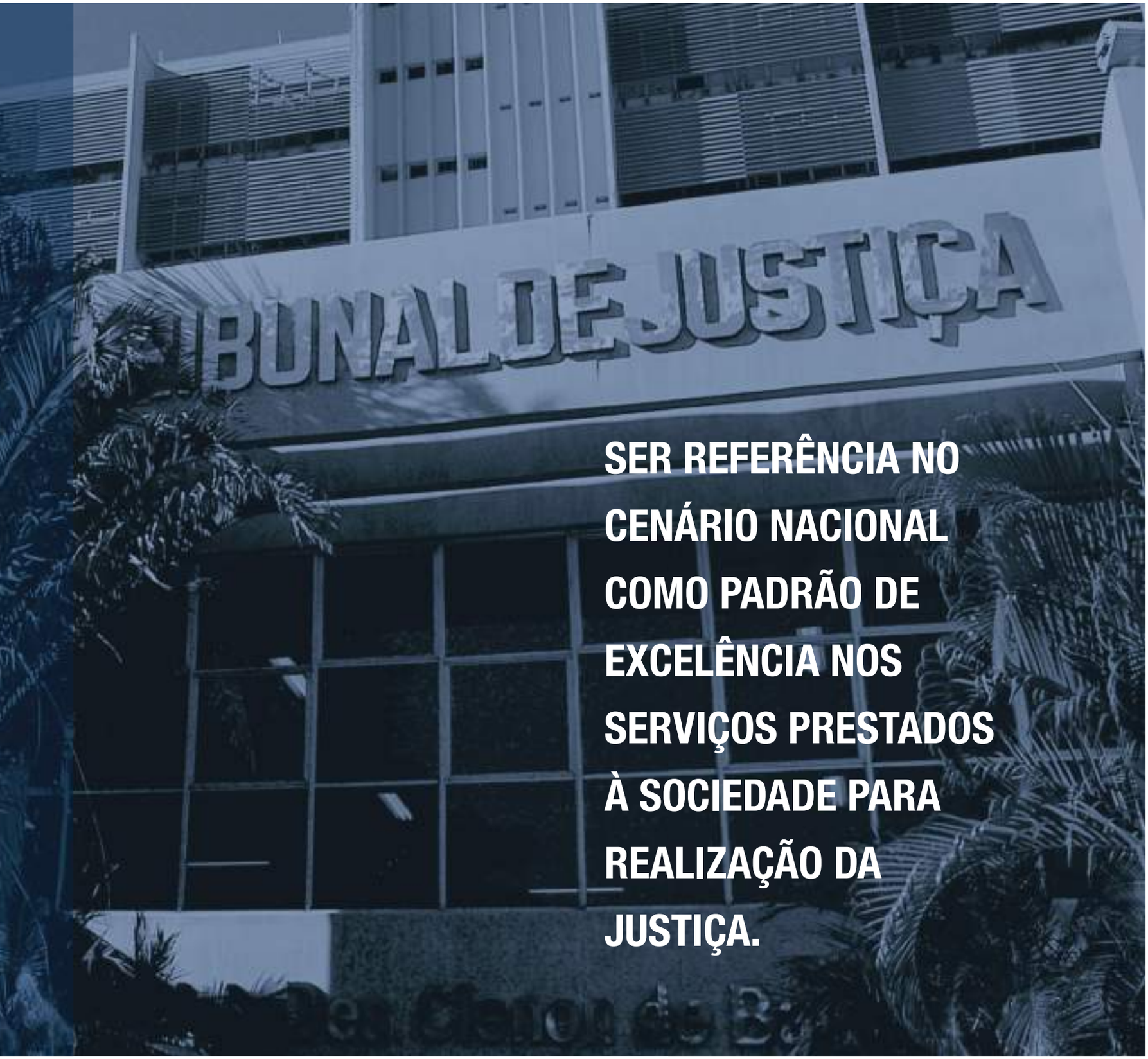


REALIZAR JUSTIÇA, ASSEGURANDO À SOCIEDADE UM SERVIÇO ACESSÍVEL, ÁGIL, EFICAZ E EFETIVO, QUE RESGUARDE A TODOS O DIREITO, A DIGNIDADE E A CIDADANIA.

VISÃO

A visão de uma organização refere-se à imagem específica do futuro desejado num dado horizonte de tempo, ou seja, reflete um conjunto de intenções e aspirações, que sinalizam aonde se quer chegar. A visão representa o que a organização quer ser.

A visão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás é:



SER REFERÊNCIA NO CENÁRIO NACIONAL COMO PADRÃO DE EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE PARA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA.

VALORES INSTITUCIONAIS

Os valores são princípios, crenças, costumes e ideias em que a maioria das pessoas da organização acredita. Estabelecem a base para a compreensão das atitudes e motivam as ações e condutas de todos os integrantes da organização, para que ela possa atingir sua missão.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás orienta-se pelos seguintes valores:

ÉTICA

respeito aos princípios da moralidade, ressaltando a honradez, a integridade, a dignidade e a probidade em todas as ações.

HONESTIDADE

sujeição aos princípios da confiabilidade, da verdade e a transparência em todas as ações e relações.

JUSTIÇA

respeito à condição de julgar, observando-se os preceitos do direito, com ética, imparcialidade e sabedoria.

CELERIDADE

observância das garantias constitucionais que asseguram a todos a efetivação dos direitos e da cidadania, possibilitando a toda sociedade o acesso a uma justiça ágil e eficiente.

tribunal
de justiça
do estado de goiás

COMPROMETIMENTO E ESPÍRITO DE EQUIPE

envolvimento e sinergia de toda equipe do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás numa busca contínua da melhoria dos resultados.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

empenho na melhoria de práticas sociais e ambientais responsáveis, procurando sempre atender às necessidades imediatas da sociedade.

DISCIPLINA

observância de preceitos e normas que visam atender aos anseios da sociedade, com segurança e eficiência.

PAZ

esforço constante na conquista e disseminação de um ambiente de paz e harmonia em todos os relacionamentos.

MAPA ESTRATÉGICO

A avaliação das metas do Plano Estratégico pautou-se pela análise do grau de cumprimento, de acordo com três parâmetros estabelecidos: ideal para grau de cumprimento igual ou superior a 85%; atenção para grau de cumprimento igual ou superior a 70% e inferior a 85%; e crítica para grau de cumprimento inferior a 70%.

Destaque-se que os critérios de aceitação do grau de cumprimento do presente Plano Estratégico são mais rigorosos do que os estabelecidos na gestão anterior, ocasião onde 70% de grau de cumprimento significava situação ideal, sendo que para este plano, tal valor situa-s na fronteira entre atenção e crítico. A mudança foi introduzida objetivando um maior alinhamento com a visão institucional.

Das 18 metas estabelecidas no Plano Estratégico, onze foram classificadas em situação ideal, duas em situação de atenção e cinco em situação deficiente. O desempenho geral é considerado satisfatório, uma vez que todas as metas estabelecidas foram arrojadas, com grande distância da linha de base, exigindo grande esforço da instituição para fazer frente ao desafio imposto.

Nesse sentido, ressaltam-se as metas de atuação institucional, ligadas diretamente à prestação jurisdicional que foram definidas considerando o nível de excelência, em alguns casos superiores ao exigido pelo CNJ, como pode ser observado na Meta 2.

Destaca-se o desempenho obtido no tema Gestão de Pessoas, com o cumprimento integral das duas metas estabelecidas. Isso demonstra a preocupação da Gestão 2011/2013 com o desenvolvimento das pessoas, que são responsáveis pelo funcionamento do Judiciário.

Por outro lado, verificou-se um desempenho abaixo da média em cinco metas que merecem maior atenção da administração do Tribunal de Justiça para que os índices não alcançados nesta Gestão possam servir de estímulo para a melhoria contínua.

SOCIEDADE

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

1 OBJETIVO ESTRATÉGICO
SER EFETIVO NOS TRÂMITES JUDICIAIS

- **Meta 1** Taxa de congestionamento
- **Meta 2** Julgar quantidade igual de processos distribuídos
- **Meta 3** Conciliação
- **Meta 4** Efetivar polos da Infância e Juventude

2 OBJETIVO ESTRATÉGICO
MELHORAR A IMAGEM DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS PERANTE A SOCIEDADE.

- **Meta 5** Satisfação do usuário da Justiça

3 OBJETIVO ESTRATÉGICO
APRIMORAR A COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS COM A SOCIEDADE E SEUS COLABORADORES.

- **Meta 6** Programa de esclarecimento do público

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

4 OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROMOVER A RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL.

- **Meta 7** Ações que impactem a sociedade
- **Meta 8** Reduzir o consumo

PROCEDIMENTOS INTERNOS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

5 OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROSSEGUIR NA MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO GOIANO

- **Meta 9** Realização das Metas do PE

6 OBJETIVO ESTRATÉGICO
OTIMIZAR AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS

- **Meta 10** Tempo de tramitação dos processos judiciais
- **Meta 11** Procedimentos de execução Penal
- **Meta 12** Rotinas de Trabalho
- **Meta 13** Tempo de tramitação dos processos administrativos

RECURSOS

GESTÃO DE PESSOAS

7 OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROMOVER UM CLIMA ORGANIZACIONAL POSITIVO

- **Meta 14** Clima Organizacional

8 OBJETIVO ESTRATÉGICO
INVESTIR CONTINUAMENTE NOS RECURSOS HUMANOS

- **Meta 15** Capacitação

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

9 OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROVER AS UNIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DE INFRAESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA

- **Meta 16** Construções e reformas

10 OBJETIVO ESTRATÉGICO
DISPONIBILIZAR RECURSOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

- **Meta 17** Execução do PETIC

ORÇAMENTO

11 OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROMOVER EFETIVA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

- **Meta 18** Execução orçamentária

INFOGRÁFICO DE DESEMPENHO

Adotando metodologia de análise do Poder Judiciário estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça e apresentada na publicação Justiça em Números, foi elaborado um painel de desempenho que resume as principais informações do TJGO, com apresentação de série histórica dos indicadores de produtividade. Na sequência apresentam se os principais pontos fortes e as oportunidades de melhoria.

FORÇA DE TRABALHO

MAGISTRADOS

TRIBUNAL

2010	450	▲
2011	406	↓ -10,8%
2012	451	↑ 0,2%

2º GRAU

2010	52	▲
2011	52	0,0%
2012	52	0,0%

1º GRAU

2010	303	▲
2011	252	↓ -20,2%
2012	307	↑ 1,3%

TURMAS RECURSAIS

2010	106	▲
2011	52	↓ -103,8%
2012	41	↓ -61,3%

JUÍZES ESPECIAIS

2010	110	▲
2011	112	↓ -1,8%
2012	154	↑ 40,0%

LITIGIOSIDADE

INDICADORES POR MAGISTRADOS

TRIBUNAL

CARGA DE TRABALHO

2010	3,759	▲
2011	4,189	↑ 11.44%
2012	4,205	↑ 11.86%

PROCESSOS JULGADOS

2010	1,006	▲
2011	1,045	↑ 3.88%
2012	1,155	↑ 14.81%

PROCESSOS BAIXADOS

2010	1,123	▲
2011	1,245	↑ 10.86%
2012	1,255	↑ 11.75%

2º GRAU

CARGA DE TRABALHO

2010	1,457	▲
2011	1,418	↓ -2.68%
2012	1,933	↑ 32.67%

PROCESSOS JULGADOS

2010	905	▲
2011	971	↑ 7.26%
2012	987	↑ 9.03%

PROCESSOS BAIXADOS

2010	1,054	▲
2011	933	↓ -11.51%
2012	1,285	↑ 21.88%

SERVIDORES

EFETIVOS

2010	4,434	▲
2011	4,105	↓ -7,4%
2012	4,024	↓ -9.2%

CEDIDOS

2010	964	▲
2011	55	↓ -94.3%
2012	994	↑ 3.1%

FORÇA DE TRABALHO AUXILIAR

2010	1,675	▲
2011	1,995	↑ 19.1%
2012	1,932	↑ 15.3%

REQUISITADOS

2010	138	▲
2011	165	↑ 19.6%
2012	185	↑ 34.1%

SEM VÍNCULO EFETIVO

2010	1,114	▲
2011	1,050	↓ -5.7%
2012	1,098	↓ -1.4%

TOTAL DE SERVIDORES

2010	6,397	▲
2011	7,260	↑ 13.5%
2012	6,245	↓ -2.4%

1º GRAU

CARGA DE TRABALHO

2010	4,526	▲
2011	5,714	↑ 26.25%
2012	5,318	↑ 17.50%

PROCESSOS JULGADOS

2010	994	▲
2011	1,323	↑ 33.10%
2012	1,346	↑ 35.41%

PROCESSOS BAIXADOS

2010	1,187	▲
2011	1,466	↑ 23.51%
2012	1,453	↑ 22.41%

TURMAS RECURSAIS

CARGA DE TRABALHO

2010	54	▲
2011	87	↑ 61.11%
2012	140	↑159.26%

PROCESSOS JULGADOS

2010	7	▲
2011	12	↑ 73.53%
2012	30	↑333.83%

PROCESSOS BAIXADOS

2010	31	▲
2011	38	↑ 22.25%
2012	77	↑147.71%

JUIZADOS ESPECIAIS

CARGA DE TRABALHO

2010	2,171	▲
2011	1,628	↓-25.01%
2012	1,073	↓-50.58%

PROCESSOS JULGADOS

2010	941	▲
2011	355	↓-62.27%
2012	1,344	↓-42.83%

PROCESSOS BAIXADOS

2010	794	▲
2011	763	↓ -3.95%
2012	324	↓-59.21%

PONTOS POSITIVOS

1 O número de processos julgados por magistrados está crescendo, passando de 1.006 julgados em 2010 para 1.155 julgados em 2012.

2 A taxa de congestionamento apresentou redução em 2012, sendo que o saldo residual de processos é inferior ao estoque de processos no início do ano.

3 O índice de eficiência (relação entre baixados e casos novos) apresentou resultado de 111,3%, indicando a redução no acervo de processos.

OPORTUNIDADES DE MELHORIA

1 A carga de trabalho (processos por magistrado) está aumentando. Passou de 3.759 em 2010 para 4.205 em 2012, indicando necessidade de suprir as vagas em aberto.

2 O número de processos distribuídos no 2º Grau deu um salto de 40,23% em relação a 2010, devido a gargalos administrativos

3 A taxa de congestionamento no 2º Grau vem registrando aumento desde 2010.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

TRIBUNAL

ESTOQUE

2010	1,254,439	▲
2011	1,229,383	↓ -2.00%
2012	1,282,095	↑ 2.20%

CASOS NOVOS

2010	407,135	▲
2011	436,851	↑ 7.30%
2012	508,413	↑ 24.88%

JULGADOS

2010	452,610	▲
2011	424,401	↓ -6.23%
2012	520,847	↑ 15.08%

BAIXADOS

2010	505,144	▲
2011	505,313	↑ 0.03%
2012	565,843	↑ 12.02%

SALDO ESTIMADO

2010	1,156,430	▲
2011	1,160,921	↑ 0.39%
2012	1,224,665	↑ 5.90%

2º GRAU

ESTOQUE

2010	9,637	▲
2011	8,636	↓ -10.39%
2012	9,655	↑ 0.19%

CASOS NOVOS

2010	45,787	▲
2011	43,978	↓ -3.95%
2012	73,577	↑ 60.69%

JULGADOS

2010	47,073	▲
2011	50,489	↑ 7.26%
2012	54,285	↑ 15.32%

BAIXADOS

2010	54,825	▲
2011	48,495	↓ -11.55%
2012	66,790	↑ 21.82%

SALDO ESTIMADO

2010	599	▲
2011	4,119	↑ 587.65%
2012	16,442	↑ 2644.91%

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

TRIBUNAL

TAXA CONGESTIONAMENTO

2010	69.6%	▲
2011	69.7%	↑ 0.15%
2012	68.4%	↓ -1.73%

BAIXADOS/CASOS NOVOS

2010	124.1%	▲
2011	115.7%	↓ -6.75%
2012	111.3%	↓ -10.30%

2º GRAU

TAXA CONGESTIONAMENTO

2010	1.1%	▲
2011	7.8%	↑ 609.09%
2012	19.8%	↑ 1695.77%

BAIXADOS/CASOS NOVOS

2010	120.0%	▲
2011	110.3%	↓ -8.08%
2012	111.3%	↓ -7.25%

1º GRAU

ESTOQUE

2010	1,128,191	▲
2011	1,119,276	↓ -0.79%
2012	1,174,586	↑ 4.11%

CASOS NOVOS

2010	235,685	▲
2011	309,885	↑ 31.48%
2012	386,730	↑ 64.09%

JULGADOS

2010	301,268	▲
2011	333,460	↑ 10.69%
2012	413,172	↑ 37.14%

BAIXADOS

2010	359,646	▲
2011	369,350	↑ 2.70%
2012	445,850	↑ 23.97%

SALDO ESTIMADO

2010	1,004,230	▲
2011	1,059,811	↑ 11.08%
2012	1,115,466	↑ 5.53%

TURMAS RECURSAIS

ESTOQUE

2010	1,772	▲
2011	1,245	↓ -29.74%
2012	2,702	↑ 52.48%

CASOS NOVOS

2010	2,585	▲
2011	1,927	↓ -25.45%
2012	2,951	↑ 14.16%

JULGADOS

2010	733	▲
2011	640	↓ -12.69%
2012	1,233	↑ 68.21%

BAIXADOS

2010	3,295	▲
2011	1,998	↓ -39.36%
2012	3,179	↓ -3.52%

SALDO ESTIMADO

2010	1,062	▲
2011	1,174	↑ 10.55%
2012	2,474	↑ 132.96%

JUIZADOS ESPECIAIS

ESTOQUE

2010	114,839	▲
2011	100,226	↓ -12.72%
2012	95,152	↓ -17.14

CASOS NOVOS

2010	123,078	▲
2011	81,061	↓ -34.14%
2012	45,156	↓ -63.31%

JULGADOS

2010	103,536	▲
2011	39,812	↓ -61.55%
2012	55,119	↓ -46.76%

BAIXADOS

2010	87,378	▲
2011	85,470	↓ -2.18%
2012	50,024	↓ -42.75%

SALDO ESTIMADO

2010	150,539	▲
2011	95,817	↓ -36.35%
2012	90,284	↓ -40.03%

1º GRAU

TAXA CONGESTIONAMENTO

2010	74.0%	▲
2011	74.2%	↑ 0.27%
2012	71.4%	↓ -3.45%

BAIXADOS/CASOS NOVOS

2010	153.0%	▲
2011	119.2%	↓ -22.09%
2012	115.3%	↓ -24.65%

TURMAS RECURSAIS

TAXA CONGESTIONAMENTO

2010	63.0%	▲
2011	52.9%	↓ -16.03%
2012	43.8%	↓ -30.53%

BAIXADOS/CASOS NOVOS

2010	71.0%	▲
2011	105.4%	↑ 48.46%
2012	107.07%	↑ 51.74%

JUIZADOS ESPECIAIS

TAXA CONGESTIONAMENTO

2010	63,0%	▲
2011	52.9%	↓ -16.03%
2012	64.3%	↑ 2.14%

BAIXADOS/CASOS NOVOS

2010	71.0%	▲
2011	105.4%	↑ 48.46%
2012	110.8%	↑ 56.04%

DESTAQUES E PREMIAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL - CNJ

Lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2010, o " Premio Conciliar é legal", com objetivo de identificar, premiar e disseminar a realização de ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário que estimulem práticas efetivas de pacificação social.

Durante a 7ª edição da Semana Nacional de Conciliação, no ano de 2012, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos organizou evento realizando 43.169 audiências obtendo acordos em 40.074 das audiências designadas, que equivale ao percentual de 92,83%.

Este alto índice positivo alcançado foi responsável pela premiação ao Tribunal de Justiça de Goiás com o 1º Lugar Nacional do Premio Conciliar é legal, ratificando a contribuição efetiva deste Tribunal para a pacificação dos conflitos evidenciando as técnicas arrojadas de conciliação, que sevem como referência para os demais Tribunais.

III Prêmio Conciliar é Legal
1º lugar na categoria Justiça Estadual

PROGRAMA DE ESTÁGIO E APRENDIZES

O trabalho segue a mesma lógica de uma minuta de resolução do próprio CNJ para o cálculo de servidores, de maneira a criar condições de julgar o quantitativo de processos que entram nas escrivanias, evitando estoques e aumentando a celeridade da prestação jurisdicional.

Certificado, homenagem e reconhecimento pela parceria e contribuição ao Programa de Estágio com CIEE

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) recebeu certificado de homenagem e reconhecimento pela parceria e contribuição com o Programa de Estágio e Aprendizes do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), durante inauguração do novo prédio do CIEE em Goiânia.

Por ser o Tribunal goiano um dos maiores parceiros do CIEE, vislumbra um cenário que contribui de maneira decisiva na inserção dos estagiários no mercado de trabalho.

Servidor do Judiciário goiano ganha Prêmio CNJ de Educação a Distância - O trabalho Ensino a Distância Como Fator Facilitador do Processo de Construção de Novos Saberes no Poder Judiciário Goiano, desenvolvido pelo escrevente judiciário da comarca de Cidade Ocidental, Carlos Henrique Oliveira de Albuquerque e Melo, ficou entre os três finalistas do Prêmio CNJ de Educação a Distância.

O trabalho selecionado é um relato da experiência deflagrada pelo Tribunal de Justiça de Goiás, notadamente pela Diretoria de Recursos Humanos, para modernização e capacitação dos servidores da instituição.

"O Tribunal de Justiça de Goiás, que conta atualmente com a colaboração de 1.200 estagiários, dos quais 695 na capital e os demais nas comarcas do interior, não poderia deixar de prestigiar um parceiro como o CIEE, que inaugura sua nova sede ao mesmo tempo em que comemora 30 anos de atuação em nosso Estado".

Donizete Martins,
Juiz Auxiliar da Presidência,

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Justiça em Números é um sistema criado pelo Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de ampliar o acesso ao conhecimento do Poder Judiciário em todo o país por meio da coleta e sistematização de dados estatísticos, e do cálculo de indicadores capazes de retratar o desempenho dos tribunais.

O relatório é publicado anualmente, o que permite a comparação dos dados, além de ser enviado ao Congresso Nacional como parte do Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça. Em setembro de 2012 o relatório finalizado da Justiça em Números foi divulgado, e o Tribunal de Justiça de Goiás melhorou em todos os itens pesquisados quando comparados aos dados coletados em 2008. Em alguns deles, apresenta a melhor colocação do país. Os dados se referem ao período de janeiro a dezembro do ano de 2009; são relacionados a despesas dos tribunais, pessoal, informática carga de trabalho do magistrado, congestionamento da Justiça, entre outros, divididos por categorias.

Realizado em outubro de 2012, em Brasília, o V Seminário Justiça em Números tem como objetivo divulgar e ressaltar a importância dos dados estatísticos como instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de desempenho, além de apresentar os dados do Relatório de 2012.

Foi selecionado pelo Conselho Nacional de Justiça trabalho da Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Goiás, Vivian Borim, bem como do Coordenador de Acompanhamento e Avaliação de Resultados, Luís Scartezini e do matemático e estatístico José Gomes.

O estudo apresentado pelos integrantes da SGE foi relativo às rotinas nas escrivanias, vislumbrando a necessidade e a possibilidade de criação de um índice de produtividade. Uma de suas aplicações foi verificar o quantitativo mínimo e máximo de pessoal na área judicial.

O trabalho apresentado ao CNJ também foi apresentado no Tribunal de Justiça de Goiás e foi aprovado na Corte Especial deste Estado e servirá de referência limitadora para subsidiar o instituto da relotação previsto no Plano de Cargos e Salários.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em novembro de 2011, realizou-se em Goiânia o 2º Congresso Brasileiro de Educação Corporativa do Poder Judiciário, como forma de dar visibilidade aos trabalhos científicos e incentivar as ações de educação corporativa realizadas pelos órgãos do Judiciário nacional. Dentre os temas abordados a responsabilidade social e ambiental teve relevância .

O Tribunal de Justiça goiano foi premiado em duas categorias: 1º lugar na categoria "Trabalho Científico -Educação e Responsabilidade Social"; e 2º lugar na categoria "Educação e Responsabilidade Ambiental", com o curso Educação Ambiental em Ensino a Distância - EAD. A servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Elizabeth Álvares da Silva Dutra Morisson, Coordenadora do Núcleo de Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Gestão Estratégica foi premiada em ambas categorias, tendo recebido o Prêmio Nacional de Educação Corporativa do Judiciário (Pecjus). Entre os objetivos da premiação estão o destaque, o reconhecimento das ações inovadoras e alternativas na referida área; a promoção do alinhamento das práticas de educação corporativa com a gestão estratégica; o estímulo das iniciativas para valorização e reconhecimento das competências dos magistrados e servidores.

1º lugar na categoria "Trabalho Científico - Educação e Responsabilidade Social" e 2º lugar na categoria "Educação e Responsabilidade Ambiental", com o curso Educação Ambiental em Ensino a Distância - EAD

PERSPECTIVA

SOCIEDADE

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Garantir a efetividade nos trâmites judiciais para bem cumprir a missão institucional de realizar justiça a todos os usuários do Judiciário, bem como levar à sociedade informações sobre cidadania, direitos e deveres do cidadão e dos entes públicos, aprimorando os canais de comunicação existentes.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Ser efetivo nos trâmites judiciais
2. Melhorar a imagem do Poder Judiciário do Estado de Goiás perante a sociedade
3. Aprimorar a comunicação do Poder Judiciário do Estado de Goiás com a sociedade e seus colaboradores

CENÁRIO INSTITUCIONAL

A atuação institucional do TJGO está relacionada com a razão da sua existência, que é realizar a adequada prestação jurisdicional à população do Estado de Goiás. Antes do início da Gestão 2011/2013, o Judiciário goiano estava inserido em um ambiente com alto grau de efetividade nas ações relacionadas com a tramitação dos feitos judiciais, atestadas pelo bom desempenho nas metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. No cenário de 2010 foi registrada a menor taxa de congestionamento de todos os tempos (69,6%) e a expressiva marca de 124,1% de eficiência, ao baixar volume superior ao de casos novos, conforme atestado na publicação Justiça em Números 2010 do CNJ.

No cenário anterior ao início da Gestão 2011/2013, era evidente que o desafio de manter o Judiciário na esteira da eficiência era significativo e, consequentemente, as ações a serem adotadas deveriam causar o impacto necessário para o alcance dos objetivos propostos.

Seguindo orientações da alta administração do Poder Judiciário do Estado de Goiás, no tocante ao tema Atuação Institucional, foi elaborado um plano de gestão, com metas altamente arrojadas, com o objetivo de tornar o Judiciário goiano o mais eficiente do país, de forma sustentável ao longo dos anos. Para tanto as metas foram estendidas até 2015, como forma de subsidiar a continuidade administrativa e, de modo inédito, foram apresentados o rol de projetos estratégicos capazes de sedimentar o caminho para alcance dos resultados ao longo do tempo.

1

"EFETIVIDADE NA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS, COM VISTA À MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL"

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ser efetivo nos trâmites judiciais, trabalhando com foco no atendimento ao cidadão e buscando a melhoria contínua do desempenho.

METAS ASSOCIADAS

META 1

Reduzir para 57,5% a taxa de congestionamento do Judiciário goiano

META 2

Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque

META 3

Alcançar 65% de acordos por meio da conciliação

META 4

Efetivar o funcionamento de 10 polos regionais especializados no tema Infância e Juventude

PROJETOS DESENVOLVIDOS

A busca da efetividade na prestação jurisdicional foi bastante valorizada na Gestão 2011/2013, com o planejamento de 20 projetos estratégicos além de outras ações com o mesmo propósito. Diversos projetos tiveram seus escopos alterados durante a vigência do plano estratégico, com o objetivo de aprofundar as abordagens inicialmente programadas a fim de obter resultados mais consistentes. Os projetos vinculados ao tema Atuação Institucional foram:

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
1,2, 10	Elevação do quadro de Desembargadores	Pequeno	Perda de status de PE	-
1, 2, 10	Criação de varas criminais no entorno do DF	Médio	Concluído	50
1, 2, 10	Programa Modernizar	Grande	Em execução	50
1, 2, 10	Prosseguir	Grande	Em execução	50
1, 2, 10	Avançar	Grande	Concluído	100
1, 2, 10	Atualizar gabinetes	Grande	Em execução	50
1, 2, 10	Grupo de apoio às atividades dos magistrados	Médio	Em execução	25
1, 2, 10	Meta 2	Médio	Em execução	25
1, 2, 10	Racionalização das execuções fiscais	Grande	Em execução	50
1, 2, 10	Mutirão do Júri	Pequeno	Em Execução	5
1, 2	Turmas recursais	Pequeno	Em Execução	5
3	Juízes leigos	Pequeno	Perda de status de PE	-
3	Conciliadores	Pequeno	Perda de status de PE	-
3	Conciliação Pré-processual	Grande	Em execução	50
3	Divulgação da Conciliação na Soc. - Show Amigos da Paz	Pequeno	Concluído	10
3	Divulgação da Conciliação na Soc. - Mediação Escolar	Pequeno	Sobrestado	1
3	Semanas de Conciliação	Grande	Em execução	50
3	Centro de Pacificação Social	Pequeno	Perda de status de PE	-
4	Efetividade da reg. das unidades de atendimento	Grande	Em execução	50
4	Equipes multidisciplinares	Médio	Em execução	25

Presidente do TJGO instala novas varas criminais no entorno do Distrito Federal.

"Quando se inaugura uma obra ou se instala um serviço desta natureza, o pensamento volta-se recorrentemente para a figura do cidadão que dele precisa e, consequentemente, para a necessidade de aprimorar o atendimento ao público e garantir os direitos das partes".

Desembargador Leobino Valente Chaves, Presidente do TJGO.

CRIAÇÃO DE VARAS CRIMINAIS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

Para dar maior impulso à prestação jurisdicional e garantir uma resposta mais rápida aos crimes cometidos na região do entorno do Distrito Federal, foram criadas e instaladas oito novas varas criminais, nos termos da Lei Estadual nº 17.522/2011. O estudo para a criação foi incentivado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO). As novas varas foram instaladas nas Comarcas de Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás, além de Águas Lindas de Goiás, contemplada com duas unidades judiciárias.

A instalação das varas criminais permitiu avançar com a tramitação dos processos desta natureza e, consequentemente, dar efetividade à ação punitiva do Estado, contribuindo para a diminuição dos atos criminosos. Também foram criados, pela mesma Lei, os cargos de escrivão, oficial de justiça, assistente social e psicólogo, para provimento das varas.

O Presidente Leobino Chaves ressaltou que a região do Entorno de Brasília, ainda em formação e com uma população flutuante, apresenta alto índice de criminalidade e enfatizou que a criação das novas varas fará com que a prestação jurisdicional dessas comarcas sejam mais ágeis e eficazes, especialmente as do âmbito criminal. Segundo ele, apenas Luziânia e Formosa eram dotadas de varas especializadas em processos criminais. "As varas mistas das demais comarcas sentiam os efeitos da demanda criminal crescente, fato que obrigava os magistrados a priorizarem as ações penais em prejuízo do andamento das cíveis, como nos casos de réu preso, e em detrimento de outras atividades judicantes".

Para o juiz José Augusto de Melo Silva, diretor do Foro, em substituição, de Valparaíso de Goiás, as novas varas têm dimensões duplas: é excelente para a jurisdição criminal, com o andamento mais rápido dos feitos criminais; e, abrange os juízes que se dedicam hoje à área cível, uma vez que todos têm competência penal. Ao final, o magistrado ressaltou que as varas são uma demonstração de respeito do TJGO com a população da região. "Essa medida está em consonância com várias outras como a divisão das varas judiciais, a elevação de entrância, a construção de novos fóruns, as quais demonstram uma efetiva mudança por parte da administração da Justiça goiana no tocante ao Entorno de Brasília".

PROGRAMA MODERNIZAR

Com o intuito de propor e implantar ações de melhoria e modernização das atividades do 2º Grau, com vistas a uma maior eficiência na prestação jurisdicional, foi desenvolvido o projeto do Programa Modernizar. Tal projeto foi estruturado em seis linhas de atuação, que compreendem:

Linha de atuação 1 - Implantação de sistema de gestão de excelência nas Secretarias dos órgãos julgadores de 2º Grau e divisões da Diretoria Judiciária. Consiste na disseminação do projeto Câmara Modelo para todas as Secretarias dos órgãos julgadores do TJGO, promovendo as adaptações e readequações necessárias para a otimização das atividades inerentes às áreas, promovendo a organização física dos processos em tramitação, das rotinas de trabalho e atendimento ao público.

Linha de Atuação 2 – Inventário de processos do 2º Grau. Verificação no sistema dos processos em tramitação nas Secretarias de Câmaras, Seções, Corte Especial, Conselho Superior da Magistratura, Gabinetes e, principalmente, aqueles em diligências nas Comarcas, promovendo a comparação com as informações constantes no sistema de 2º Grau (SSG), de forma a atualizar a situação real de todos os feitos.

Linha de Atuação 3 – Treinamento, Capacitação e Gestão por Competência. Competência diz respeito ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias à consecução de determinado fim. Determinar as competências necessárias para todos os cargos do 2º Grau da Jurisdição e promover capacitação e reciclagem a todos os servidores, para que se multipliquem os conhecimentos de uma gestão moderna aplicada à atividade judicante, como forma de aprimorar continuamente os trabalhos desenvolvidos, é o principal objetivo desta linha de atuação.

Linha de Atuação 4 – Implantação de Gabinete Modelo. Inspirado em projeto desenvolvido pelo Superior Tribunal de Justiça para a adoção de modelos de gestão de excelência no ambiente dos gabinetes dos Desembargadores, o Projeto Gabinete Modelo sugere a identificação de boas práticas, modelagem e, posteriormente, disseminação nos demais gabinetes de Desembargadores.

Linha de Atuação 5 – Adequação do espaço físico das unidades judiciais do 2º Grau. Promover estudos para a readequação do espaço físico das Secretarias dos órgãos julgadores do 2º Grau, Salas de Sessões e demais áreas de apoio do 2º Grau.

Programa Modernizar mapeia e racionaliza rotinas de trabalho nas Secretarias dos órgãos julgadores do 2º Grau.

Linha de Atuação 6 – Definição do Mapa Estatístico do 2º Grau. Análise da sistemática de contabilização da produtividade dos desembargadores, padronizando as informações provenientes dos sistemas SSG, sistema interno dos gabinetes e gabinete eletrônico. Linha de atuação iniciada com adequação da estatística de produtividade dos desembargadores de acordo com os parâmetros do CNJ para o Sistema Justiça Aberta.

Capacitação direcionada para Secretários de Câmaras e Seções do TJGO.

No âmbito do Programa Modernizar, foi realizado um diagnóstico de gestão e da estrutura física de trabalho, que incluiu a revisão do mapeamento das rotinas de trabalho, com sugestões de melhoria oriundas das próprias secretárias e servidores das câmaras e seções. Tal trabalho culminou na elaboração de um manual contendo as novas rotinas descritas de forma detalhada com seus respectivos fluxogramas. Esse trabalho também foi iniciado nas divisões da Diretoria Judiciária, a saber, Protocolo, Autuação, Distribuição, Central de Mandados, Serviço de Conferência e Contadoria Judicial.

Destaque para a realização do inventário de processos, que promoveu uma varredura nas informações eletrônicas dos processos em tramitação, promovendo a adequação das estatísticas de produtividade, em consonância com a Resolução 76/2009 e com o Sistema Justiça Aberta, ambos do CNJ. Um impacto positivo desta medida encontra-se no acervo de processos pendentes da Meta 2 do CNJ, 3 da meta de 2010 e 10 da meta de 2012, sendo que está última já está com o status de meta cumprida, tendo em vista que o objetivo era julgar 90% dos processos pendentes, e o índice atual é de 99,88%.

Todos os processos incluídos na meta 2 de 2009 foram julgados.

Foram realizados cursos de liderança e relações interpessoais para secretários de câmaras e seções e diretores de divisões, como parte da estratégia de aperfeiçoamento das atividades de trabalho no 2º grau. Também foi realizado o Seminário em Poder Judiciário para todos os servidores do segundo grau e gabinetes de Desembargadores, com vistas ao aperfeiçoamento profissional, da realização de workshop para a validação das rotinas das câmaras e seções cíveis com as secretárias e servidores dessas unidades.

AVANÇAR

A adoção de metas para o Poder Judiciário objetiva o aumento da eficiência na prestação jurisdicional. Contudo, para que tal instrumento contribua efetivamente com seus propósitos, faz-se necessário conhecer o fluxo de trabalho, com vistas a adoção de ações que possam mudar o estado atual.

Nesse sentido, o projeto avançar desenvolveu estudo que sistematizou o trabalho nas escrivanias judiciais, com o fito de estabelecer critérios objetivos de produtividade, compatibilizando funções e uniformizando a distribuição da força de trabalho, propiciando condições para a adequada lotação e distribuição dos servidores nas unidades judiciárias.

Foram consideradas três grandezas (distribuição média mensal de processos, carga de trabalho por magistrado e a carga de trabalho por servidor) para a definição de critério de agrupamento das unidades judiciais consideradas no estudo, com o intuito de comparar as que estavam nas mesmas condições.

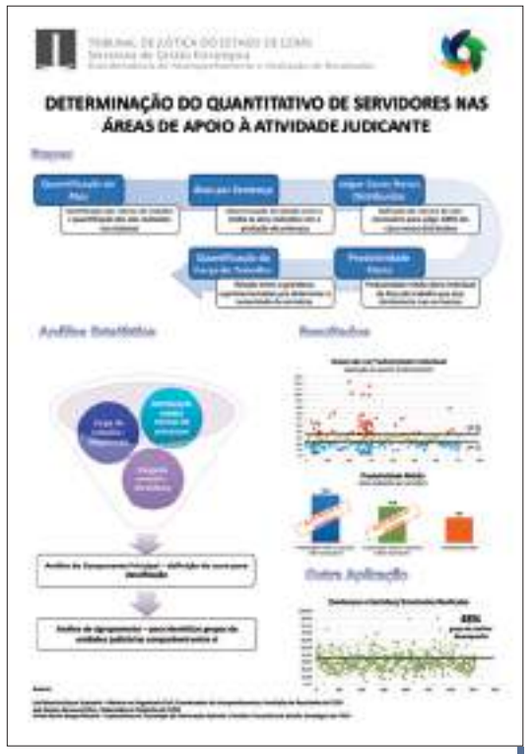
Para tanto, foi realizado um estudo estatístico, denominado análise de componente principal, objetivando fundir as três grandezas em um conjunto único de dados, que representa a importância das três informações envolvidas. De forma simplista, é uma aglutinação de três informações para uma apenas, mas que guarda as diferenças entre as variáveis iniciais.

Após a consolidação das informações, nova análise estatística foi realizada, denominada análise de agrupamento, para a classificação em grupos. Como resultado, foram criados grupos, com características distintas entre eles, sendo que cada um passou a ter parâmetros específicos para comparação de resultados e avaliações futuras.

Para a determinação do quantitativo de servidores foram realizadas as seguintes etapas:

- mapeamento das rotinas de trabalho e quantificação de atos realizados nos sistemas;
- determinação da relação entre a média de atos realizados com a produção de sentenças;
- definição do volume de atos necessários para julgar 100% dos casos novos distribuídos;
- produtividade média diária individual da força de trabalho que atua nas escrivanias;
- relação entre as grandezas supramencionadas para determinar a necessidade de servidores.

A média de produtividade do quartil de melhor desempenho foi utilizada para a apuração do quantitativo mínimo de servidores, ao passo que a média de produtividade da metade de melhor desempenho foi utilizada para a determinação do quantitativo máximo de servidores, balizando a regulamentação do Plano de Cargos e Salários do TJGO.



V Seminário Justiça em Números do CNJ, apresenta em poster, os estudos sistematizados com resultados do projeto Avançar.

Os resultados alcançados permitem distribuir de forma mais homogêneas os servidores nas unidades judiciárias, além de estabelecer parâmetros para a avaliação da produtividade, refletindo diretamente em diversas áreas da gestão, cujo destaque é a capacitação da força de trabalho, com vistas ao aumento da eficiência.

Ainda como produto do projeto Avançar, foram elaborados dois manuais. O primeiro é uma atualização do manual de procedimentos de escrivania, com informações sobre o Programa Atualizar e Provimento nº 5 da CGJ. O segundo, é um guia de gestão de unidade judiciária, com indicativos de funcionamento e organização do trabalho.

Comissão avalia resultados da implantação do Atualizar Gabinetes na 4ª Vara de Família.

ATUALIZAR GABINETES E GRUPO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DOS MAGISTRADOS

Os projetos Atualizar Gabinetes e Grupo de Apoio às Atividades dos Magistrados possuem estreita relação, entretanto os resultados de ambos são dependentes.

Dando continuidade ao Programa Atualizar, instituído em 2010, foi idealizado projeto nos mesmos moldes, porém, com foco nos gabinetes de magistrados, com o objetivo de promover a organização do acervo de processos conclusos, facilitando, portanto, a gestão das atividades visando a uma maior produtividade.

O projeto foi inicialmente realizado e desenvolvido na então 4ª Vara de Família, Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia, e posteriormente foi aplicado na 12ª Vara Cível da Capital e na Comarca de Águas Lindas de Goiás.

Outra iniciativa que proporcionou maior agilidade à prestação jurisdicional, sobretudo na velocidade de julgamento, foi o fortalecimento do Grupo de Apoio à Atividade do Magistrado. O Grupo é composto por servidores qualificados que são deslocados para atender as solicitações de apoio dos magistrados. As solicitações são avaliadas com critérios objetivos, seguindo diretrizes da Corregedoria Nacional da Justiça. Ao longo de 2012 foram realizados mais de 22 mil atos pelo grupo, assim divididos:

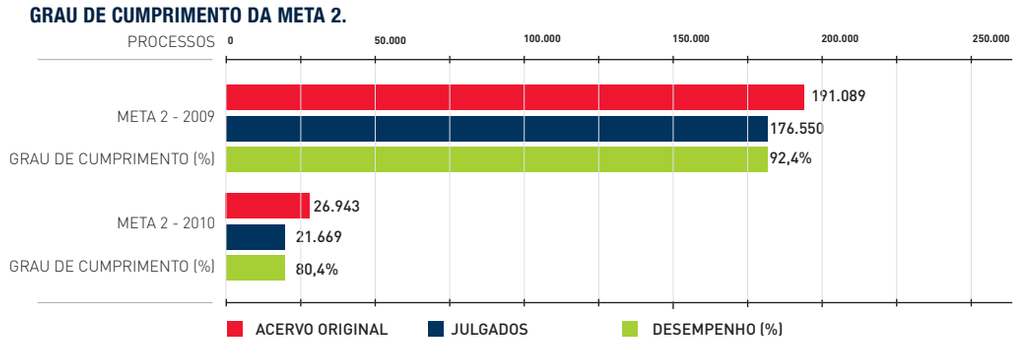
SENTENÇAS	DECISÕES	DESPACHOS
15.933	944	5.216

" Não adianta esforço exacerbado se não há direcionamento. Com rotinas implantadas, o trabalho se realizará de forma mais objetiva".

Desembargador Vítor Barbosa Lenza durante sua gestão como Presidente do TJGO (2010/2011)

META 2

O Conselho Nacional de Justiça estabeleceu em 2009 a sua meta mais desafiadora e mais relevante para o Judiciário. Conhecida como Meta 2, tem por objetivo julgar todos os processos que foram distribuídos até o ano de 2005. Posteriormente, em 2010, estendeu a meta para os processos que foram distribuídos em 2006.



Envolve processos do 1º grau, Juizados Especiais, 2º grau e Turmas Recursais. Em 2009, o montante de ações pendentes de julgamento era de 191.089, das quais já foram julgadas 176.550, o que se traduz num percentual de cumprimento de 92,4%, que cosntitui um dos maiores índices nacionais.

No início da meta 2 de 2010, restavam pendentes de julgamento 26.943 ações que foram distribuídas ao longo de 2006. Destas, 21.669 já foram efetivamente julgadas, o que se traduz num índice de 80,4%, considerado excelente pelo tempo que os processos foram distribuídos e também em comparação aos demais Tribunais estaduais.

O projeto Meta 2, inserido no plano da Gestão 2011/2013, objetiva dar continuidade aos esforços de julgamento das ações mais antigas. Mensalmente são contabilizados os processos remanescentes e disponibilizada lista no site do TJGO, de fácil acesso, para que os magistrados possam proceder com a gestão deste acervo.

Tela de consulta dos processos remanescentes da Meta 2. Disponível em *http://www.tjgo.jus.br/metas/pesquisa/meta2/main.php*

RACIONALIZAÇÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

Os maiores demandantes do Judiciário nacional são os Municípios com as ações de execução fiscal. Ações estas com características próprias que inflam as estatísticas. Fazendo frente a esta situação, o projeto Racionalização das Execuções Fiscais objetiva uma forma mais rápida e adequada para a tramitação das ações desta natureza.

Dentre as ações realizadas, foi estabelecida uma parceira entre a Corregedoria e a Procuradoria da Fazenda Municipal de Goiânia para a identificação das situações de quitação de débitos. Tal ação refletiu em uma baixa de cerca de 70 mil processos de execução fiscal. Importante atividade foi a visita técnica realizada à Comarca de São Paulo, SP, para conhecer o modelo de Vara única de execução fiscal municipal, que inspirou o presente projeto.

Foi apresentada à Corregedoria-Geral de Justiça e a Presidência do TJGO uma proposta de instalação de uma Vara Única de Execução Fiscal Municipal da Comarca de Goiânia, com a sugestão de edição de lei municipal restringindo a cobrança judicial aos débitos superiores a mil reais, já os débitos inferiores a este valor serão encaminhados ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflito para agendamento de conciliações, como a que ocorre durante a Semana Nacional de Conciliação.

O projeto garante a eficácia e a eficiência da tramitação dos débitos ajuizados no Poder Judiciário, ao mesmo tempo que garante mecanismos de intermediação entre o contribuinte e o Município para a quitação dos débitos de menor valor.

Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça lançam projeto Mutirão do Júri com apoio do Ministério Público

"Não somos nós que fazemos as leis e, no entanto, temos de cumpri-las, mas a legislação permite uma quantidade enorme de recursos que são, por sua vez, responsáveis em grande parte pela demora no julgamento de ações"

Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco
Corregedora-Geral da Justiça (2011/2012)

MUTIRÃO DO JÚRI

O projeto Mutirão do Júri tem por objetivo diminuir a taxa de congestionamento dos processos de competência do Tribunal do Júri e que estão aguardando pronúncia e/ou julgamento. O projeto foi motivado pela edição das metas 3 e 4 da ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública) que expressam ***"alcançar a fase de pronúncia em todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 31 de dezembro de 2008"*** e ***"julgar as ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007",*** respectivamente. Tal iniciativa é uma parceria do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

Na primeira edição de 2011, foram realizadas 85 sessões de julgamento em Goiânia, durante duas semanas, atingindo os expressivos resultados de 39 condenações, 33 absolvições, 12 prescrições e 1 suspensão. Nesta primeira experiência, participaram 17 magistrados, 20 promotores de Justiça, 50 advogados, além de policiais e oficiais de Justiça. As sessões foram realizadas em cinco locais, simultaneamente: nos dois Tribunais do Júri do Foro da capital, o auditório do TJGO, o auditório do Fórum Fenelon Teodoro Reis (Fórum Criminal), e na Escola Superior de Advocacia (ESA).

Com a mesma sistemática, houve o mutirão de julgamento na Comarca de Anápolis, com 57 sessões realizadas, e também na Comarca de Luziânia com 27 julgamentos, o que contribuiu para o cumprimento das metas estabelecidas.

DIVULGAÇÃO DA CONCILIAÇÃO NA SOCIEDADE

A Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses objetiva assegurar a todos o direito à solução dos mesmos conflitos, por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. Além da solução mediante sentença, os órgãos judiciários podem e devem oferecer outros mecanismos de solução, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação.

Transformando a política em realidade, o TJGO é destaque nacional ao oferecer uma repleta gama de opções para a solução de conflitos por métodos consensuais. E o reconhecimento é realizado pelo Conselho Nacional de Justiça ao premiar os Tribunais que mais de destacam nessa área. O Prêmio Conciliar é Legal consiste em um instrumento para identificar, reconhecer e disseminar boas práticas autocompositivas que estejam contribuindo para a efetiva pacificação de conflitos para a modernização, a rapidez e a eficiência da Justiça brasileira.

A premiação instituída pelo CNJ é apenas um reconhecimento dos esforços concentrados, de magistrados e servidores, para a realização de um bom trabalho que leve satisfação às partes que procuram o Judiciário para a solução de conflitos.

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS DPVAT

Os acidentes de trânsito, infelizmente, fazem parte da rotina nas cidades brasileiras. Criado para indenizar as vítimas, o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) nem sempre é disponibilizado em tempo hábil, gerando um grande número de ações judiciais para a garantia deste direito. Para agilizar a tramitação destes feitos, são promovidas audiências concentradas do DPVAT com as seguradoras e os acidentados, com o objetivo de pôr fim a um processo longo e cansativo. Na Gestão 2011/2013 foram realizadas 10.089 audiências concentradas do DPVAT, que resultaram em 4.241 acordos (índice de 42% de acordos).

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Outra frente conciliatória incentivada pelo TJGO são aquelas que envolvem as instituições financeiras e que representam demanda significativa no Poder Judiciário. O acesso ao crédito facilitado é acompanhado do aumento da inadimplência e dos pedidos de revisão de contratos. No biênio foram realizadas 2.298 audiências com as instituições financeiras, das quais 39,7% resultaram em acordo, pondo fim à tramitação do processo judicial.

Menção Honrosa, em 2011

1º lugar no Conciliar é Legal, em 2012

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS INSS

Para atender às demandas que envolvem o Instituto Nacional do Seguro Social, são programadas as audiências concentradas do INSS, que ganham elevada importância, pois possuem forte cunho social, tendo em vista que as partes envolvidas são pessoas com baixa renda. Foram realizadas 8.095 audiências, com 3.880 acordos estabelecidos, o que se traduz em um índice de 47,9% de acordos realizados.

JUSTIÇA MÓVEL DE TRÂNSITO

A Justiça Móvel de Trânsito foi criada para atender acidentes com veículos automotores que não envolvam vítimas fatais, contribuindo para reduzir o tempo para a solução do conflito. No último biênio, a Justiça Móvel de Trânsito promoveu 6.928 audiências, com um significativo número de acordos, total de 6.180, o que se traduz num índice de acordo de quase 90%.

CENTROS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO

Os Centros de Solução de Conflito, vinculados ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflito, atendem as unidades judiciárias do TJGO, e são responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. Funcionam tanto na conciliação e mediação pré-processual, quanto nas situações cuja causa já estiver judicializada. Estão estruturados e funcionam de acordo com a Resolução nº 125/2010 do CNJ. Durante a Gestão 2011/2013 foram realizadas 140.919 audiências, com índice de acordo superior a 50%, realizadas nos centros e nas unidades judiciárias.

3º Prêmio Conciliar é Legal (2012) – Destaque pelo maior índice de acordos na Semana Nacional de Conciliação, 92,9% de acordos.

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

O TJGO se destaca, nacionalmente, na semana de conciliação pelo elevado número de audiências de conciliação realizadas com eficiência, pois o índice de acordos é igualmente elevado, conforme atestado pelo próprio CNJ, ao conferir ao Judiciário goiano premiação no 3º Prêmio Conciliar é Legal.

Em 2011, a Semana Nacional foi responsável por realizar 28.128 audiências, com a formalização de 22.926 acordos, o que se traduz em um índice de realização de acordos de 81,5%.

Como pioneira, o evento do ano de 2012 ocorreu de forma descentralizada e simultânea na comarca da Capital e também nas comarcas de Rio Verde e de Caldas Novas, o que contribuiu para a elevação do número de audiências e, consequentemente, de acordos. Foram realizadas 43.338 audiências, com a impressionante marca de 40.272 acordos. O índice alcançado, de 92,9% é um dos maiores já obtidos pelo TJGO em eventos desta natureza e um dos maiores já alcançados em nível nacional.

8
16
17
18
05

Semana Nacional de Conciliação 2012 supera expectativa de atendimentos aos cidadãos.

Acordo sendo formalizado durante a Semana Nacional de Conciliação de 2012.

Os resultados obtidos são extremamente impactantes na diminuição da taxa de congestionamento, com a estimativa de redução de um ponto percentual, e na diminuição do número de casos novos em até cinco pontos percentuais.

Show amigosdapaz

Para promover a cultura da paz, o TJGO promoveu o Show Amigos da Paz, que reuniu diversas bandas para divulgar, na sociedade, valores de uma cultura de paz, bem como projetos realizados pelo Judiciário com este fim, como a Conciliação, a Justiça Ativa, a Justiça Terapêutica, entre outros. O evento arrecadou mais de dois mil quilos de alimentos que foram encaminhados à Organização das Voluntárias do Judiciário para serem doados a pessoas carentes.

Mesa de trabalho durante Workshop da Infância e Juventude.

EFETIVIDADE DA REGIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO

Motivado pela publicação do Provimento nº 24/2010 da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata dos procedimentos a serem adotados aos adolescentes autores de atos infracionais, foi proposto projeto para dar efetividade à regionalização das unidades de atendimento.

Uma das principais medidas tomadas foi a readequação da disposição das Comarcas, que compõem as regionais de cumprimento de medida socioeducativa de internação, formada por dez Comarcas polo.

O Projeto consiste em estruturar as dez Comarcas polo, de forma que lhes possam ser oferecidas as condições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para atingir este objetivo, as rotinas e procedimentos da área da Infância e Juventude foram mapeados, aprimorados e inseridos em um Manual de Rotinas.

Manual de Rotinas da Infância e Juventude apresenta aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho.

Carlos José Limongi Sterce e Carlos Magno Rocha da Silva durante apresentação do Manual de Rotinas no Worshop da Infância e Juventude.

"Tenho 20 anos de magistratura e 80% desse tempo estive atuando na área da infância e da juventude. É a primeira vez, contudo, que vejo o Poder Executivo tomando para si, de forma documentada e com prazos estipulados, o compromisso de reestruturar e adequar todo o sistema socioeducativo. E isso me faz vislumbrar muitas boas mudanças daqui pra frente"

Juiz Auxiliar da Corregedoria, Carlos Magno Rocha da Silva

A fim de disseminar as novas práticas para a área da Infância e Juventude, foram realizados dois Workshop da Infância e da Juventude, promovido pela Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás, cujo principal objetivo foi discutir as determinações constantes no Provimento nº12/2011, com a consolidação das normas relativas aos procedimentos de encaminhamento de adolescentes autores de atos infracionais às unidades de internação. Nessas oficinas foram proferidas palestras com convidados de outros Estados, apresentação do manual de rotinas e, principalmente, discussão sobre as realidades vivenciadas pelos Juízes goianos.

Agregando valor a este projeto, citam-se as ações desenvolvidas pelo TJGO para prover as Comarcas polo com as equipes multidisciplinares. Projeto específico para tal encontra-se em fase adiantada de execução.

A efetivação da regionalização das unidades de atendimento não depende de ação exclusiva do Poder Judiciário. A principal demanda é a construção e manutenção das unidades de internação, sob a responsabilidade do Poder Executivo. Para garantir a viabilização do funcionamento das unidades de internação, foi celebrado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta PGJ nº01/2012, entre o Ministério Público do Estado de Goiás, Corregedoria-Geral da Justiça e o Estado de Goiás para a construção, implantação e manutenção das referidas unidades.

INSTALAÇÃO DO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

O aumento dos crimes contra a mulher levou o TJGO a instalar o 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher na Comarca de Goiânia.

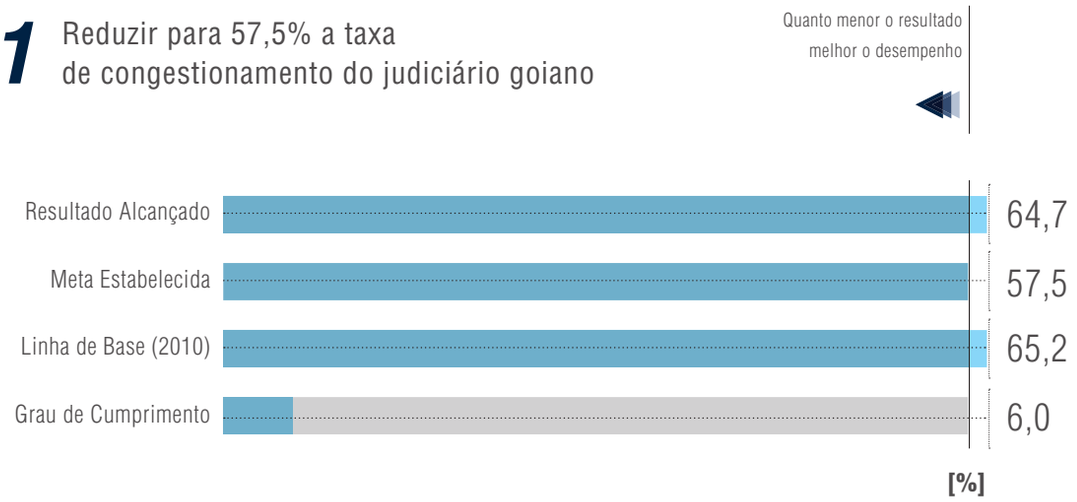
O Juizado trará celeridade na tramitação processual, na efetivação e na aplicação da Lei Maria da Penha, fazendo com que a cidadania seja resguardada e melhor atendida.

RESULTADO ALCANÇADO PELAS METAS

A taxa de congestionamento obteve um baixo grau de cumprimento porém foi o menor índice já registrado, ou seja de 64,7%. O baixo desempenho está associado a grande deficiência no quantitativo de Juízes, conforme observado no 1º Grau (67,4%), Juizados Especiais (64,4%) e Turmas Recursais (43,8%). O 2º Grau, com taxa de 19,8%, posiciona o TJGO como o de menor congestionamento do país, atestado pelo CNJ por duas vezes consecutivas.

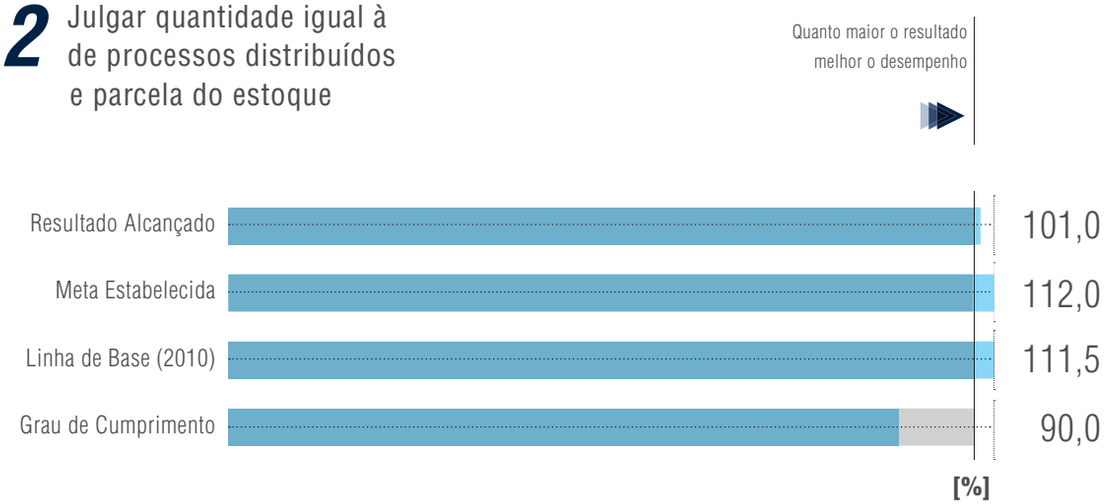
Destaque-se que nos anos de 2009 e 2010 foi promovida uma intensa atualização no acervo, com a baixa considerável de volume de processos, causando significativa diminuição na parcela daqueles arquivados.

1 Reduzir para 57,5% a taxa de congestionamento do judiciário goiano



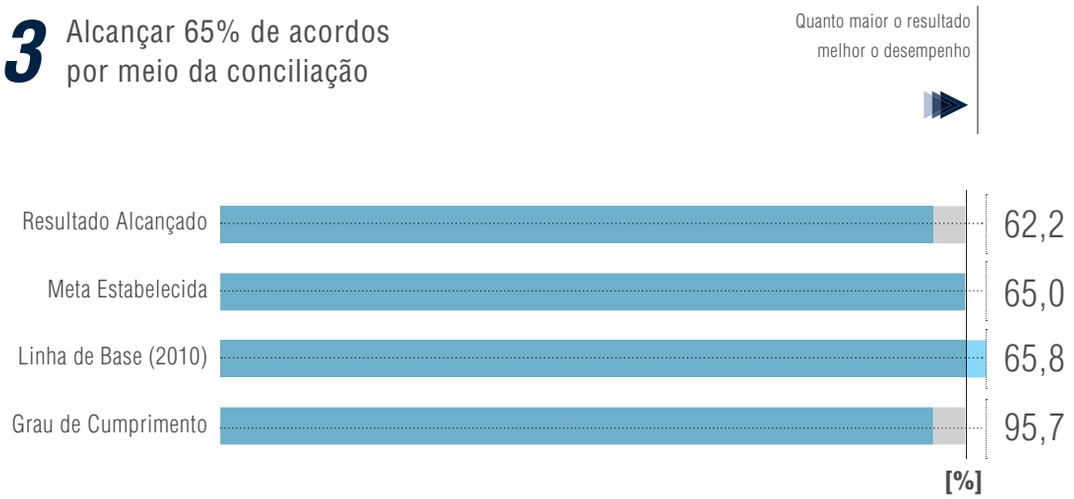
A meta 2 é exemplo de meta arrojada estabelecida pelo TJGO. Meta homônima definida pelo CNJ exige cumprimento de 100%, enquanto que o estabelecido no Plano Estratégico era de 112%. Ainda que o grau de cumprimento interno seja inferior à meta estabelecida, o desempenho obtido contribuiu para que o ano de 2012 se encerrasse com volume de processos inferior ao do início do ano. Tal fato é extremamente relevante para a melhoria da prestação jurisdicional, pois significa menos acervo para cada magistrado e, consequentemente, maior dedicação aos processos em tramitação.

2 Julgar quantidade igual à de processos distribuídos e parcela do estoque



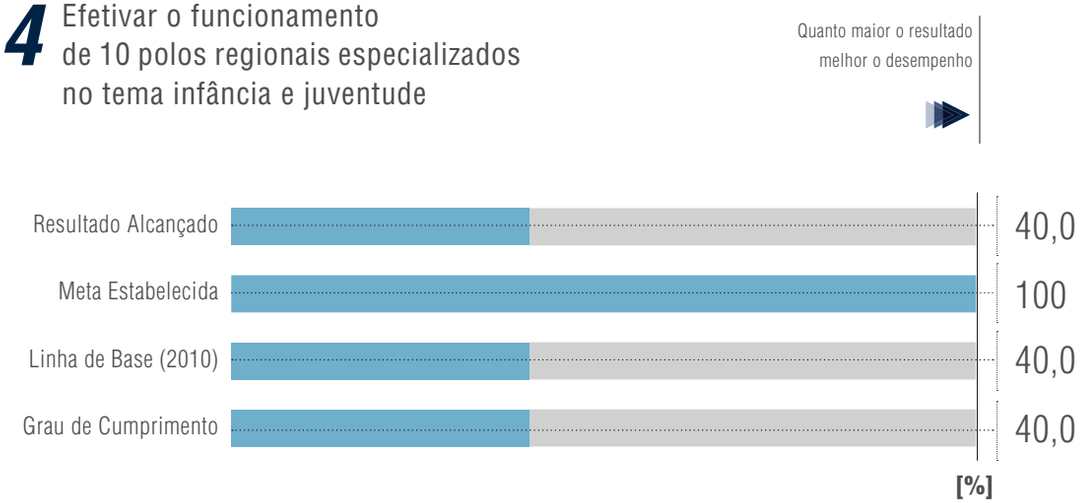
Já é uma tradição no TJGO a solução de conflitos pela via da conciliação e mediação. Os excelentes resultados alcançados são reconhecidos pelo CNJ, com as premiações recebidas, que se destacam pelo elevado número de acordos conseguidos. Ainda que o desempenho alcançado seja superior ao dos demais Tribunais do país, as metas estabelecidas buscam extrair o máximo de desempenho, pois cada acordo realizado, além de satisfazer as partes envolvidas na demanda, é responsável pela diminuição do tempo de tramitação processual, o que está intimamente ligado à busca da celeridade na prestação jurisdicional.

3 Alcançar 65% de acordos por meio da conciliação



O desempenho na Meta 4, definitivamente não reflete a atuação do TJGO, principalmente da da CGJ, para melhorar a prestação jurisdicional dos processos do tema Infância e Juventude. Vale ressaltar que a meta não depende exclusivamente do Judiciário, mas também Ministério Público e do Poder Executivo Estadual. Ainda que o desempenho numérico não tenha sido o esperado, a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Governo do Estado e o Ministério Público, foi a grande conquista, pois o Estado é extremamente carente em disponibilizar vagas para a internação dos menores infratores. Se a meta não estivesse sido estabelecida, talvez o resultado não fosse o mesmo.

4 Efetivar o funcionamento de 10 polos regionais especializados no tema infância e juventude



2

OUVIR A SOCIEDADE E ENTENDER SUAS NECESSIDADES SÃO MECANISMOS PARA MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Melhorar a imagem do Poder Judiciário do Estado de Goiás perante a sociedade, elevando a percepção positiva sobre a instituição.

META ASSOCIADA

META 5

Obter 80% de satisfação do usuário da Justiça

PROJETOS DESENVOLVIDOS

A credibilidade do Poder Judiciário visto pela sociedade é, sem dúvida, um dos seus maiores patrimônios. Zelar pela imagem institucional tem relevância, pois o Judiciário é uma das poucas instituições públicas que são bem avaliadas no quesito confiança, pela população. Ouvir o cidadão é um dever para que os serviços oferecidos aos que procuram a Justiça sejam realizados com maior atenção e dedicação.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
5	Melhoria da satisfação dos usuários da justiça	Grande	Em execução	50
5	Modernização dos arquivos judiciais	Grande	Em execução	50

MELHORIA DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA JUSTIÇA

A avaliação da satisfação dos usuários da Justiça é um sistema de administração de informações que capta a voz do cidadão sobre os serviços executados pelo Judiciário goiano, sob o do seu ponto de vista. Portanto, mede a qualidade externa, indicando caminhos para a tomada de decisão.

As informações sobre os níveis de satisfação dos usuários são relevantes, pois fornecem subsídios preciosos para a melhoria da instituição, com vistas ao alcance dos resultados institucionais.

A pesquisa de satisfação aplicada na Gestão 2011/2013 avaliou a percepção dos usuários da justiça sob cinco enfoques: atendimento; serviços judiciais; comunicação; instalações e instituição. De forma inédita, foi estruturada para avaliação das unidades judiciárias por especialidade e com perguntas diretas sobre a qualidade dos serviços prestados, pois somente assim poderemos alcançar um Judiciário digno à sociedade.

Os resultados mostram que o índice de satisfação geral do usuário com o Judiciário goiano é de 48%. Índice este considerado dentro da normalidade, aos pontos pesquisados, como qualidade do atendimento, tempo para realização dos procedimentos, realização das audiências, encaminhamento de respostas, entre outros, obtendo desta forma uma percepção mais real do Judiciário goiano, formando um banco de informações relevantes para a realização dos próximos ciclos de planejamento.

O excelente desempenho do TJGO em frente às metas nacionais estabelecidas pelo CNJ, que pela primeira vez cumpriu na integralidade todas as metas propostas, não condiz com o resultado da pesquisa de satisfação, demonstrando de forma clara que os investimentos realizados na melhoria da prestação jurisdicional não são percebidos na ponta da cadeia, representada pelos usuários da Justiça.

MODERNIZAÇÃO DOS ARQUIVOS JUDICIAIS

A produção documental no Poder Judiciário é bastante significativa, e gerenciar esse acervo é um grande desafio. Com o objetivo de implantar a gestão documental no Poder Judiciário goiano, foi elaborado o projeto de modernização dos arquivos judiciais que objetiva estabelecer um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos institucionais produzidos e recebidos pelo TJGO. O projeto visa atender a Recomendação nº 37, de 15 de agosto de 2011 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME.

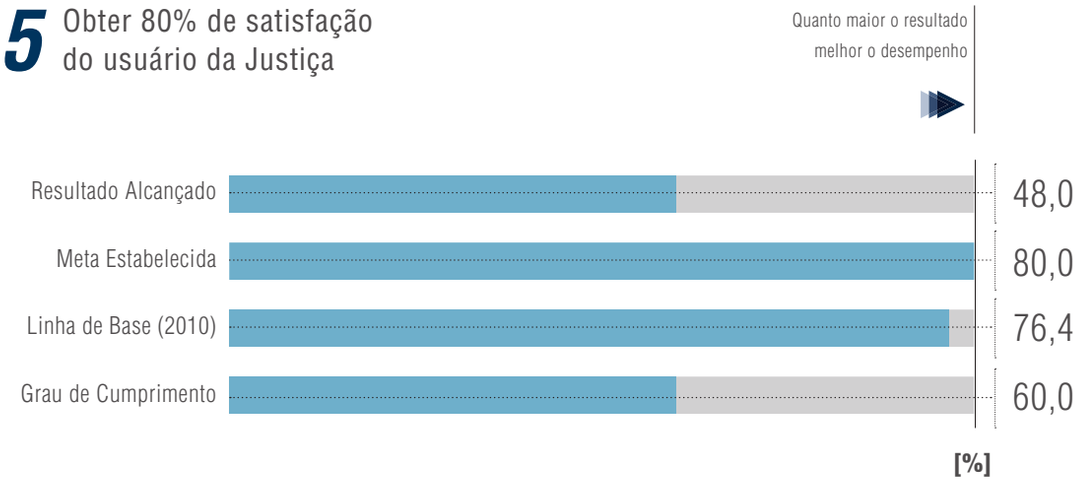
O projeto está estruturado em oito linhas de atuação que envolvem a Comissão Permanente de Avaliação Documental, organização física do acervo, tabela de temporalidade, estrutura da unidade de gestão documental, digitalização do acervo, sistemas, avaliação de documentos históricos e, por fim, recursos humanos.

Atividades necessárias para a implantação do projeto estão em execução, com a realização de quatro pilotos (arquivo judicial do 2º grau, arquivo administrativo do TJGO e duas Comarcas no interior do Estado) para definição e aprimoramento de metodologias de trabalho. Encontra-se em fase adiantada a proposta para a implantação de uma tabela de temporalidade própria, seguindo as especificidades do Tribunal goiano.

RESULTADO ALCANÇADO PELA META

O resultado de 48% de satisfação do usuário da Justiça, considerado baixo em razão da meta estabelecida, reflete com mais realidade a percepção do cidadão, tendo em vista que as perguntas estabelecidas foram diretas a pontos cruciais que envolvem o tempo de tramitação dos processos na Justiça. Os questionamentos foram direcionados para este fim, para que fossem obtidas informações relevantes para a melhoria da prestação jurisdicional, para a elaboração e execução dos futuros projetos do Poder Judiciário. O banco de dados obtido é rico e contribuirá de forma efetiva para a melhoria da Justiça, a refletir nas futuras pesquisas de satisfação.

5 Obter 80% de satisfação do usuário da Justiça



3

JUSTIÇA EDUCACIONAL APROXIMA O MAGISTRADO DOS JOVENS CIDADÃOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar a comunicação do Poder Judiciário do Estado de Goiás com a sociedade e seus colaboradores, facilitando-lhes o acesso à Justiça e assegurando-lhes a efetivação dos direitos e da cidadania.

META ASSOCIADA

META 6

Implantar programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário, em escolas ou outros espaços públicos

PROJETOS DESENVOLVIDOS

A administração pública tem como destinatários de suas ações os cidadãos, sujeitos de direitos, e a sociedade, demandante da produção do bem comum e do desenvolvimento sustentável. É natural que as suas ações sejam direcionadas para atender as necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de beneficiários dos serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado exercido pelas organizações públicas.

Com este propósito, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás busca aprimorar a sua comunicação com a sociedade, incentivando a participação de todos na construção de uma sociedade na qual os direitos individuais são garantidos, e a cidadania é praticada por todos.

Na Gestão 2011/2013, foi dada uma atenção especial aos jovens cidadãos, crianças e adolescentes. Levar a este público informações sobre cidadania e democracia é contribuir efetivamente para uma sociedade com mais igualdade, na qual o respeito a individualidade seja um valor praticado e, consequentemente, menos agressiva a seus cidadãos.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
6	Justiça Educacional	Grande	Concluído	100
6	Judiciário na Comunidade	Pequeno	Perda de status de PE	-
6	Audiência pública	Médio	Em execução	25
6	Carta de Serviços ao Cidadão	Grande	Sobrestado	10

JUSTIÇA EDUCACIONAL

O Programa Justiça Educacional tem o objetivo de aproximar os magistrados da sociedade e esclarecer os jovens sobre o funcionamento da Justiça, os seus direitos e deveres na sociedade. O TJGO, que já desenvolveu atividades semelhantes em meados de 1996, lançou o projeto motivado pelo CNJ, que estabeleceu como meta em 2011, implantar em escolas ou em quaisquer outros espaços públicos pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário.

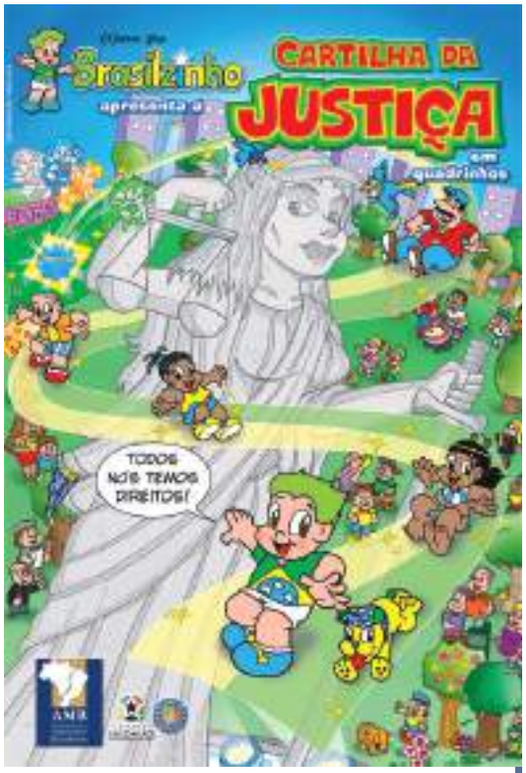
Com uma linguagem clara e simples, os magistrados envolvidos no projeto explicam por meio de exemplos como o cidadão deve agir, quem são os entes públicos que ajudam as pessoas a solucionarem problemas, além de noções sobre a estrutura e o funcionamento do Estado, principalmente do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Polícia

Nesse contexto, a iniciativa de alcance estadual desenvolve três atividades, de acordo com o grau de escolaridade dos estudantes.

- Visitas de juízes às escolas: promoção de palestras nas escolas públicas da rede municipal e estadual de Goiás, ministradas por magistrados da comarca aos estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. A intenção é abordar temas de interesse da comunidade, enfatizando questões relacionadas à cidadania e à justiça. Ainda são distribuídas cartilhas educativas e apresentado um vídeo;

- Visita de universitários ao TJGO: o Tribunal de Justiça recebe visitas de estudantes de Direito, que têm a oportunidade de conhecer os espaços onde acontecem as principais decisões do Judiciário estadual, e recebem informações sobre atribuições e competências das diversas áreas que compõem o órgão;

- Júri nas Faculdades: projeto idealizado pelo Juiz Jesseir Coelho de Alcântara, tem o objetivo de aproximar os alunos do curso de Direito da prática dos Tribunais do Júri. Ocorre desde 2009 na Comarca de Goiânia.



Exemplar da Cartilha da Justiça distribuídos nas Escolas.

A iniciativa ajuda a mudar aquela imagem antiga do juiz distante da sociedade, além de reforçar o seu papel para julgar casos com imparcialidade, baseados na lei e nas provas do processo e com a garantia da defesa feita pelo advogado ou pelo defensor público.

1- São Miguel do Araguai, 2 - Luziânia, 3- Caiapônia, 4 - Posse, 5 - Anápolis

O Programa Justiça Educacional, institucionalizado pelo decreto número 1653/2012, e implantado de forma descentralizada com a adesão dos Diretores de Fóruns e magistrados, nas comarcas. Foram realizadas diversas reuniões envolvendo magistrados, secretários de educação, diretores e coordenadores das escolas participantes e professores, sobre a metodologia e apresentação dos recursos didáticos utilizados no projeto.

Foram realizadas mais de 30 visitas de magistrados às escolas participantes, além de mais de 20 visitas aos Fóruns das Comarcas integrantes do projeto para conhecimento da estrutura e funcionamento do Poder Judiciário. Durante as visitas, os alunos receberam mais de 3.300 exemplares da "Cartilha da Justiça em quadrinho", confeccionada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), parceira do TJGO no projeto.

Um concurso de redação, e uma gincana de conhecimentos foram realizados, com o objetivo de motivar a participação e integração de todos os alunos. Ao término das atividades foram realizados eventos de encerramento com a participação de todos os envolvidos.

Participaram do projeto os Juízes Luís Flávio Cunha Navarro (Águas Lindas de Goiás), Mateus Milhomem (Anápolis), Elaine Cristhina Alencastro Veiga Araújo (Anicuns), Thiago S. Castelliano L. De Castro (Caiapônia), Marina Cardoso Buchdid (Formosa), Wanessa Rezende Fuso (Goiânia), Camila Nina Erbetta Nascimento e Moura (Goiânia), Eduardo Tavares dos Reis (Itaguaru), Roberto Neiva Borges (Itumbiara), Hélio Antônio Crisóstomo de Castro (Pires do Rio), Fernando César R. Salgado (Rio Verde), Nivaldo Mendes Pereira (Santa Cruz de Goiás), Marlon Rodrigo Alberto dos Santos (Santo Antônio do Descoberto), Ricardo Prata (Trindade), Heber Carlos de Oliveira (Aparecida de Goiânia), Stefane Fiúza Cançado Machado (Aparecida de Goiânia), Letícia Silva Carneiro de Oliveira (Cristalina), Soraya Fagury Brito (Luziânia), Joviano Carneiro Neto (Posse), Rodrigo de Melo Brustolin (São Miguel do Araguaia), Geovana Mendes Baía Moisés (Uruaçu), José Augusto de Melo Silva (Valparaíso de Goiás), Mariana Belisário Schettino Abreu (Valparaíso de Goiás) e Gabriel Consigliero Lessa (Vianópolis).

Júri realizado em uma das faculdades de Direito de Goiânia.

Justiça vai a escola nas eleições - durante o ano de 2012, motivado pelas eleições municipais, foi realizada uma especialização do projeto original, dando origem à Justiça vai à Escola nas Eleições 2012, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o pleito municipal, o papel dos prefeitos, dos vereadores, do juiz eleitoral e do promotor eleitoral, a dinâmica de uma eleição, a importância dos partidos políticos, a compra de votos, a propaganda política, entre outras questões, conscientizando os participantes sobre o exercício da cidadania, de forma a alcançar uma sociedade justa e democrática.

Foram realizadas 17 visitas a oito escolas municipais e estaduais na comarca de Caiapônia para ministrar palestras sobre as eleições, com a realização de um concurso de redação sobre o tema "Quem merece o meu voto?", um concurso de desenho para alunos do 1° ao 3° ano do ensino fundamental e festa de encerramento reunindo escolas participantes do projeto na comarca.

PROJETO FACULDADES PARTICIPANTES	NÚMERO DE ESCOLAS E	ALUNOS ATINGIDOS
Justiça Educacional	80	9.477
Visita de universitários ao TJGO	6	895
Júri nas faculdades	9	1.734

O projeto Júri nas Faculdades é um sucesso absoluto em todos os lugares em que foi realizado, tendo grande aceitação pelos alunos e pelas instituições de ensino superior do Direito. Os procedimentos de realização dos júris nas instituições são os mesmos adotados nos tribunais, significando uma verdadeira aula aos futuros operadores do Direito.

Iniciativas desta natureza trazem benefícios para a sociedade, já que presta esclarecimentos sobre os direitos e deveres dos cidadãos, as funções dos poderes da república, conscientizando os participantes sobre o exercício da cidadania de forma a alcançar uma sociedade justa e democrática. Ao mesmo tempo, possibilita ao TJGO uma aproximação entre magistrado e comunidade, com uma melhor interação, que se traduz em um trabalho mais humano e efetivo.

Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, presidindo audiência pública na Comarca de Cavalcante.

"Ao invés de aguardarmos que as comarcas nos procurem, nós as procuramos para ouvir os anseios, dúvidas e questionamentos da sociedade local no que pertine à Justiça de 1º Grau e tentar solucioná-los na medida do possível."

Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, Corregedora-Geral da Justiça (2011-2012)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário da sociedade e conhecer as necessidades dos cidadãos, foi desenhado e executado pela Corregedoria-Geral da Justiça o projeto de Audiências Públicas. O projeto se torna relevante, especialmente para as comarcas do interior do Estado, pois possibilita ao cidadão comum acesso facilitado à Corregedoria, que possui sede na Comarca da capital, evitando deslocamentos e custos para que suas críticas, sugestões e dúvidas possam ser recebidas e encaminhadas para as devidas providências. O projeto é coordenado pelo Juiz-Auxiliar da Corregedoria, Ronnie Paes Sandre.

A primeira audiência realizada ocorreu na Comarca de Cavalcante. Teve como motivo a regularização fundiária urbana do município, tendo em vista que nenhum morador da área urbana da cidade possui escritura do seu imóvel. O evento possibilitou ouvir os anseios dos moradores da cidade, bem como representantes da Agência Goiana de Habitação (Agehab), do Ministério Público Estadual (MP-GO) e da Prefeitura Municipal. A estimativa é de que 5 mil lotes sejam regularizados. A audiência pública possibilitou ainda a regularização definitiva do cartório de imóveis.

Na Comarca de Catalão, a audiência pública contou com a presença de membros do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, das polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, bem como de representantes da sociedade civil organizada. Foram levantados questionamentos sobre a estrutura do Judiciário local, bem como outras solicitações pontuais.

Participação de magistrados e servidores na audiência pública realizada na Comarca de Luziânia.

Audiência pública realizada na Comarca de Catalão.

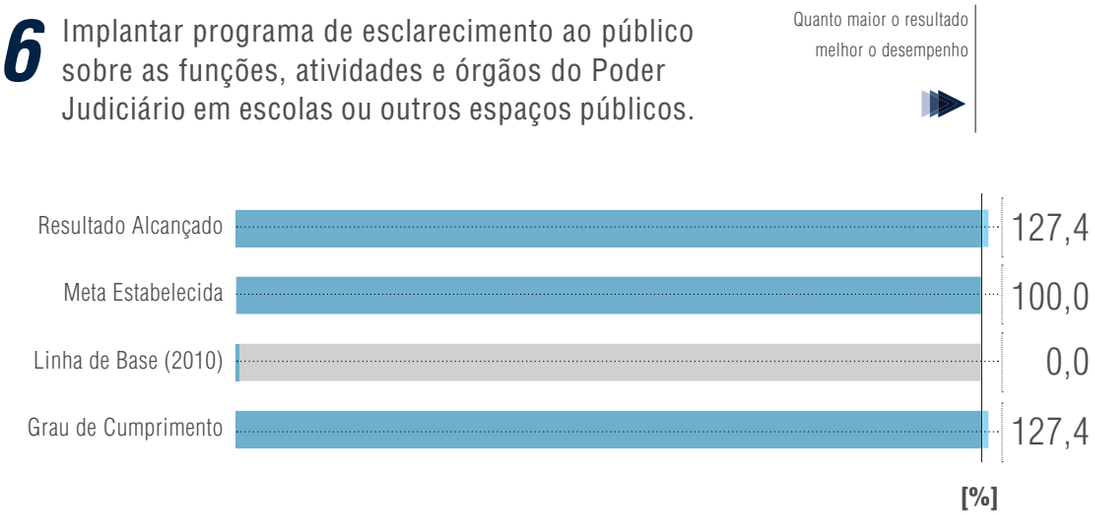
Em virtude do alto índice de violência, que tem alarmado a população do entorno do Distrito Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça realizou audiência pública na Comarca de Luziânia, com a presença de diversos representantes da sociedade, membros do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Procuradoria-Geral do Estado, dos poderes Executivo e Legislativo do município, entre outros. Na abertura do evento, a Dra. Alessandra Gontijo, Diretora do Foro, disse de sua satisfação em receber o projeto Audiências Públicas na comarca, por entender ser esse um ato democrático. "Em dez anos de magistratura é a primeira vez que vejo a Corregedoria tomar uma iniciativa como essa", comentou, referindo-se ao fato de Beatriz Figueiredo ter-se deslocado, com sua equipe, para se aproximar da sociedade. "É muito importante que projetos como esse sejam criados e executados, porque, a bem da verdade, a sociedade precisa, de fato, de ser ouvida, já que ela é o julgador dos julgadores, que somos nós", analisou.

Ronnie Paes Sandre, por sua vez, disse que, com o projeto, a CGJGO demonstra estar acompanhando a evolução da sociedade. "A Corregedoria não é mais aquele órgão estático, que era antigamente. Ao deslocar-se para o interior em busca de maior proximidade e comunicação, esta gestão demonstra ser antenada com os novos tempos, quando a mobilidade é uma tendência sem volta", analisou.

RESULTADO ALCANÇADO PELA META

O resultado alcançado na meta reflete o índice de participação nos eventos realizados. Mais do que implantar um programa, foi estabelecida uma participação mínima para garantir a efetividade das ações propostas, proporcionando um maior alcance da comunicação do Poder Judiciário com a sociedade.

6 Implantar programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou outros espaços públicos.



ANÁLISE GLOBAL DO TEMA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

O panorama observado no tema Atuação Institucional contempla três metas em situação ideal e outras três em situação crítica. Considera-se o desempenho satisfatório, tendo em vista que as metas estabelecidas foram arrojadas, exigindo nível de excelência do Judiciário goiano. O que confirma essa afirmação é o desempenho obtido pelo TJGO nas metas nacionais do CNJ e no desempenho dos indicadores de litigiosidade. Ainda que a meta de congestionamento, por exemplo, não tenha sido superada, o desempenho do Judiciário goiano é superior à média nacional, alcançado menor nível desde 2004, ano que o indicador começou a ser monitorado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Promover ações de responsabilidade social e ambiental que impactem positivamente a sociedade, balizadas no tripé da sustentabilidade: ambientalmente correta ,socialmente justa e econômicamente viável, além de obedecer à legislação existente relacionada ao tema.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4 Promover ações de responsabilidade social e ambiental

4

PROGRAMA JUSTICA PLENA DÁ MAIOR CELERIDADE AOS TRÂMITES JUDICIAIS DOS PROCESSOS DE GRANDE REPERCUSSÃO SOCIAL.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Melhorar a imagem do Poder Judiciário do Estado de Goiás perante a sociedade, elevando a percepção positiva sobre a instituição.

METAS ASSOCIADAS

META 7
Implantar, nas 60 maiores Comarcas do estado, ações que impactem positivamente a sociedade

META 8
Reduzir em 2% o consumo per capta com energia, papel, água, telefone e combustível do Poder Judiciário goiano

RECICLAVEL
ORGANICO
Socioambiental
Coleta Seletiva
Socioambiental
Coleta Seletiva
Socioambiental
Coleta Seletiva
Socioambiental
Coleta Seletiva

CENÁRIO INSTITUCIONAL

A responsabilidade social é essencialmente um conceito que expressa a decisão de todos, governos, empresas e cidadãos, de contribuir voluntariamente em prol de uma sociedade melhor e um meio ambiente mais equilibrado e sadio. Tem como referências os princípios, acordos e compromissos assumidos em nível internacional, nacional, regional e local, indo além das obrigações legais. Dentre os marcos declaratórios destacam-se a Constituição Brasileira de 1988, a Declaração de Copenhague para o Desenvolvimento Social (1995), que reafirmou o conceito de desenvolvimento sustentável, a Declaração do Milênio aprovada em 2000, que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM) com metas e prioridades a alcançar, com foco no fortalecimento e efetivação de direitos.

Neste contexto, o poder público possui um papel estratégico no processo de Responsabilidade Social e Ambiental - RSA-, por meio da promoção do diálogo entre os setores sociais e na conscientização da sociedade sobre a importância de uma política de responsabilidade socioambiental para a construção de uma cultura para sustentabilidade.

No cenário do Judiciário nacional, a semente da responsabilidade social e ambiental foi plantada pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Recomendação n º11, de 22 de maio de 2007, que recomenda a adoção pelo Poder Judiciário, de políticas públicas voltadas para a formação e recuperação de uma ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente, bem como instituir comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação do meio ambiente.

Em atendimento a esta Recomendação, o Plano Estratégico, biênio 2007/2009, incluiu como uma de suas metas a implementação de ações socioambientais, com o objetivo de promover ações de responsabilidade social e ambiental. Dentre estas ações destaca-se o convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Ministério do Meio Ambiente, a assinatura do Termo de Adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e a designação da 1ª Comissão de Gestão Ambiental do TJGO, com a participação dos servidores e magistrados.

Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça, atento às demandas para a construção de uma sociedade mais sustentável, deliberou, por meio de normativas, a Resolução 70/2009, que define como atributo de valor do Poder Judiciário para a sociedade, a Responsabilidade Social e Ambiental. O mesmo documento institui objetivos estratégicos, em que a eficiência operacional, o acesso ao sistema de justiça e a responsabilidade social são temas a serem perseguidos pelo Poder Judiciário, objetivando a promoção da cidadania. Nesta mesma linha, a Resolução nº 114/2010 dispõe sobre a promoção da responsabilidade social e a otimização das edificações no aproveitamento dos recursos naturais, demonstrando, assim, a responsabilidade ambiental, social e econômica a ser seguida pelo Poder Judiciário.

Seguindo estas deliberações, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em seu Plano Estratégico 2011/2013, definiu como missão, seu propósito e compromisso com a sociedade. Os valores institucionais deste Plano estabelecem as bases para a compreensão das atitudes e, portanto, devem motivar as ações e condutas de todos os integrantes da organização judiciária, dentre as quais se destaca a Responsabilidade Social e Ambiental.

PROJETOS DESENVOLVIDOS

Para o alcance do objetivo proposto, foram inseridas duas metas específicas relacionadas à Responsabilidade Social e Ambiental: Meta 7- Implantar, nas 60 maiores comarcas do Estado, ações que impactem positivamente a sociedade, e Meta 8- Reduzir em 2% o consumo *"per capta,* com energia, papel, água, telefone e combustível do Poder Judiciário goiano.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
7	Implantação da Justiça Terapêutica no Interior	Grande	Em execução	50
7	Coordenadoria Interdisciplinar Forense	Grande	Em execução	50
7	Coleta Seletiva e Destinação de Resíduos Sólidos	Grande	Em execução	50
7	TI Verde	Médio	Sobrestado	5
7	Pai Presente	Médio	Em execução	25
7	Justiça Plena	Pequeno	Em execução	5
7	Projeto Justipaz	Pequeno	Em execução	5
7	Coordenadoria das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar	Pequeno	Concluído	10
8	Uso Consciente de Recursos Redução do Consumo de Água	Grande	Em execução	50
8	Uso Consciente de Recursos Redução de Consumo de Energia	Grande	Em execução	50
8	Uso Consciente de Recursos Redução de Consumo de Papel A4	Grande	Em execução	50
8	Instalar Sistema VOIP no Tribunal de Justiça e Comarcas	Grande	Em execução	50
8	Redução de Custos com a Frota de Veículos	Grande	Em execução	50
8	Implantação de Software para Gestão de Impressão	Grande	Paralisado	10

Equipe do Programa Justiça Terapêutica

IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA TERAPÊUTICA NO INTERIOR

O programa Justiça Terapêutica implantado em 2010 em Goiás, representa um novo paradigma para o enfoque e o enfrentamento da violência e da criminalidade relacionada direta e indiretamente ao uso, abuso e dependência de drogas ilícitas e mesmo das lícitas e socialmente aceitas, que causam grandes danos à sociedade. O programa consiste em um conjunto de medidas que visa aumentar a possibilidade de os infratores usuários e dependentes de drogas entrarem e permanecerem em tratamento, modificando seus comportamentos delituosos para comportamentos socialmente aceitos e positivos. Em Goiás, o atendimento não se restringe aos infratores incursos no artigo 28 da lei de Drogas, abarca também pessoas que cometeram outros delitos, nos quais o juiz observou um possível vínculo entre o delito e o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas.

E como resultado de sua atuação em 2011 e 2012, tem-se:

AÇÕES	QUANTITATIVO
Nº de beneficiários atendidos	768
Nº de casos concluídos (encerramento da pena)	309
Nº de casos em andamento atualmente	459
Número estimado de atendimentos individuais	1560
Número estimado de grupos realizados	228*
Atividades de reinserção social (cursos de capacitação, cinema, concurso de redação, frases e desenhos, palestra e jantar beneficiente)	13
Reuniões entre a equipe do projeto	28
Reuniões e parcerias firmadas	43
Visitas domiciliares	48
Visitas institucionais	36
Realização de cursos e eventos	14
Capacitação de profissionais para comarca do interior	08
Cursos para capacitação da equipe do projeto	10
Ações de colaboração com a rede parceira	07

* Grupos com 1824 pessoas participantes

Premiação do 1º Concurso de Redação, Frases e Desenhos realizado entre beneficiários e familiares do Programa Justiça Terapêutica

Visando levar os benefícios oferecidos por este programa às comarcas do interior, foi realizada, nos últimos 2 anos, a capacitação de profissionais responsáveis pela implantação do Justiça Terapêutica das comarcas de Campos Belos, Inhumas, Itumbiara, Piracanjuba e São Miguel do Araguaia. Outras comarcas foram orientadas, via telefone ou por e-mail, sobre o processo de implantação do Programa, bem como sobre o encaminhamento de dependentes químicos para tratamento.

No evento realizado em outubro de 2011, em comemoração a um ano de implantação do Programa, alguns beneficiários relataram a satisfação em fazer parte deste projeto que devolve a esperança de um novo recomeço. Um disse estar firme no propósito de reconstruir sua vida e cuidar da família, contou sua história de envolvimento com drogas desde os 18 anos, quando também foi preso, e agradeceu aos membros do projeto por terem-no acolhido quando estava "no fundo do poço".

Outro beneficiário também dividiu sua experiência e o sofrimento dos pais, que tinham medo de serem roubados por ele. "Vivia bêbado e drogado, mas descobri no Justiça Terapêutica a vontade de viver. Agradeço à equipe do Justiça Terapêutica por eu ter tirado do meu dicionário as palavras não sou capaz", disse o jovem, frisando que quer fazer faculdade de Direito e se tornar advogado.

Em outubro de 2012, quando se comemorava 2 (dois) anos de implantação do Programa, a Coordenadora do Programa, Dra. Maria Umbelina Zorzetti, falou sobre a expectativa de que haja uma diminuição da criminalidade com a continuidade do programa. "Nós sabemos que a droga está presente em cerca de 90% dos crimes praticados, o desafio é atender mais jovens que se envolvem em crimes e têm algum tipo de dependência química".

JUSTIÇA PLENA

O programa Justiça Plena, de iniciativa da Corregedoria do CNJ, implantado em Goiás em 2011, se comprometeu a dar maior celeridade nos trâmites judiciais dos processos de grande repercussão social. Os processos eram indicados pelos magistrados para acompanhamento pelo Justiça Plena. Dessa forma, estes foram encaminhados ao Ministério Público, que fez a triagem da ação, verificando o enquadramento nos quesitos estabelecidos pelo CNJ para o acompanhamento. A iniciativa apoiou a gestão de causas relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais.

Os casos em que foi detectada a possibilidade de acompanhamento foram encaminhados à comissão constituída por um Juíz Auxiliar da Presidência e outro da Corregedoria, que deram encaminhamento ao pedido no sistema específico do CNJ. Após, a equipe do CNJ ficou a disposição para prestar auxilio técnico e/ou jurisdicional. Este auxílio não implicou interferência no julgamento do magistrado, mas apenas em questões como a dependência de pareceres de outras entidades ou falta de estrutura administrativa para dar seguimento ao processo.

Foram parceiros do Tribunal e da Corregedoria neste programa: o Ministério Público, a Procuradoria Geral do Estado, a Superintendência de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Goiás.

Reunião para elaboração do projeto

Justiça Plena em Goianira

Servidora do Tribunal de Justiça apresenta projeto "Uso consciente de papel"

USO CONSCIENTE DE RECURSOS

Com o foco na sustentabilidade, o TJGO vem desenvolvendo diversas ações de forma a combater o desperdício e a racionalizar a utilização dos bens consumíveis. A Divisão de Manutenção Predial adotou uma série de medidas que contribuíram para a redução do consumo com água e energia, como: instalação de vasos sanitários com caixas acopladas, torneiras com temporizador, interruptores individuais, sensores de presença nos corredores e escadas. Ainda estão sendo providenciadas a instauração de programação rotineira de verificação de vazamentos hidráulicos em todo complexo, aquisição e instalação de aspersores de água para irrigação dos jardins e a criação e disponibilização de cartazes e espaço na intranet para conscientização de servidores, magistrados, colaboradores, prestadores de serviço e a população em geral sobre a importância da preservação dos recursos naturais.

Panfleto de orientação e Caixa coletora de resíduos sólidos permite a segregação dos lixos.

COLETA SELETIVA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A prática da Coleta Seletiva se justifica dada a urgência exigida na recuperação e gestão do meio ambiente. A Lei nº 12.305/2010, que institui a Politica Nacional de Resíduos Sólidos, versa que: "Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos". Indicadores de um estudo realizado, em 2009, pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH –, revela que dos 232 municípios goianos somente 9 cuidam do lixo urbano de forma adequada.

Buscando contribuir para a preservação do meio ambiente, o Tribunal de Justiça de Goiás realizou, dentre várias ações planejadas, treinamento sobre "Coleta Seletiva e Destinação de Resíduos Sólidos" e "Uso Consciente de Papel" para servidores e funcionários da limpeza, conservação e copa das comarcas de Caldas Novas, Cidade Ocidental, Goiânia e Luziânia. A Implantação efetiva do processo de coleta seletiva se deu nas comarcas de Caldas Novas, Cidade Ocidental e Luziânia, com instalação de coletores de lixo, distribuição de caixas coletoras de papéis aproveitáveis e realização de parceria com Prefeituras para disponibilização de contêineres nos Fóruns

REDUÇÃO DE CUSTOS COM A FROTA DE VEÍCULOS

Como estratégia de redução de custos com a frota de veículos do Judiciário, a Divisão de Transportes alienou veículos antigos, que representavam um gasto considerável com conserto e manutenção e adquiriu novos, que apresentam maior economicidade, além de unificar o gerenciamento dos seguros, concentrando tal serviço em uma única empresa. A Portaria nº 101/2012 fixou limites de gastos com o abastecimento e manutenção dos veículos oficiais do Judiciário goiano.

PAI PRESENTE

Dada a importância do vínculo paterno para a saúde emocional e bom desenvolvimento psíquico e social de crianças e adolescentes, o Tribunal de Justiça de Goiás instituiu, no Estado de Goiás, o programa Pai Presente, visando integrar pais e filhos por meio do reconhecimento da paternidade e registro. O programa, iniciado pelo CNJ, foi instituído em Goiás em 2012 e realizou diversas ações como visitas a escolas, creches, igrejas, centros comunitários, associações, organizações sociais, presídios, universidades, rodoviária, maternidades e outros órgãos públicos, com a finalidade de divulgar o Projeto e cadastrar interessados a ingressarem no processo de reconhecimento de paternidade. Além disto, foram efetivadas parcerias com a Secretaria de Educação, Cartórios, Ministério Público, Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), Laboratórios de exames de DNA e Secretaria de Cidadania e Trabalho para desenvolvimento do programa.

Durante o ano de 2012, 360 processos tramitaram para o reconhecimento de paternidade, sendo que 58 destes já tiveram as certidões emitidas com o nome dos respectivos pais. Durante a tramitação dos processos são realizados exames de DNA feitos por laboratórios parceiros, como os 55 exames realizados durante a Semana Nacional de Conciliação.

Entrega de resultados de exame de DNA para comprovação de paternidade, efetiva o Projeto Pai Presente

PROJETOS/AÇÕES DESENVOLVIDOS

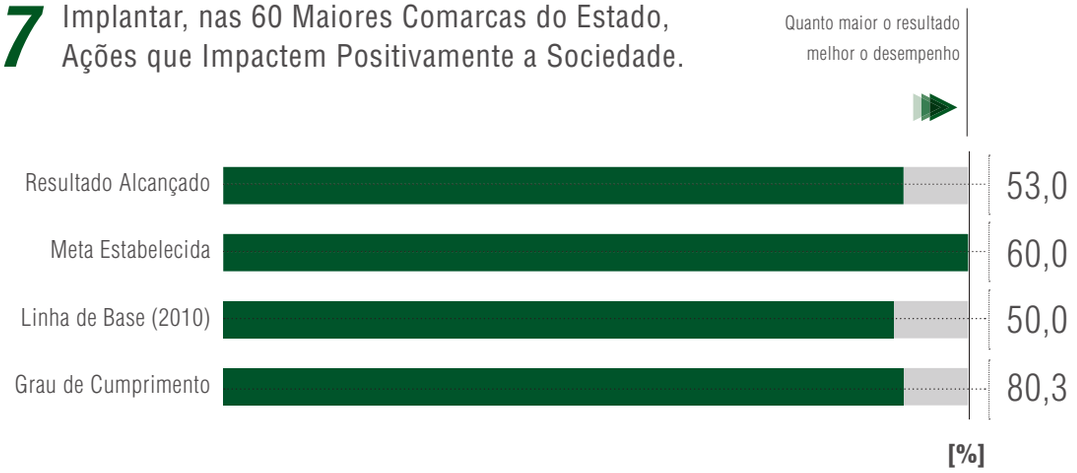
- Justiça Ativa
- Programa Justiça Educacional
- Parcerias para a recuperação do aterro sanitário da cidade e capacitação dos ex-catadores que atuavam no "lixão"
- Fragmentação e doação do lixo para o Projeto Coleta Seletiva
- Mobilização para Certidão de Nascimento
- Ação para redução de água e energia elétrica
- Programa Coleta Seletiva e Destinação de Resíduos Sólidos
- Treinamento a servidores sobre "Uso Consciente de Papel"
- Treinamento sobre Coleta Seletiva e Destinação de Resídios Sólidos
- Justiça Terapêutica
- Bombeiro Mirim
- Projeto "Quem Planta Cuida"
- Projeto de Intervenção socioeducativo de Senador Canedo
- Programa da Família
- Projeto de Reestruturação Familiar
- Projeto Prevenção e Cidadania no seu Bairro
- Projeto de Medida Sócioeducativa-Drogas
- Projeto "Resgatando Vidas"
- Projeto "Amigos da Justiça"
- Escola de Professores
- Projeto de Reestruturação Familiar
- Escola de Pais
- Projeto Anjo da Guarda

Total de Projetos/Ações	**24**
Total de Comarcas Participantes	**53**

RESULTADO ALCANÇADO PELAS METAS

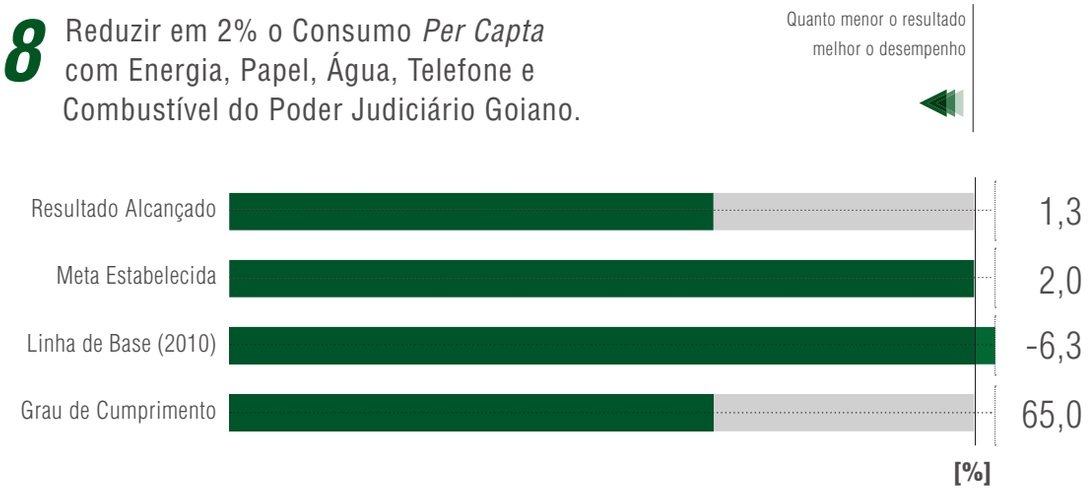
As ações implementadas alcançaram um expressivo número de Comarcas, considerando que o assunto Responsabilidade Social e Ambiental não é uma unanimidade entre as pessoas. Foram consideradas apenas aquelas ações que guardam pertinência ao tema e, principalmente, que sejam sustentáveis. Destacam-se os projetos de grande alteração social como a Justiça Terapêutica e o Pai Presente.

7 Implantar, nas 60 Maiores Comarcas do Estado, Ações que Impactem Positivamente a Sociedade.



Ainda que o grau de cumprimento da Meta 8 não não tenha sido suficiente para classificá-lo em situação ideal, a redução per capta de 1,3% nos consumos é extremamente relevante, pois a linha de base havia registrado um aumento de 6,3% no consumo per capta, em 2010. O não cumprimento integral da meta está associado à expansão da atividade judiciária ocorrida nos últimos quatro anos com a criação e instalação de diversas Comarcas, Varas Judiciais e Juizados Especiais.

8 Reduzir em 2% o Consumo *Per Capta* com Energia, Papel, Água, Telefone e Combustível do Poder Judiciário Goiano.



AVALIAÇÃO GLOBAL DO TEMA

O modelo de administração planejada, as diretrizes e objetivos estratégicos delineados no Plano Estratégico 2011/2013, além do alinhamento com as metas nacionais para o Poder Judiciário estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), balizaram e contribuíram para o avanço da atuação do Poder Judiciário Goiano na área de responsabilidade social e ambiental.

As atividades do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, relativas ao biênio 2011/2013, objeto deste relatório, demonstram que os projetos e ações positivas de responsabilidade social, com ênfase na promoção da cidadania e acesso à justiça, apresentaram resultados promissores voltados ao atendimento das necessidades do corpo social nas quais a magistratura agiu como parte viva da sociedade.

No campo social, ressalta-se a importância das ações coletivas que tiveram como objetivo a agilização dos serviços judiciários para a garantia da integralidade da Justiça, traduzida na concentração de esforços da comunidade judiciária e seus parceiros. Neste sentido, o Programa Justiça Terapêutica e o Projeto Pai Presente, com foco na dignidade da pessoa humana, tiveram largo alcance social.

No campo ambiental destaca-se a implantação do projeto Coleta Seletiva e Destinação dos Resíduos Sólidos, e as ações de educação ambiental com realização de treinamentos, integrando conhecimentos, aptidões, valores e atitudes, visando à consolidação de uma cultura socioambiental nas comarcas onde estas foram desenvolvidas.

Com base nessa análise, conclui-se que as ações de responsabilidade social implementadas foram além das obrigações legais ou simples atividades de benemerência ou filantropia ocasional. Elas efetivamente contribuiram para a melhoria das relações sociais e do desenvolvimento sustentável nas comunidades, onde as 341 unidades judiciárias goianas estão inseridas .

Este avanço sinaliza um cenário de grande amplitude a ser vislumbrado e construído pelo Poder Judiciário goiano, no qual a ética da corresponsabilidade, valor intangível e incomensurável é fundamental para o alcance de um padrão de excelência nos serviços prestados à sociedade para a realização da justiça para as presentes e futuras gerações.

PERSPECTIVA

PROCEDIMENTOS INTERNOS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Eficiência é o uso racional dos meios dos quais se dispõe para alcançar um objetivo previamente determinado. Trata-se da capacidade de alcançar os objetivos e as metas programadas com a menor quantidade de recursos e tempo possíveis, conseguindo desta forma a sua otimização.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

5 Prosseguir na modernização do Judiciário goiano

6 Otimizar as rotinas e procedimentos

MODERNIZAR
Programa

CENÁRIO INSTITUCIONAL

A eficiência operacional é reconhecida como um dos elementos que contribuem de forma mais significativa para o desempenho das operações das instituições, sejam elas públicas ou privadas. A administração do Tribunal de Justiça imbuída do princípio constitucional da eficiência, não poupou esforços para racionalizar as rotinas administrativas e judiciais em prol de modernizar o judiciário goiano, por meio de implantação de projetos de melhoria de gestão e uso de novas tecnologias da informação.

Em 2007/2008, foram realizados mapeamentos de rotinas administrativas nas varas e câmaras cíveis, a fim de estabelecer um modelo de trabalho célere, ágil e com qualidade. Este trabalho resultou na implantação de uma escrivania e uma câmara 100% modelos, que foram a 1ª Vara Cível e a 4ª Câmara Cível. Já na área administrativa, foram definidas e mapeadas as rotinas de aquisição de material e serviço.

Dando continuidade aos Projetos de melhoria nas rotinas, de 2009 a 2011 foi expandido o modelo definido da "Escrivania Modelo" para mais de 250 escrivanias nas comarcas de entrância inicial e intermediárias, por meio do Programa Atualizar. E foram mapeadas pelo Escritório de Processos, 96,4% dos processos chave da administração, conforme meta prevista no Plano Estratégico do biênio.

Em 2009/2011, impulsionada pelo objetivo estratégico do CNJ de promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário, a gestão se focou na implantação do processo eletrônico nos juizados especiais, nas turmas recursais, nas varas de execuções penais e nas varas de fazendas públicas, viabilizando a disponibilização on line de acórdãos, despachos e decisões via internet nos gabinetes de desembargadores.

Deste cenário, coube a esta gestão dar prosseguimento às ações de otimização de rotinas, melhor alocação de pessoas, aproveitamento de novas tecnologias para automação de processos de trabalho, padronização de estruturas organizacionais e a gestão adequada de custos operacionais. Por fim, aperfeiçoou e padronizou as rotinas da área fim que ainda não haviam sido abordadas naquelas gestões, ou seja, infância e juventude e execuções penais.

5

Conexão Estratégica

O PROJETO CONEXÃO ESTRATÉGICA PROMOVE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO, DISSEMINAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Prosseguir na modernização do Judiciário goiano, investindo em novos conhecimentos e sistemas de informação para melhorar a agilidade e a produtividade.

META ASSOCIADA

META 9

Alcançar 85% de realização das metas previstas no Plano Estratégico

PROJETOS DESENVOLVIDOS

A Gestão 2011/2013 foi marcada pelo desafio de dar continuidade à modernização do judiciário goiano, obedecendo às resoluções e recomendações do Conselho Nacional de Justiça, sem perder de vista o horizonte estratégico dos cinco anos seguintes. Para conseguir concretizar este objetivo, a administração pautou-se nas ações que promovam o conhecimento institucional e dotem o Judiciário Goiano de novas tecnologias para automação dos processos de trabalho.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
9	Implantação de Sistema de Gestão Estratégica	Grande	Em execução	50
9	Conexão Estratégica: quem conhece multiplica	Grande	Em execução	50

CONEXÃO ESTRATÉGICA: QUEM CONHECE MULTIPLICA

O projeto "Conexão Estratégica: quem conhece multiplica" buscou promover ações para sensibilizar, disseminar e implementar a cultura de Planejamento e Gestão Estratégica no Poder Judiciário goiano, visando à melhoria contínua do modelo de gestão adotado.

O projeto aconteceu inicialmente em 2009, com encontros semanais entre assessores setoriais de planejamento e teve continuidade na Administração 2011/2013, com novo formato, o de workshop, abrangendo, além de diretores e assessores setoriais de planejamento, os demais servidores interessados no tema.

Realizados três workshops visando à multiplicação do conhecimento de temas estratégicos, como "Planejamento Estratégico, "Gerenciamento de Projetos", "Análise e Melhoria de Processos" e "Responsabilidade Social e Ambiental", os workshops foram ministrados pelos servidores da Secretaria de Gestão Estratégica, Cássia Alves, Vivian Borim, Luís Scartezini e Elizabeth Dutra.

Os três workshops, realizados em maio de 2011, capacitaram cerca de 50 servidores em cada um. O tema "Planejamento Estratégico", o primeiro, abordou o Plano Estratégico da Gestão 2011/2013, a metodologia com que ele foi elaborado, o plano de metas e projetos estratégicos, a fórmula de cálculo dos indicadores e o site do plano estratégico. A segunda oficina introduziu o conceito de gerenciamento de projetos, as habilidades necessárias para o gerente de projetos e o contexto de gerenciamento de projetos. E o último tratou do tema "Análise e Melhoria de Processos", enfocando os conceitos básicos da gestão por processos, sua melhoria e as principais ferramentas utilizadas, a aplicação prática da metodologia e exemplos de melhoria de processos do TJGO.

Foram realizadas reuniões de alinhamento estratégico (RAE), com a participação dos juízes auxiliares da presidência, juízes auxiliares da corregedoria, diretores de área e assessores. Na primeira, em 31 de maio de 2011, foi apresentado e validado o relatório mensal de desempenho das metas

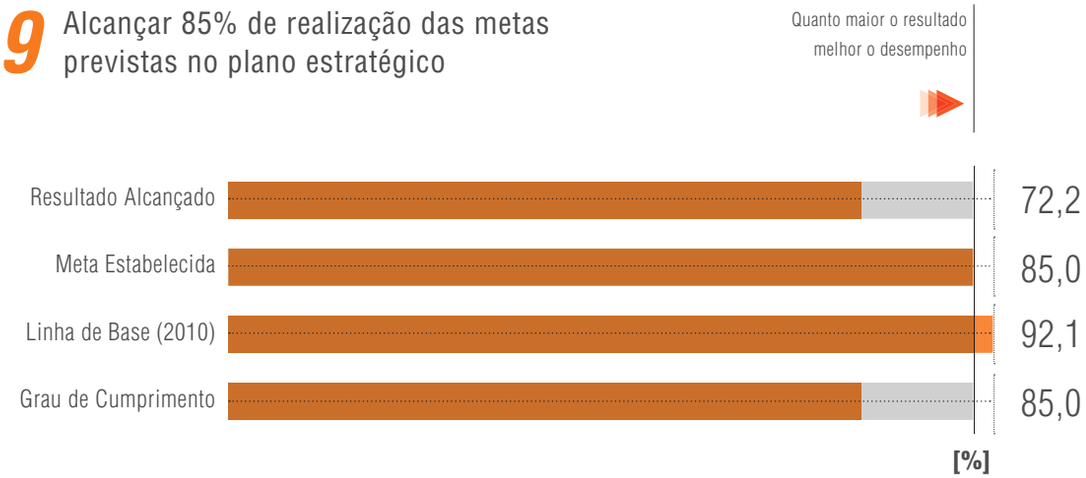
do planejamento estratégico 2011/2013, visando alinhar a metodologia de acompanhamento das metas. Na segunda houve apresentação da avaliação do Plano Estratégico 2011/2013, com a análise do desempenho em cada meta, status da execução dos projetos relativos a cada uma, o que poderia ser feito para concretização dos objetivos e, ainda, houve a validação dos projetos prioritários por meta.

"O workshop colaborou para o melhor entendimento da gestão e sua importância no cotidiano do Poder Judiciário, bem como a integração entre os funcionários das mais diversas áreas." – opinião colhida entre os servidores participantes do 1º Workshop

RESULTADO ALCANÇADO PELA META

O grau de 72,2% de cumprimento do plano estratégico reflete o rigor adotado nas faixas de desempenho das metas, considerando como situação ideal apenas os desempenhos superiores a 85%. Vale destacar que tal índice equivale a um cumprimento de 85% da meta estabelecida, posicionando-a em situação ideal.

9 Alcançar 85% de realização das metas previstas no plano estratégico



6

AUDIÊNCIA REALIZADA COM EMPREGO DE TECNOLOGIA DE GRAVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Otimizar as rotinas e procedimentos, buscando agilizar os trâmites judiciais e administrativos, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

METAS ASSOCIADAS

META 10

Reduzir em 10% o tempo de tramitação dos processos judiciais

META 11

Aperfeiçoar e padronizar 100% dos procedimentos de execução penal

META 12

Aperfeiçoar 100% das rotinas de trabalho das áreas da Secretaria do TJGO

META 13

Reduzir em 10% o tempo de tramitação dos processos administrativos

PROJETOS DESENVOLVIDOS

Desde 2007, o judiciário goiano tem investido esforços, cada vez mais crescentes, em busca da modernização e otimização das rotinas e procedimentos. Para dar continuidade e acelerar ainda mais o alcance destes objetivos, foram inseridas 4 metas e 20 projetos estratégicos, além de outras ações com o mesmo propósito no plano de gestão 2011/2013. Diversos projetos tiveram seus escopos alterados durante a vigência do plano estratégico, com o objetivo de aprofundar as abordagens inicialmente programadas a fim de obter resultados mais consistentes.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
1,2,10	Elevação do quadro de desembargadores	Pequeno	Perda de status de PE	-
1;2;10	Varas Criminais (entorno DF)	Médio	Concluído	50
1, 2,10	Programa Modernizar	Grande	Em execução	50
1, 2,10	Projeto Prosseguir	Grande	Em execução	50
1, 2,10	Projeto Avançar	Grande	Concluído	100
1, 2,10	Projeto Atualizar Gabinetes	Grande	Em execução	50
1, 2,10	Grupo de Apoio às Atividades dos Magistrados	Médio	Em execução	25
1,2,10	Meta 2	Médio	Em execução	25
10	Sistema de Registro Audiovisual de Audiências	Grande	Em execução	50
10	Videoconferências nas Varas Criminais	Grande	Em execução	50
1;2;10	Racionalização das Execuções Fiscais	Grande	Em execução	50
1;2;10	Mutirão do Júri	Pequeno	Em execução	5
10	Melhoria do Projudi	Grande	Em execução	50
11	Sistema de Execução Penal Digital	Grande	Em execução	50
11	Implantação do Malote Digital	Médio	Em execução	25
11	Plano de Gestão em Varas Criminais e Execução Penal do CNJ	Grande	Em execução	50
11	Definição da Competência em Execução Penal nas Comarcas do Interior	Grande	Concluído	100
12	Programa da Qualidade no Poder Judiciário	Grande	Em execução	50
13	Processo Administrativo Digital	Grande	Em execução	50
13	Melhoria do Sistema de Gestão	Grande	Em execução	50

SISTEMA DE REGISTRO AUDIOVISUAL DE AUDIÊNCIAS

O projeto de implantação do sistema de registro audiovisual de audiências se iniciou em abril de 2010, coordenado pela Diretoria de Informática do TJGO, visando o registro eletrônico das audiências judiciais do Poder Judiciário goiano com recursos para gravação audiovisual em arquivos digitais. Desde 2011, já foram implantadas 218 salas de audiências, distribuídas em 44 comarcas e, de acordo com o projeto, serão instaladas ao todo 356 salas de audiências nas 127 comarcas do Estado.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO AUDIOVISUAL DE AUDIÊNCIAS

FASE DO PROJETO	QUANTIDADE DE COMARCAS	QUANTIDADE DE SALAS DE AUDIÊNCIAS
1ª fase do Projeto 10/8/11 a 27/10/11	7	130
2ª fase do Projeto 14/11/11 a 01/12/11	10	48
3ª fase do projeto 24/9/11 a 11/10/12	27	35
Instalações Extra Cronograma 11/6/12 a 08/08/12	4	05
Total de Comarcas:	**44**	
Total de Salas instaladas:	**218**	

A primeira sala implantada no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) foi na 7ª Vara Criminal de Goiânia. O 2º juiz desta vara, Oscar de Oliveira Sá Neto, afirma que, com a gravação das audiências, ganhou-se tempo e fidelidade nos depoimentos.

"Uma audiência que antes durava 2 horas, hoje fazemos em menos de 40 minutos" (Oscar de Oliveira Sá Neto).

O magistrado ressalta a riqueza do material coletado, diante da possibilidade de captação das expressões corporais das testemunhas e das emoções expressas no depoimento. Ele coloca também a mudança de paradigma de atuação nos processos, já que as peças escritas dos autos darão lugar às peças digitalizadas, mas adverte que para isso "é necessário que os juízes estejam abertos a essa nova modalidade". A 7ª vara criminal tem demonstrado avanços no desempenho devido ao uso da ferramenta. A coleta dos depoimentos é feita por meio de um computador com câmera de vídeo, um software que possibilita a gravação do ato, uma pequena mesa de som e quatro microfones.

Registro audiovisual das audiências garante a cerelidades em sua tramitação.

"O principal objetivo é garantir a celeridade na tramitação processual com uma maior segurança e qualidade do registro dos depoimentos e decisões das audiências judiciais. Além de ser um Projeto do Plano Estratégico 2011/2013, atende à Meta prioritária do Conselho Nacional de Justiça - CNJ de nº 02 / 2011- Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

José Chaves Júnior, responsável técnico pelo projeto.

VIDEOCONFERÊNCIAS NAS VARAS CRIMINAIS

O uso do sistema de videoconferência para interrogatório de réu preso e para outros atos processuais, conforme previsto na lei federal nº 11.900, tem propiciado mais agilidade ao processo penal, maior segurança para o réu e para a população, além de propiciar economia ao Estado, uma vez que não é necessário arcar com o transporte e escolta dos réus presos. A administração do Tribunal de Justiça de Goiás, convencida da eficiência e economia propiciadas pelo uso da sala de videoconferência nas varas criminais, decidiu reativar a sala existente na Comarca de Goiânia.

O projeto conta com equipamentos, sistema e serviços de manutenção às salas de videoconferência no Fórum Criminal e na Casa de Prisão Provisória, bem como contemplou a reestruturação da sala de "depoimento sem danos", utilizada para a oitiva de crianças e adolescentes, localizada no Fórum Criminal em Goiânia. Além disso, a administração se propôs a implantar essa estrutura nas Comarcas de Aparecida de Goiânia, Anápolis e Luziânia.

O equipamento (hardware) a ser implantado envolveu um investimento de R$ 241.994,84 já licitado, com implantação prevista para 2013. O hardware será integrado ao sistema utilizado no projeto de registro audiovisual de audiências, por gravar as audiências e também possuir a funcionalidade de videoconferência.

MELHORIA DO PROJUDI

Visando a melhorar o desempenho do Projudi e sanar deficiências apontadas pelos representantes do Ministério Público de Goiás (MPGO) e da Ordem dos Advogados do Brasil - seção de Goiás (OAB-GO), em reunião com a alta administração do Tribunal de Justiça, foi instituída a Comissão Mista de Normatização. Participaram desta comissão: um juiz auxiliar da Presidência, um juiz auxiliar da Corregedoria-Geral, o diretor-geral do Tribunal de Justiça, um assessor administrativo da Corregedoria-Geral, a coordenadora judiciária do Fórum da Comarca de Goiânia, o diretor de informática, um analista de sistema da Diretoria de Informática, um servidor da Diretoria Judiciária e um assessor correicional da Corregedoria-Geral. Além desses, integraram a comissão como convidados, membros do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e da Ordem dos Advogados do Brasil - seção de Goiás (OAB-GO).

Durante os trabalhos, esta comissão elencou 154 pontos de melhoria e os classificou de acordo com a prioridade. Todos os pontos de melhoria identificados foram implementados pela equipe da Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça, propiciando melhoria no acompanhamento do processo judicial e sua celeridade. Nessa melhoria é possível destacar o desenvolvimento do módulo de guias, certidões, de antecedentes criminais e o desenvolvimento dos relatórios gerenciais.

Instituições se reúnem para discutir ajustes no Projudi

IMPLANTAÇÃO DO MALOTE DIGITAL

Com o objetivo de modernizar o judiciário, melhorar a agilidade e a produtividade, o Tribunal adotou o uso do sistema "Malote Digital", em Goiás, cuja utilização foi adotada obrigatoriamente nas correspondências oficiais entre as unidades de 1º grau do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de outras unidades do Judiciário Nacional. Foram substituídos, assim, a postagem via ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e/ou uso de e-mail, ainda que institucional.

O Malote Judicial do TJGO, abrange 1815 usuários ativos e 1196 unidades organizacionais ativas. Todas as unidades jurisdicionais de 1º grau e algumas do 2º grau já estão cadastradas e dispõem de um manual explicativo de uso do sistema e um "Perguntas e Questionamentos Frequentes" (Frequently Asked Questions – FAQ)

Com a adoção do Malote Digital, o Poder Judiciário conseguiu aumentar a eficiência e eficácia no envio de documentos oficiais, garantindo a segurança no armazenamento deles, visto que não podem ser excluídos do sistema.

Abertura do curso Execpenweb

SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL DIGITAL

Dando continuidade às ações iniciadas em 2009, de implantação do processo eletrônico em todas as varas de execuções penais da comarca de Goiânia, foi desenvolvido o sistema via intranet, chamado de ExecpenWeb. O desenvolvimento se deu devido à necessidade de um programa mais célere e amplo para substituir o antigo Execpen, buscando também um sistema de cálculos que abrangesse todos os eventos pertinentes à Lei de Execução Penal e às várias interpretações judiciais, com uma linguagem de programação mais atual, utilizando um banco de dados mais robusto e consistente.

Treinamento dos servidores manuseio do sistema

"Com quase 5 anos de serviços prestados ao TJGO, tendo já participado de diversas capacitações, ouso dizer que este foi o melhor curso de que já participei. As servidoras, o material de apoio e o novo sistema desenvolvido são excelentes. Elas transmitem o conhecimento de forma didática, de modo a capacitar e treinar os servidores de escrivanias criminais para realizarem os procedimentos conforme requer a lei, o CNJ e a CGJGO"

A Diretoria de Informática iniciou o desenvolvimento do programa ExecpenWeb em agosto de 2009 e, após a importação de dados do antigo programa Execpen para o novo, implantou-o nas comarcas de Goiânia e Catalão. Devido ao sucesso com a utilização do sistema nestas comarcas e a certeza da confecção de cálculos de liquidação de penas mais dinâmica e precisa, o sistema foi disponibilizado para as outras 127 comarcas do Estado.

Para que o sistema pudesse funcionar com o máximo de eficiência e eficácia, foi imprescindível a parceria entre a Corregedoria, a Diretoria de Informática e a Diretoria de Recursos Humanos para propiciar treinamento aos servidores que atuam nas varas com competência em execução penal. Ao todo foram realizadas 5 turmas, com uma média de 27 horas para cada uma, e capacitados 161 servidores. Após o treinamento, houve manifestações de servidores, como da escrivã Ludmilla Moreira, da comarca de Silvânia, demonstrando que já conseguiam sem dificuldades "montar as execuções penais sem dúvidas, cadastrar e calcular penas". A escrivã protocolou elogio na Ouvidoria do Tribunal de Justiça sobre o treinamento e às instrutoras do curso:

Lançamento do Plano de Gestão

"Estamos, somente agora, compreendendo a importância do mais básico, que é ter regras, métodos, uniformização. Isso é cultural, mas está sendo mudado, graça a iniciativas como essa."

Ministra Eliana Calmon

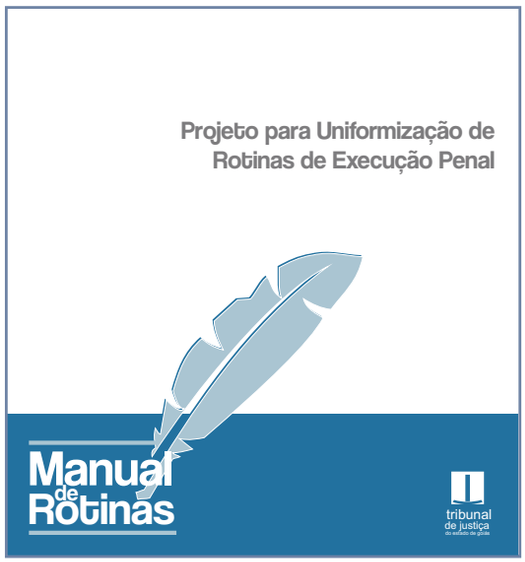
PLANO DE GESTÃO EM VARAS CRIMINAIS E EXECUÇÃO PENAL DO CNJ

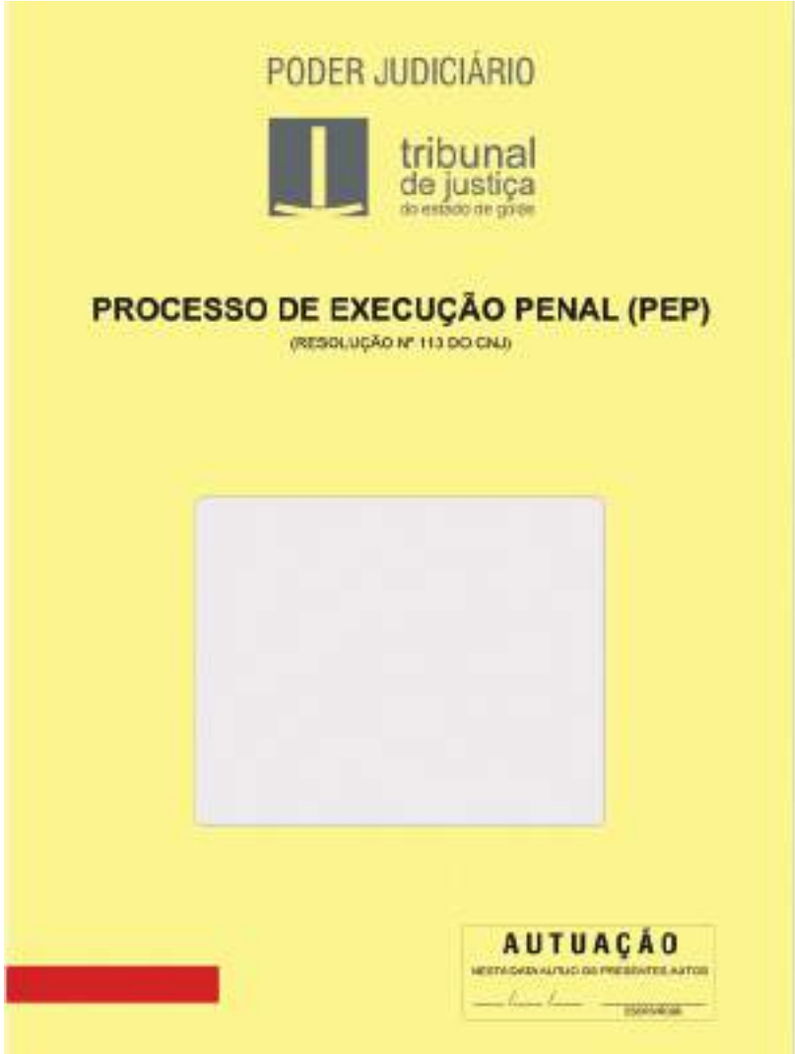
Nos Seminários da Justiça Criminal, o CNJ levantou as principais carências enfrentadas pelas Varas Criminais e de Execução Penal do País. Surgiu a necessidade de reformulação do modelo existente. O CNJ elaborou uma nova política, propondo a uniformização dos mais diversos programas, fixando a estratégia global do judiciário. O resultado foi o Plano de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal, juntamente com o Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal.

O CNJ pretendeu em seu Plano Estratégico implantar o Plano de Gestão em, no mínimo, 60% das varas criminais e de execução penal, mas Goiás foi mais ousado e se propôs a implantar em 100% de suas unidades dessa natureza. Para conseguir tal feito, a Corregedoria Geral da Justiça padronizou e normatizou a rotina das Varas de Execução Penal e os procedimentos de expedição de guias de recolhimento das varas criminais. O resultado dessa padronização culminou com a edição de um Manual de Rotinas que subsidiou o treinamento dos atores do sistema de execução penal no Estado.

Foram realizados 3 Workshops para Uniformização das Rotinas de Execução Penal, em que estiveram reunidos juízes e escrivães de 100% das comarcas. Com explicação detalhada quanto às novas rotinas, foram ministradas palestras de promotores sobre a "Execução de Medidas de Segurança sob a Ótica do Paili", diálogo com representantes do Conselho da Comunidade, explanação sobre o Programa Justiça Terapêutica e palestra sobre "Segurança e Assessoramento Militar para Juízes Criminais".

A desembargadora Beatriz Franco ressaltou a iniciativa da Corregedoria em disponibilizar meios para agilizar a prestação jurisdicional: "Cumpre-me, como corregedora-geral, admitir que o Judiciário é carente de estruturas, mas práticas simples, como as que estamos propondo no manual que é repassado aos senhores durante o workshop, revelam-se importantes instrumentos para que consigamos reverter essa situação."





Modelos das fitas e etiquetas aplicadas nas capas dos processos de execuções penais

Foram viabilizadas e disponibilizadas as fitas, capas e etiquetas, em conformidade com os modelos-padrão sugeridos pelo Conselho Nacional de Justiça e adotados pelo Tribunal de Justiça de Goiás.

DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO PENAL NAS COMARCAS DO INTERIOR

Diante do cenário de execuções penais nas comarcas da capital e do interior, a administração do Tribunal elaborou projeto de lei, visando alterar a organização Judiciária do Estado de Goiás, quanto à competência referente à área criminal e de execução penal.

A minuta do projeto de lei, foi aprovada por unanimidade de votos na Corte Especial, em dia 14 de setembro de 2011. Houve aprovação na Assembleia Legislativa logo na 1ª votação, e a lei entrou em vigor em 10 de janeiro de 2012.

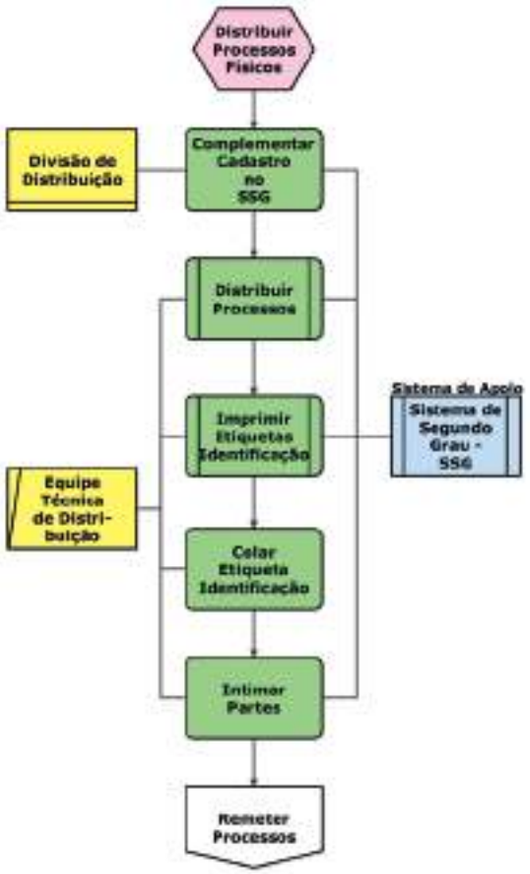
PROGRAMA DE QUALIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

O Programa da Qualidade focou-se, em 2012 nos projetos de aperfeiçoamento das rotinas da Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme previsto na meta 12. Na Diretoria Administrativa, empreenderam-se esforços em aperfeiçoar o procedimento relativo a compras por meio da análise crítica dos atos praticados. Para isto, mapeou-se o procedimento da forma como é realizado hoje e desenvolveu a proposta de melhoria com um grupo formado pelas áreas impactadas, que são: Diretoria Administrativa, Diretoria Geral, Comissão Permanente de Licitação, Diretoria Judiciária, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Informática, Coordenadoria de Obras e Diretoria Financeira. A proposta se concretizou com a normatização na Portaria nº 217/2012 da Diretoria-Geral.

A Coordenadoria de Gestão da Qualidade da Secretaria de Gestão Estratégica promoveu 9 oficinas de trabalho com duração de 4 horas cada uma, para capacitar os servidores das diversas áreas da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Comarca de Goiânia em "Análise e Melhoria de Procedimentos de Trabalho". Participaram 29 servidores, representando a Diretoria Administrativa, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Financeira, Diretoria de Informática, Diretoria Judiciária, Coordenadoria de Obras, Presidência, Ouvidoria, Telejudiciário, Recursos Constitucionais, Secretaria de Gestão Estratégica, Centro de Comunicação Social, Justiça Móvel de Trânsito, 10ª e 11ª varas criminais. As oficinas foram ministradas com sucesso pelos servidores da CGQ e tiveram avaliação positiva dos participantes. Outro objetivo da oficina foi o de capacitar cada participante a fim de melhorar um procedimento considerado chave na área de sua atuação. Foram escolhidos e trabalhados os seguintes procedimentos-de Distribuição de processos físicos:

PROCEDIMENTOS APERFEIÇOADOS DURANTE OFICINAS DE TRABALHO

	PROCEDIMENTO DE TRABALHO	DIRETORIA RESPONSÁVEL
1	Atendimento da Justiça Móvel de Trânsito	Justiça Móvel de Trânsito
2	Implantação do grupo de apoio às unidades judiciais na comarca de Goiânia	Comarca de Goiânia – 10ª vara criminal juiz 1
3	Gestão de Patrimônio	Diretoria Administrativa
4	Agravo para o STF nos próprios autos	Assessoria de Recursos Constitucionais
5	Sobrestamento de Recurso Especial	Assessoria de Recursos Constitucionais
6	Aposentadoria por tempo de serviço	Diretoria de Recursos Humanos
7	Desenvolvimento de Software	Diretoria de Informática
8	Prorrogação de Contratos	Diretoria Financeira
9	Atendimento ao usuário da Justiça	Ouvidoria Geral da Justiça
10	Indicação para os cargos de provimento em comissão	Diretoria de Recursos Humanos
11	Gerenciamento de Projetos	Coordenadoria de Planejamento
12	Gestão de estoque de materiais	Diretoria Administrativa
13	Protocolo administrativo	Diretoria Judiciária
14	Atendimento do Telejudiciário via call center	Telejudiciário
15	Atendimento ao usuário do sistema Projudi	Corregedoria Geral da Justiça



Secretaria de Gestão Estratégica realiza oficina de trabalho

"Sinto que posso contribuir muito, porém é preciso que oficinas como esta continuem acontecendo para difundir essa nova cultura junto ao TJGO".

Eliane Gouveia Martins (Diretora da Divisão de Compras)

"Com certeza me sinto mais segura para propor e implementar as melhorias com o conhecimento das ferramentas".

Agda Franco de Oliveira (Servidora de Assessoria para assuntos de recursos constitucionais)

"Procuro sempre contribuir com a melhoria e, a partir de agora, participarei mais."

Vanuza Aparecida Edilce da Silva (Servidora da Divisão de Gerenciamento do Processo Eletrônico)

MELHORIA DO SISTEMA DE GESTÃO

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH), buscando modernizar suas atividades, otimizar suas rotinas e melhorar a comunicação com o servidor, implantou uma série de melhorias em seu sistema de gestão de pessoas, o GP Password. O mais recente deles foi o módulo do cálculo de margem consignada, que foi disponibilizado na página do servidor na intranet. Esta disponibilização facultou ao servidor simular a margem disponível para empréstimo consignado e acompanhar a solicitação on line. Além disto, o sistema permite a emissão de uma folha de dados, que deve ser preenchida e entregue na agência bancária onde o empréstimo consignado será feito.

Outro recurso melhorado no sistema e disponibilizado aos servidores e magistrados, foi o módulo para acompanhamento de confecção de carteira funcional. Pelo portal do servidor, o servidor pode acompanhar os andamentos da confecção de sua carteira funcional e obter informação de quando poderá retirá-la.

A Diretoria de Recursos Humanos, preocupada em aliar eficiência operacional e responsabilidade socioambiental, desenvolveu um módulo para arquivamento de documentos digitalizados decorrentes de processos administrativos. Essa rotina gerava um grande número de papéis a serem arquivados e demandava muito espaço físico, e, com a melhoria, a tendência foi reduzir o quantitativo de papéis utilizados e a necessidade de novos espaços para arquivos físicos, além de facilitar a localização de documentos.

Desenvolvido, também, foi o sistema previdenciário que possibilita a identificação dos pagamentos de diferenças, conforme exigido pela Receita Federal e Ministério do Emprego e Trabalho.

Um grande avanço se deu com a implantação do módulo de entrega da declaração do Imposto de Renda (IRPF), que até o ano de 2011 era feita pessoalmente na Divisão de Atendimento ao Servidor. Isto gerava um grande fluxo de pessoas no atendimento, cópias desnecessárias, alimentação manual no Sistema de Recursos Humanos, desconforto quanto ao sigilo que as informações retratam. Com a implantação do módulo disponível pela web, as declarações foram encaminhadas via portal do servidor, não demandando mais que o servidor imprimisse toda a declaração e a entregasse à DRH. Este avanço trouxe economia de papel, eficiência no processo de recebimento das declarações, criação de um banco de dados seguro e sigiloso para o armazenamento das informações e conforto aos servidores.

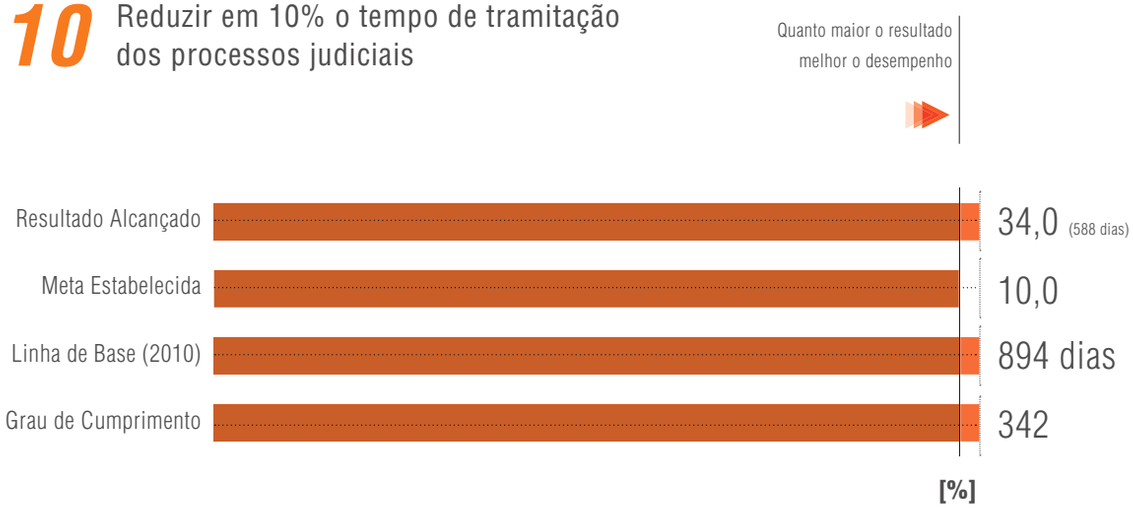
Outro grande avanço foi a implantação do Módulo para cumprimento da Resolução nº 156 do CNJ, criado sobre a plataforma do módulo do Imposto de Renda, o que permitiu, num período curto, atender esta demanda com eficiência e eficácia, oferecendo ao servidor a comodidade de fazê-lo pela internet, disponibilizando os links corretos para a busca das certidões/declarações, ora exigidas.

A DRH promoveu alterações no recadastramento anual de servidores, no módulo de cursos de aperfeiçoamento e de informações funcionais de magistrados. Ainda foram criados um módulo de cadastramento mensal dos pagamentos rejeitados pelos bancos, outro módulo para identificação dos pagamentos de diferenças, um módulo para disponibilização da folha de pagamento no Portal da Transparência e um específico para levantamento do provimento de cargos efetivos em cumprimento à Resolução nº 3 do TCE.

RESULTADO ALCANÇADO PELAS METAS

Buscou-se nova forma de contabilizar o tempo de tramitação e optou-se por utilizar o parâmetro estatístico denominado mediana. A mediana é uma medida de tendência central, ela separa metade da população com valores inferiores ou iguais a ela, e a outra metade com valores iguais ou superiores. Ou seja, é adequada para o cálculo proposto. Desta forma, foi calculada nova linha de base, e o desempenho obtido na gestão baseia-se nesta medida. O resultado obtido de 588 dias de tramitação foi responsável por atingir 342% da meta estabelecida, considerado em situação ideal.

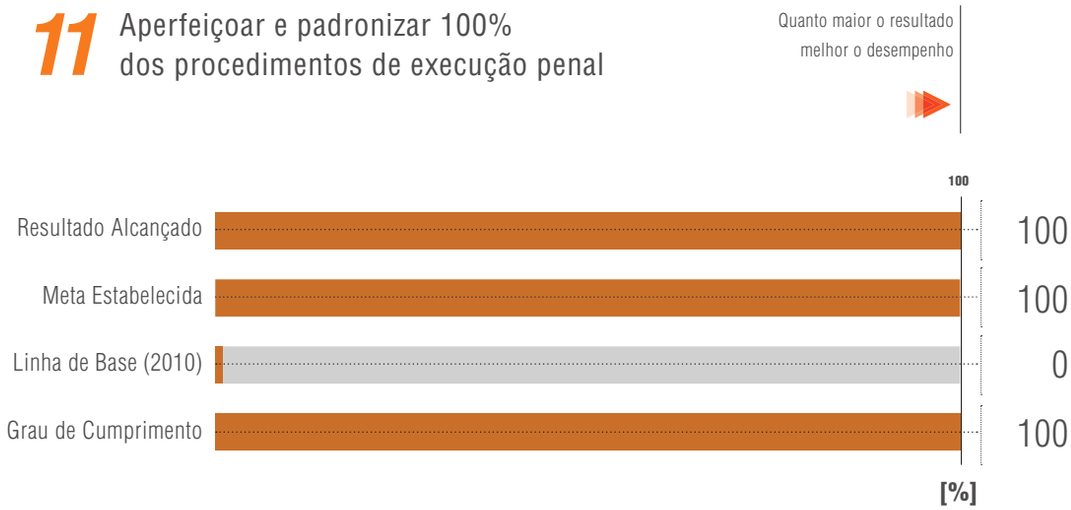
10 Reduzir em 10% o tempo de tramitação dos processos judiciais



Durante a gestão 2011/2013 foi possível cumprir na integralidade a meta estabelecida de aperfeiçoar e padronizar os procedimentos da execução penal. O resultado é relevante para que os procedimentos inerentes ao serviço, sobretudo os cálculos de liquidação de penas possam ser realizados com rapidez e segurança.

O resultado demonstra proatividade, sendo que, no futuro, pode tornar dispensável a realização de eventos como o Mutirão Carcerário, já que todos os cálculos e procedimentos da área criminal estarão em dia.

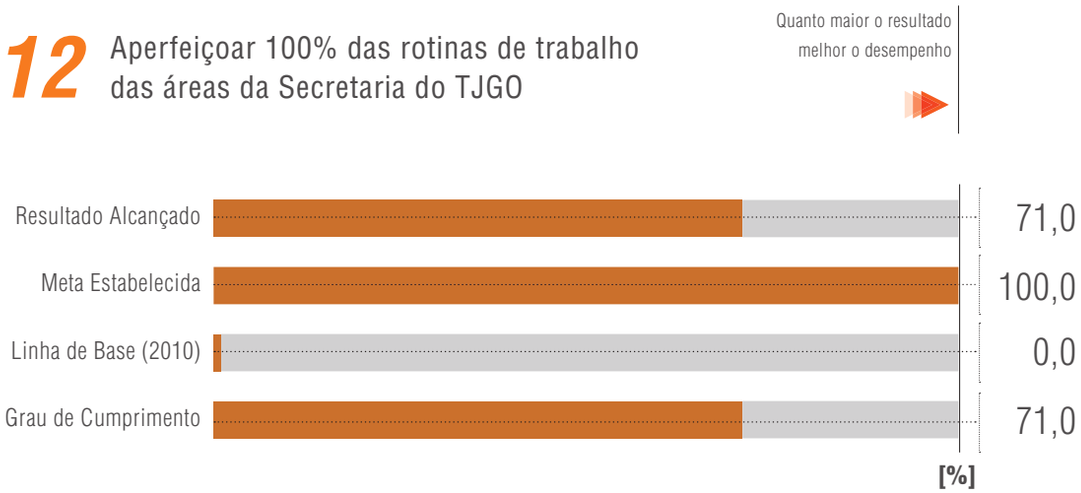
11 Aperfeiçoar e padronizar 100% dos procedimentos de execução penal



A avaliação da meta é aceitável, considerando o desempenho obtido ao promover melhorias em 71% dos processos-chave do Tribunal de Justiça. Entretanto, tem que ser considerado que volume significativo de procedimentos de trabalho, de áreas distintas da Secretaria do TJGO, foram mapeados e submetidos aos procedimentos de melhoria contínua.

Foram mapeados procedimentos de áreas finalísticas, resultando em mais 112 mapeamentos realizados com melhoria obtida em 106, perfazendo um índice de 95% de procedimentos melhorados.

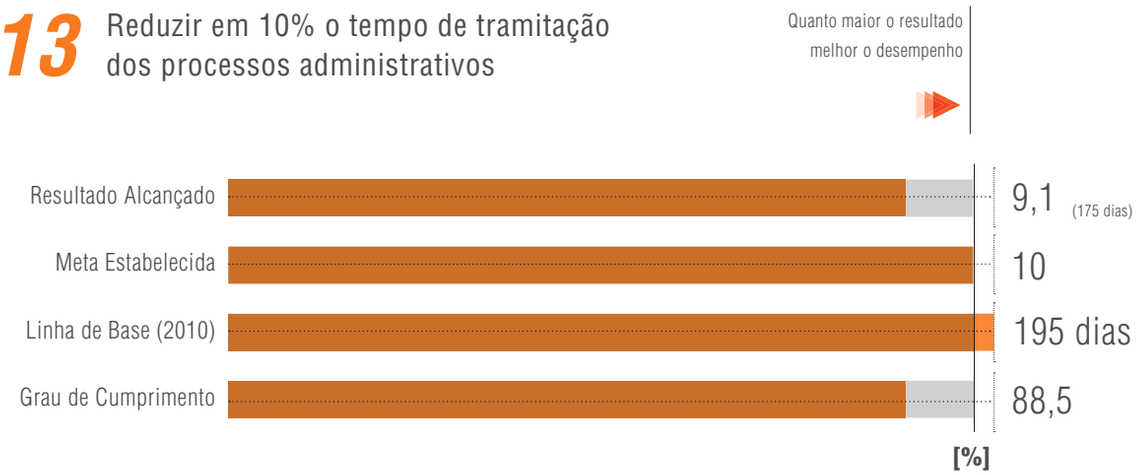
12 Aperfeiçoar 100% das rotinas de trabalho das áreas da Secretaria do TJGO



Para o cálculo do tempo de tramitação buscou-se nova forma de contabilização e optou por utilizar o parâmetro estatístico da mediana. Medida de tendência central, separa metade da população com valores inferiores ou iguais a ela da outra metade com valores iguais ou superiores. Desta forma, foi calculada nova linha de base e o desempenho obtido na gestão.

O resultado obtido foi responsável por atingir 88,5% da meta, considerado em situação ideal. E está intimamente ligado ao desempenho obtido na Meta 12.

13 Reduzir em 10% o tempo de tramitação dos processos administrativos



AVALIAÇÃO GLOBAL DO TEMA

"Começar já é metade de toda a ação". Seguindo a lógica do provérbio chinês, o Plano Estratégico do TJGO, ao inserir no tema Eficiência Operacional foco nas rotinas de trabalho e na implementação de sistemas de informação, está contribuindo com a modernização da gestão do Poder Judiciário. Os bons resultados obtidos no Plano Estratégico, associado a metas que exigiram empenho e dedicação de todos são frutos dessa nova mentalidade de gestão que paira sobre o Tribunal de Justiça.

Percebe-se que, ao longo dos dois últimos biênios, importantes investimentos foram realizados na gestão de procedimentos de trabalho, tanto na área administrativa, quanto na área judicial, devido ao grande potencial de melhoria na eficiência, quando se analisa o passo a passo e as características das atividades.

Os resultados das metas de Eficiência Operacional foram bastante positivas e irão refletir no desempenho dos futuros planos, em áreas como Atuação Institucional, por exemplo.

PERSPECTIVA

RECURSOS

CENÁRIO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Justiça de Goiás é uma instituição com mais de um século de existência, que possui como maior diferencial o ser humano que a integra. Composto de quase 6.000 (seis) mil servidores e magistrados, e congrega uma diversidade de ideias e talentos. E, tarefa especializada do setor de Recursos Humanos identificar e capitalizar as competências sem descuidar dos valores, missão e objetivo identificados no Plano Estratégico.

Nenhuma instituição pode existir sem reconhecer em seus colaboradores o maior e melhor potencial de crescimento. Imbuído desta certeza de alcançar o padrão de excelência, é que o Tribunal de Justiça goiano buscou, no biênio 2011/2013, estabelecer procedimentos sistêmicos que tem como foco o alcance da satisfação, comprometimento e motivação dos servidores e magistrados.

Para que de melhoria do clima organizacional, foi necessário investimento pessoal e material. Realizou-se a melhoria através da aplicação de inúmeras ferramentas de trabalho que aperfeiçoaram o cenário, aumentando a integração entre magistrados e servidores, obtendo, assim, índices de satisfação mais confortáveis.

Esse movimento sistêmico de melhorias pode ser observado com a aprovação do Plano de Cargos e Salários, que modificou uma estrutura antiquada que subdividia os cargos por entrâncias, trazia diferenciação na nomenclatura de cargos idênticos e não valorizava o empenho do servidor no desenvolvimento de suas tarefas.

Com a aprovação da Lei n. 17.663/2012, foi instituída a Carreira Judiciária Única, extinguiu-se a segregação do interior em relação à Capital do Estado, evitando, as-

sim, a formação de grupos segmentados que impactavam negativamente o clima interno saudável, interferindo nos resultados da organização, inclusive em relação aos benefícios propostos para sociedade.

Aprovado no biênio 2011/2013, o Plano de Cargos e Salários é resultado de uma reorganização na carreira dos servidores, que se alinha ao modelo federal, e vem motivá-los com a equiparação nominal de seus cargos com o sistema já adotado nacionalmente.

Por meio do mesmo Plano de Carreira foi estabelecida a capacitação contínua, que proporciona, além de ganho de conhecimento pessoal, um desenvolvimento profissional com acréscimo monetário percentual por horas de cursos realizados.

Foi instituído o Conselho Permanente de Política Salarial, responsável por avaliar regularmente as perdas econômicas, incentivos para realização de cursos de mestrado e doutorado, com auxílio do Poder Judiciário, além de outras previsões institucionais que valorizam o direito do servidor.

Imbuído na necessidade crescente de manter o Poder Judiciário acessível ao ingresso de pessoas que se qualifiquem tecnicamente para compor o quadro de servidores, o Plano de Cargos e Salários tratou também de estender este benefício à sociedade na busca de novos servidores para o Poder Judiciário, consolidando regras para realização de um concurso público unificado em todo Estado, possibilitando ao cidadão que possua graduação de terceiro grau o ingresso na carreira como futuros servidores, viabilizando, assim, um alto padrão de qualidade no atendimento, na busca sempre da excelência.

O Tribunal de Justiça de Goiás tem como visão alcançar a excelência, promover o desenvolvimento pessoal e profissional, não só dos servidores, mas inclusive dos magistrados, que também compõem a instituição.

Partindo desta premissa, foi elaborado projeto de lei que dispõe sobre as indenizações e a remuneração, direcionado a contemplar a atividade dos magistrados, pelo exercício de funções de natureza judicial e administrativa ou de representação, de caráter eventual ou temporário.

Nesse projeto destacou-se o princípio da simetria constitucional entre membros do Judiciário, uma vez que há previsão similar em vigor para membros do Ministério Público.

Aprovado na Assembleia Legislativa, o projeto que regulamentou a gratificação aos membros do Poder Judiciário goiano em virtude do acúmulo de funções judicantes e administrativas ainda aguarda sanção do Governador do Estado.

Na gestão do biênio 2011/2013, foi aprovada pela Presidência uma política de capacitação e qualificação idealizada e realizada pela Diretoria de Recursos Humanos, que respondeu à necessidade atual. Estabelecido, Plano de Capacitação Institucional garantiu a participação de todos servidores e magistrados em programas de formação e de educação continuada. Favoreceu o exercício pleno de suas funções e contribuiu para a melhoria dos indicadores de desempenho da Instituição.

Sob essa perspectiva, foi desenvolvido módulo de EAD, Educação a Distância, bem como vários cursos presenciais, responsáveis por mudanças profundas, avançando para um grau de satisfação confortável condizente com a imagem positiva da Instituição, que tem a importante missão de realizar a justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito, a dignidade e a cidadania.

GESTÃO DE PESSOAS

Gerencia conhecimento, reúne habilidades e associa métodos, políticas, técnicas e práticas definidas, com o objetivo de identificar uma trajetória a ser percorrida, definindo o comportamento interno, potencializando o capital humano nas organizações propiciando a participação, desenvolvimento, capacitação e envolvimento dos servidores da instituição.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

7 Promover um clima organizacional positivo

8 Investir continuamente nos recursos humanos

7

INTEGRAÇÃO FAMILIAR NA CRECHE DO PODER JUDICIÁRIO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover um clima organizacional positivo, aumentando a interação entre magistrados e servidores e a satisfação quanto às práticas de recursos humanos.

META ASSOCIADA

META 14

Alcançar 75% de satisfação no clima organizacional

PROJETOS DESENVOLVIDOS

O Clima Organizacional é o indicador do grau de satisfação dos membros da instituição, em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparentes da organização.

Foram várias as ações implementadas nesta administração, responsáveis por oferecer maior flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças, sendo o setor norteador a Diretoria de Recursos Humanos, que levou a bom termo todas as propostas originárias da presidência.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
14	Estacionamento	Pequeno	Concluído	10
14	3º Encontros de integração de magistrados Diretores de Foro	Médio	Concluído	50
14	Programa Bem Viver Bem Trabalhar	Grande	Concluído	100
14	Criação da SESMT/CIPA	Médio	Perda do status	-
14	Auxílio Transporte	Pequeno	Perda do status	-
14	Regulamentação do Horário de Trabalho	Médio	Concluído	50
14	Adequação do Quadro de servidores do Poder Judiciário.	Grande	Concluído	100

ESTACIONAMENTO

Entre diversos problemas no trânsito de Goiânia, um deles é conseguir estacionamento perto do Fórum e Tribunal de Justiça de Goiás, devido ao crescimento desordenado da cidade.

Para minimizar a dificuldade dos servidores em encontrar estacionamento, foi elaborado projeto que redimensionou as vagas existentes, e ainda disponibilizou áreas utilizadas com outros fins para se converterem em vagas de estacionamento para servidores na intenção de buscar sanar o desconforto e buscar a melhoria de qualidade de vida.

Determinada pela Presidência houve a pavimentação do novo espaço, para adequar as novas vagas de estacionamento aos servidores. Foi firmada parceria com a Agência Municipal de Obras (AMOB), para realizar o asfaltamento da área, que teve o espaço físico redistribuído, de forma a criar 57 novas vagas para servidores do Judiciário.

Por óbvio que o projeto não alcançou a maioria dos servidores, mas foi o primeiro passo na direção de tantos outros que estão previstos.

MELHORIA DO SISTEMA DE INDENIZAÇÃO DOS OFICIAIS

Foi alterada a sistemática de pagamentos dos deslocamentos da justiça gratuita, através de valores fixos, calculados não mais com base no quantitativo de diligências realizadas, mas sim, em quatro faixas indenizatórias padronizadas, que variam entre R$ 1.725,00 e R$ 4.312,50, apuradas em razão da média dos mandados distribuídos no último semestre.

A medida, atende a Resolução nº153 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), uma vez que não existirá mais distinção quanto aos êxitos dos deslocamentos viabilizará uma melhor programação e controle orçamentário e financeiro, a fim de manter o controle sobre as despesas custeadas pelo Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário.

Terceiro Encontro de Integração de Diretores de Foros de Goiás discute que tipo de lider se quer ter ou ser.

PROJETO ENCONTROS DE INTEGRAÇÃO DE DIRETORES DE FORO

Idealizado pela Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), foi realizado nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro de 2012, na Pousada dos Pireneus, na cidade de Pirenópolis, o 3º Encontro de Integração de Diretores de Foro do Estado de Goiás, com o tema "Que Líder Você Quer Ser/Ter", que reuniu 90 (noventa) Diretores de Foro, 3 (três) Desembargadores, 12 (doze) Magistrados convidados, capacitados em Liderança no Poder Judiciário.

O encontro foi fundamental para socializar informações, compartilhar experiências, bem como para a ampliação de conhecimento sobre gestão administrativa e de pessoas. O custo inicial estimado era de R$ 391.498,81, entretanto, após esforços da Diretoria de Recursos Humanos, no planejamento e organização para realização do evento, foi obtido menor gasto, totalizando R$ 299.036,46.

Há que se destacarem os benefícios à sociedade com estes encontros de Integração, pois proporcionam aos Diretores de Foro conhecimento das melhores práticas de gestão de pessoas e de processos já desenvolvidas no Poder Judiciário. Trazem melhorias organizacionais que refletem diretamente no atendimento, e por conseqüência, programam maior celeridade na prestação jurisdicional. Com base no encontro, as práticas de maior eficácia são disseminadas, otimizando os serviços prestados à sociedade buscando alcançar um padrão de excelência.

O Desembargador Vitor Barbosa Lenza, à época presidente do TJGO, ressaltou a importância do evento para o enfrentamento de questões que envolvem ética e gestão, e reiterou seu contentamento com o momento de capacitação e integração de magistrados.

PROGRAMA BEM VIVER BEM TRABALHAR ENGLOBA OS PROJETOS:
GINÁSTICA LABORAL, SEMANA DO SERVIDOR, COLÔNIA DE FÉRIAS, PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL.

Semana do Servidor, em Goiânia, encerra com comemoração.

Projeto Ginástica Laboral - congrega inúmeras atividades que proporcionam um melhor clima organizacional e uma melhor qualidade de vida aos servidores do Judiciário de Goiás.

Implantado nos Fóruns da Capital e Interior, desenvolvem ginástica com duração de 10 minutos. A atividade tem o objetivo de garantir a pausa durante o trabalho, prevenir doenças ocupacionais e melhorar as relações interpessoais.

Projeto Semana do Servidor - idealizada pela Diretoria de Recursos Humanos, busca enaltecer a importância dos servidores resgatando sua autoestima e evidenciando para sociedade a importância desta força de trabalho.

O Tribunal de Justiça de Goiás realizou uma série de eventos no período de 22 a 26 de outubro de 2012, nos quais foram ofertadas diversas atividades e serviços voltados para melhoria na qualidade de vida dos integrantes do Judiciário.

Constam como atividades realizadas em Goiânia, caminhadas em volta do Bosque dos Buritis, realização de exame de bioimpedância, que avalia a composição da massa corporal, com disponibilização de exames de glicemia, controle de pressão arterial e higienização de pele.

O encerramento ocorreu em grande estilo com a realização de um churrasco oferecido aos servidores do Poder Judiciário, que puderam levar suas famílias, considerando a imperiosa necessidade da convivência dos familiares dos servidores com os colegas de trabalho.

Semana do Servidor, em Aparecida de Goiânia.

Aparecida de Goiânia - a comemoração da semana do servidor aconteceu na Comarca de Aparecida, que contou com apresentações musicais de uma banda e, também, de servidores do Judiciário local.

Foram sorteados 43 brindes, incluindo uma bicicleta e 1 DVD. Ao final das comemorações, foi oferecido um lanche para todos os presentes, com participação da Diretora do Foro, Juíza de Direito, Dra. Stefane Fiúza Cançado Machado.

Cidade ocidental - A comemoração teve início à tarde com um almoço, prosseguindo com a realização da 2ª Gincana Forense da comarca de Cidade Ocidental, que teve muitas brincadeiras, música e animação contando com a participação e colaboração do Juiz de Direito André Costa Jucá.

Paranaiguara - que, através da Juíza de Direito Diretora do Foro da comarca, Dra. Maria Clara Merheb Gonçalves Andrade, promoveu, um lanche para todos os servidores da comarca em comemoração à Semana do Servidor e realizou justa homenagem a Nunciara Abdão Ferreira, a mais antiga servidora da casa. Foi ralizado, ainda, sorteio de vários brindes.

A Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, por meio da Diretoria de Recursos Humanos, presenteou todos os servidores do estado com uma caneca de Louça com mensagem subliminar de substituição dos copos descartaveis.

Rio Verde - A Diretoria do Foro da comarca comemorou a Semana do Servidor realizando um momento de integração entre os servidores e magistrados.

Nessa ocasião, foram proferidas palavras de motivação, incentivo e agradecimentos, seguidas por um momento de oração realizada por um pastor de uma igreja do município. Encerrou-se com oferecimento de um lanche.

Colônia de férias 2012

Colônia de Férias – Em julho de 2012, no Clube Ferreira Pacheco, cerca de 210 crianças, na faixa etária de 4 a 12 anos, participaram da programação oferecida pela Diretoria de Recursos Humanos.

Elaborou-se um esquema que reuniu segurança e diversão, estabelecendo-se a divisão em cinco equipes (amarela, vermelha, azul, verde e laranja) e foram disponibilizados quatro ônibus para o transporte das crianças, para assegurar-lhes conforto e satisfação.

As crianças ficaram sob a supervisão de 32 monitores, o que garantiu a manutenção de um monitor para cada oito crianças, em média, durante a programação que se estendeu pelo horário das 8 às 18 horas.

Cada participante, chamado carinhosamente de "coloninho", recebeu Kits contendo mochila, boné, toalha de banho, camisetas e garrafas para água.

Desenvolveram,atividades como futebol, futebol de sabão, piscina, aquaball, passeio de pedalinho e apresentações de mágicos e outras atividades lúdicas.

Foram entregues presentes para as crianças, que se divertiam com os sorteios.

Pesquisa de Clima Organizacional - A pesquisa foi disponibilizada no período de 1º de setembro a 17 de dezembro de 2012, sem custo para o Tribunal de Justiça de Goiás.

A referida pesquisa é importante indicador capaz de aferir o índice do clima organizacional dos servidores e magistrados com o Poder Judiciário. Seus resultados enfatizam qual necessidade deverá estar descrita no plano de ação a ser elaborado.

Identificou quais medidas benéficas e motivacionais deverão ser implementadas aos servidores do Tribunal de Justiça no próximo biênio, evidenciando as novas diretrizes a serem adotadas.

Realizada entre magistrados, servidores efetivos, comissionados e estagiários, dos quais 70% dos servidores que responderam a pesquisa são efetivos; 59,9% representaram as comarcas do interior; 48,2% com até 5 anos no TJGO, 44,6% têm idade entre 18 e 32 anos; e 69,3% são mulheres.O resultado global de satisfação foi de 69,3%.

A seguir, os índices de satisfação de acordo com as dimensões mensuradas:

1. **Ambiente de trabalho** traduz arguições sobre a facilidade de trabalhar em equipe, inclusive avaliando o apoio dos colegas e o clima organizacional. Este item colhe ainda informações sobre o respeito à individualidade no grupo de trabalho com possibilidade de exposição clara das ideias, aferindo, ainda, o grau de confiabilidade e maturidade para possíveis críticas demonstradas aos colegas. O índice obtido foi de 84,2%;

2. **Motivação,** está expressa nas perguntas sobre desenvolvimento pessoal e profissional, possibilidades de desenvolvimento na carreira, preparação técnica para ocupar as mais variadas funções e, por consequência, a satisfação obtida com o trabalho desenvolvido. Por fim, ele se considera valorizado profissionalmente. Alcançou percentual de 77,1%;

3. **Comunicação,** este tema buscou informações sobre o que acontece na organização, às ferramentas institucionais disponibilizadas para comunicação, como e-mail, intranet, internet e portal de noticias, sendo atingido índice de 74,3%;

4. **Estilo de gerência** traduz informações sobre se o diretor ou chefe está tecnicamente preparado para cargo gerencial, sua acessibilidade, atuação, avaliação do desempenho, postura motivacional do superior hierárquico, além da avaliação do grau de liberdade concedido para que os subordinados expressem suas opiniões, inclusive, quando necessário, questionando divisões de tarefas. Atingiu 71,3%.

5. **Aspectos institucionais**. Os aspectos institucionais são aqueles em que se desenvolvem as atividades. A este respeito se buscou saber qual a missão, visão e valores do Poder Judiciário, o grau de comprometimento e orgulho dos servidores com a instituição, além da imagem positiva perante a sociedade. Outra bateria de perguntas foi direcionada à política de recursos humanos, inclusive arguindo sobre o aproveitamento das competências, acesso rápido às informações e o trabalho desenvolvido no judiciário. Foi valorado em 69,35%

6. **Condições de trabalho-estrutura física,** faz referencia ao local de trabalho, considerando instalações, espaço físico, higiene, temperatura, ruídos, aparência, pintura, mobiliários e equipamento, estendendo-se aos materiais de consumo e equipamentos suficientes para realização das atividades. Obteve percentual de 68%;

7. **Desempenho** diz respeito à facilidade de trabalhar em grupo e individualmente. Alcançou o índice de 61,9%;

8. **Gestão** é tema sobre o qual se arguiu ao servidor se a instituição investia em sua capacitação, quais os benefícios lhe eram oferecidos pela instituição e se atendiam ás necessidades dele, além de questionar sobre a preocupação da instituição com a qualidade de vida e saúde dos seus membros. Também se questionou neste tema se o servidor conhecia a política de cargos e salários da instituição e se estava satisfeito com seu vencimento. Obteve resultado de 48%.

AÇÕES MOTIVACIONAIS

Muitos eventos promovidos pela Diretoria de Recursos Humanos elevaram o nível de motivação dos servidores. É exemplo a tradicional Festa Junina do TJGO, que em meio a muitas bandeirolas coloridas, bonecos de palha, fogueira, e bastante animação, foi realizada. A festa junina do Poder Judiciário congrega as famílias dos servidores, trazendo um clima de harmonia e solidariedade.

Essa festa junina tornou-se tradição e referência como festa folclórica, preservando costumes do típico arraial e trazendo os servidores dos seus lares para se confraternizarem durante uma noite bastante animada. Nesta oportunidade também são valorizados talentos da Casa, oportunizando a apresentação de servidores, trazendo maior integração aos participantes do evento.

A tradicional Festa Junina dos servidores do Poder Judiciário Goiano

Dia das Mães – Esta data é celebrada de várias formas e em vários prédios do Poder Judiciário goiano. Afinal trata-se de data especialíssima e deve ser reverenciada por servidores e magistrados que dedicam parte de seu tempo a quem lhes dedicou toda a vida. É tradição do Poder Judiciário goiano agradecer às mães sua dedicação e amor.

Apresentação do Coral das mães servidoras do TJGO

1 Homenagem no dia das Mães no Fórum Criminal – o Diretor do Fórum de Goiânia, Juiz de Direito, Dr. Átila Amaral, faz abertura da comemoração do dia das mães na sede do Fórum Criminal.

2 Dia das mães na Creche do Judiciário - Integração das mães em tarde com seus filhos, na Creche do Poder Judiciário, em Goiânia.

3/4 Dia dos Pais na creche – Momento de absoluta descontração onde se observa perfeita harmonia e integração entre pais e filhos. É a demonstração da importância das relações familiares para o Poder Judiciário.

Comemorações do dias das mães e dos pais alcançam todo Estado

Dia da Mulher – Dra. Sandra Regina Teodoro e Dra. Zilmene Gomide da Silva Mazolli entre outras, prestigiando a homenagem realizada às mulheres.

HOMENAGEM AOS APOSENTADOS

A manutenção do clima organizacional transcende o período em que o servidor ou magistrado permanece em atividade no Poder Judiciário. É prioridade e tradição homenagear todos os que se aposentam, com uma digna e justa homenagem do TJGO.

Desembargadores, juízes e servidores do Poder Judiciário goiano aposentados no período de agosto de 2011 a dezembro de 2012 recebram placas com o agradecimento pelos serviços prestados ao Judiciário. A solenidade foi coordenada pela Diretoria de Recursos Humanos.

2011

2012

PROJETO ADEQUAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

A Lei 17.663/2012, que trata do plano de cargos e salários, reorganiza e unifica a Carreira Judiciária, que anteriormente era composta 13 cargos, sendo que 10 destes ainda se subdividiam em entrância I, II e III.

Para evitar este sem número de nomenclaturas para designar cargos idênticos, foi proposta e aprovada nova denominação, agrupando todos os servidores em três categorias de analistas judiciários, diferenciados por suas atribuições, foi respeitada a premissa constitucional de adotar a nova denominação para os novos editais de concursos públicos para ingresso no Poder Judiciário.

O quadro único de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Goiás passou a ser composto pela Carreira Judiciária formada pelos cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária; Analista Judiciário - Área Especializada; Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo.

Aproveitando a necessidade de adequação do quadro de servidores do Poder Judiciário passou-se a exigir, para o ingresso em qualquer dos cargos, graduação em nível superior, buscando-se a federalização da carreira e trazendo similaridade aos moldes nacionais.

Para o presidente da Comissão Permanente de Política Salarial do TJGO, Desembargador Leandro Crispim, a aprovação do Plano de Cargos e Salários resgata a dignidade do servidor do Judiciário. "Na minha ótica, o PCS traz uma modernidade muito grande ao Judiciário. Estivemos empenhados desde o começo na elaboração desse plano que, agora transformado em Lei, de certa forma, resgata a dignidade do servidor do Judiciário", avaliou.

Servidores comemoram a sanção da lei do Plano de Cargos e Salários (PCS) do Judiciário Goiano

Aprovado pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Goiás o Projeto de Lei foi enviado para à Assembleia Legislativa. Posteriormente foi sancionada a lei estadual n. 17.663/2012, que regulamenta o Plano de Cargos, em cerimônia ocorrida no salão nobre da Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, em visita do Governador do Estado, Marconi Perillo ao chefe máximo do Poder Judiciário, Desembargador Leobino Valente Chaves.

Abertura do Programa Valorização do Juiz, realizado na região Centro-oeste

O PROGRAMA JUIZ VALORIZADO, JUSTIÇA COMPLETA

Em reunião no Tribunal de Justiça de Goiás, discutiu-se a realização e organização, em Goiânia, da etapa goiana do Programa Valorização – Juiz Valorizado, Justiça Completa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"A intenção é fortalecer a ideia de que o CNJ integra o Poder Judiciário e que suas preocupações vão além de números e exigências com metas e produtividade. Precisamos entender de que o juiz necessita para se sentir valorizado", explicou Paula Sousa, chefe de gabinete do conselheiro José Lúcio Munhoz, presente à reunião.

Criado em resposta aos objetivos estratégicos firmados pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução 70/2009, que trata do planejamento e da gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário, foi Goiás um dos Estados eleitos para sediar o evento.

O programa visa esclarecer ao cidadão a importância dos serviços prestados pelo Judiciário, em particular pelo magistrado.

Quando a sociedade é atendida por magistrados motivados, com equipe técnica adequado para auxiliá-lo e em espaço físico confortável, a sociedade é diretamente beneficiada com um atendimento de excelência.

A prestação jurisdicional impacta na sociedade ao se verificar o fato de que são proferidas cerca de 22 milhões de sentenças por ano, em que pessoas são absolvidas ou condenadas, consumidores têm seus direitos reconhecidos e devedores são condenados, sem contar a infinidade de outras ações que visam resguardar o direito dos cidadãos.

"A intenção é fortalecer a ideia de que o CNJ integra o Poder Judiciário e que suas preocupações vão além de números e exigências com metas e produtividade. Precisamos entender de que o juiz necessita para se sentir valorizado"

explicou Paula Sousa, chefe de gabinete do conselheiro José Lúcio Munhoz, presente à reunião.

Diante de tal premissa, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, propôs-se a adotar medidas tendentes a:

- Racionalização judicial;
- Simplificação recursal;
- Otimização de rotinas;
- Melhor alocação de pessoas;
- Aproveitamento de novas tecnologias para automação dos processos de trabalho;
- Gestão adequada de custos operacionais e;
- Padronização de estruturas organizacionais.

Faz-se necessário ressaltar que este programa ainda cuida de projetos voltados para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, de magistrados e servidores, por meio de capacitação além de abordar temas como a promoção dos magistrados pelo critério de merecimento.

Conselheiro José Lúcio Munhoz apresenta Programa que enfatiza os projetos voltados para o desenvolvimento de magistrados

Durante os encontros ampliou-se a discussão sobre o tema e levantaram-se sugestões de ações que contribuem para a melhoria da atuação qualificada do Poder Judiciário e para o respeito aos valores de seus profissionais.

Ao final do circuito ocorreu em Brasília a consolidação, na qual foram reunidas todas as propostas angariadas nas cinco regiões do País.

PLANO DE VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

O Tribunal de Justiça de Goiás possui a visão de alcançar a excelência, promover o desenvolvimento pessoal e profissional, dos magistrados, que compõem a instituição.

Partindo desta premissa, foi elaborado projeto de lei que dispõe sobre as indenizações e a remuneração, direcionado a contemplar a atividade dos magistrados, pelo exercício de funções de natureza judicial e administrativa ou de representação, de caráter eventual ou temporário.

Neste projeto restou destacado o princípio da simetria constitucional entre membros do Judiciário, vez que há previsão similar em vigor para membros do Ministério Público.

Aprovado na Assembléia Legislativa, o projeto que regulamentou a gratificação aos membros do Poder Judiciário Goiano em virtude do acúmulo de funções judicantes e administrativas, que aguarda a sanção do Governador do Estado

RESULTADO ALCANÇADO PELA META

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no biênio 2011/2013, buscou incessantemente priorizar servidores e magistrados por compreender a magnitude e a relevância dessas pessoas para o Judiciário goiano. É necessário obter maior grau de satisfação, buscando, assim, comprometimento de todos com a instituição e vice e versa. Este fator é estratégico para alcance da excelência.

O clima organizacional reflete o comprometimento dos servidores do Poder Judiciário e o índice de 69,3%. Embora não tenha alcançado a ousada meta estabelecida no parâmetro de 75%, teve um grau de cumprimento de 92,4%, alcançando um status de conforto.

O Tribunal de Justiça de Goiás, que tem como visão alcançar a excelência, promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seu quadro de servidores, adotou como condição *"sine qua non"* a manutenção de clima organizacional harmônico e satisfatório.

Depreende-se de todas as ações e projetos relatados que foi grande o esforço da Presidência do TJGO e da Diretoria de Recursos Humanos para alcançar o clima organizacional positivo, buscando harmonia, estabilidade e integração entre servidores e magistrados, objetivo perseguido durante todo biênio 2011/2013.

14 Alcançar 75% de satisfação no clima organizacional

8

EVENTO DE LANÇAMENTO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao desenvolvimento de competências e à qualificação dos servidores e gestores para melhorar o desempenho de suas atribuições, com o objetivo de alcançar as metas institucionais.

META ASSOCIADA

META 15

Promover, anualmente, 30 horas de capacitação ***per capta,*** garantindo um mínimo de 15 horas para cada servidor

PROJETOS DESENVOLVIDOS

O Tribunal de Justiça de Goiás considera o capital intelectual a sua principal fonte de riqueza, pois as pessoas são as principais responsáveis pela qualidade dos serviços prestados e pelo grau de excelência da organização.

A política de capacitação adotada abrangeu todo Estado de Goiás e se realizou conforme a estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo Tribunal de Justiça às capacidades individuais e coletivas.

Capacitou e qualificou os mais diversos profissionais, motivando as pessoas ao comprometimento com a instituição, envolvendo-as com as diretrizes da melhoria contínua e incremento de diferenciais competitivos.

Com a capacitação presencial, foi possível agregar valores diferentes em turmas formadas com grande diversidade, fato que promoveu o envolvimento pessoal do servidor e estimulou o trabalho em equipes, com foco em resultados, das áreas judiciais e administrativas.

O Plano de Capacitação incentivou o desenvolvimento de condições de trabalho saudáveis e seguras.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
15	Escola Judicial	Médio	Sobrestado	5
15	Plano de Capacitação	Grande	Concluído	100
15	Educação a Distância	Grande	Concluído	100
15	Gestão por Competências	Médio	Sobrestado	5
15	Democratização do Conhecimento	Pequeno	Perda de status	–

Apresentação dos Cursos de capacitação promovidos para servidores do TJGO

PLANO DE CAPACITAÇÃO

O trabalho em equipe é uma premissa reconhecida pela Diretoria de Recursos Humanos ao realizar a capacitação dos servidores, buscando agregar mais valores e conhecimentos aos profissionais que já fazem parte dos quadros do Poder Judiciário goiano.

O Plano de Capacitação, projeto de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos, buscou promover a capacitação dos servidores por meio de cursos elaborados com base nas recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

À Divisão de Desenvolvimento Humano coube a tarefa de promover o desenvolvimento, a valorização e o aprimoramento da capacitação dos agentes da Justiça, por meio do planejamento, coordenação e supervisão da execução de programas de treinamento e desenvolvimento.

A Diretora de Recursos Humanos, Lígia Beatriz de Bastos Carvalho, apresentou aos servidores do Poder Judiciário o plano de educação coorporativa, esclarecendo que todos serão capacitados.

Explicou que o treinamento é importante para motivar e integrar os servidores com o clima organizacional. O foco principal do Plano de Capacitação é melhorar a prestação do serviço e criar um nivelamento de conhecimento sobre gestão para que todas as comarcas sigam uma linha de padrão de trabalho.

Naquela ocasião os servidores realizaram curso com tema Formação de Agentes de Gestão de Pessoas, que serviu de preparação para gerenciar as ações de capacitação em suas respectivas comarcas.

Com a realização dos cursos ocorreu o nivelamento de conhecimentos básicos, os quais serão necessários para o desenvolvimento de competências específicas de cada área.

Durante a capacitação foram identificadas as lideranças e destacada a necessidade do trabalho em equipe, atendendo às necessidades da organização dinâmica e colaborativa em que se transformou o Poder Judiciário.

Constam para os próximos anos a continuidade e ampliação desse projeto, com a realização de cursos mais técnicos, voltados para o desenvolvimento de competências profissionais específicas, as quais serão levantadas por meio de pesquisa que abrange servidores e magistrados do Poder Judiciário de Goiás.

Cursos de 2012

- Como Alcançar o Sucesso Pessoal e Profissional
- Curso de Formação para Assistentes de Gestão de Pessoas
- Juntos Fazemos a Justiça
- Liderança e Motivação de Equipes
- Planejamento e Gestão Estratégica
- Nova Ortografia da Língua Portuguesa
- Excelência no Atendimento ao Público
- Atualização para Contadores Judiciais
- Curso de Capacitação no Sistema SPG
- Atualização para Oficiais de Justiça

Curso Juntos fazemos a Justiça – Será o curso precursor dos demais que serão ofertados pela Diretoria de Recursos Humanos, na intenção de capacitar os servidores das 129 comarcas do Estado, com 8 horas/aula.

Os temas eleitos para essa primeira etapa são voltados para o servidor público na era do conhecimento e da informação; a responsabilidade de todos na realização da Justiça; visão, valores e objetivos do Poder Judiciário de Goiás, com base no Planejamento Estratégico; motivação e comprometimento no trabalho, dentre outros temas que trazem ao servidor conhecimento e motivação.

Curso de MBA em Gestão do Poder Judiciário

Formandos do curso de MBA do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Solenidade de conclusão dos cursos de pós-graduação.

"Estamos formando técnicos para levar o que aprenderam aos demais integrantes do Poder Judiciário. Com a instalação de novas comarcas e ampliação de outras, precisamos oferecer ferramentas que possam capacitar servidores em todo o Estado e com isso aumentar a produtividade e a prestação jurisdicional".

Desenbargador Leobino Valente Chaves

Pós-Graduação - O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) investe continuamente nos seus recursos humanos por meio da especialização dos magistrados e servidores. Conta com um programa de Pós-graduação que, em 2011/2012, capacitou 239 pessoas, e outras 105 estão cursando, conforme tabela abaixo.

Nos anos de 2011/2012 foram capacitados 419 servidores em cursos externos e 5.407, internos.

Outra forma de capacitação desenvolvida foi a modalidade ensino a distância que formou 2020 servidores; outros 60 realizaram o curso de tutoria no Tribunal de Justiça de Goiás.

Formandos do curso de MBA do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

CURSOS	ALUNOS
Docência Universitária	63
Governança de Tecnologia da Informação	38
Gestão de Projetos	32
Responsabilidade Socioambiental	34
MBA em Poder Judiciário	85
MBA em Gestão de Pessoas	32
Pós-graduação em Direito Processual Constitucional	60

10ª EDIÇÃO JORNADA JURÍDICA DO PODER JUDICIÁRIO DE GOIÁS.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, Desembargador Leobino Chaves, abriu a 10ª edição da Jornada Jurídica do Poder Judiciário de Goiás, que foi realizada no período de 30 de maio a 1º de junho e que apresentou palestras e discussões com representantes da Polícia Federal, Instituto Médico-Legal, Polícia Civil, Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO).

Estiveram presentes o Juiz Auxiliar da Presidência, Wilson da Silva Dias; o Diretor-Geral do TJGO, Stenius Lacerda Bastos; a Diretora de Recursos Humanos, Lígia Beatriz de Bastos Carvalho e o Gerente Regional do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Cláudio Rodrigo de Oliveira.

A programação incluiu palestras sobre tráfico de drogas e de mulheres, pedofilia, direito administrativo, perícia médico-legal, investigação criminal e lei de execução penal, além de uma apresentação cultural, dentro de um ambiente de debate acadêmico e pragmático, contribuindo com a formação e a integração democrática de estudantes e profissionais do Direito, além de uma nítida interação com o Poder Judiciário, que abriu suas portas para receber a todos.

Dr. Wilson da Silva Dias discorreu sobre o tema relacionado às execuções penais.

Adriana Accorsi, à época, Delegada-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, fez palestra que abordou a importância da discussão do tema "pedofilia". Afirmou que "tudo o que se refere à violência contra criança é necessário ser visto por toda a sociedade, e que os acadêmicos, como futuros profissionais do Direito, precisam ter o contato direto da abordagem de fatos como esses para conhecerem a aplicação e a prática."

Ao referir-se à situação em Goiás, a delegada afirmou que as denúncias têm crescido 20% a cada ano e que isso ocorre na medida em que a população é informada da necessidade da denúncia. A delegada salientou ainda que projetos como este da 10º Jornada Jurídica auxiliam nesta conscientização e que o interesse principal é coibir este tipo de crime e proteger a criança.

O delegado do Núcleo de Correições da Polícia Federal de Goiás, James Gomes Soliz, afirmou que a situação do tráfico de mulheres no Estado de Goiás é crescente e ocorre muitas vezes por motivos econômicos.

"Existem muitas teses do por que as mulheres de Goiás são vítimas do tráfico para fins de exploração sexual, mas o que se pode perceber é que o motivo de buscarem oportunidades em outros lugares como na Europa é, principalmente, por questão econômica. Acredita-se que a grande maioria vai consciente do fato de que irão se prostituir. Apenas não possuem a ideia exata da exploração que irão sofrer".

Delegado da Polícia Federal, James Soliz.

Posse de 53 escreventes na comarca de Goiânia em novembro de 2012

Programa de Introdução Funcional – O Programa tem o objetivo de acolher os novos servidores e deixá-los a par do funcionamento do Poder Judiciário, proporcionando treinamento dos novos servidores com demonstração dos sistemas eletrônicos e os manuais cartorários, além do planejamento estratégico que trazem a missão, a visão e os valores do Tribunal.

Os cursos abordam o desenvolvimento de habilidades gerenciais e treinamento comportamental e específico. O treinamento relativo às atividades finalísticas de um escrivão e de um escrevente é realizado pela Corregedoria por meio do Programa Atualizar.

Ações:

- Apresentação da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário de Goiás e Direitos e Deveres do Servidor do Judiciário Goiano
- Curso: Juntos Fazemos a Justiça
- Curso: Excelência no Atendimento ao Público
- Treinamento Específico: Programa Atualizar

Os novos escreventes judiciários da comarca de Goiânia, foram acolhidos pela Diretora de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). Após a posse, ela explicou como funcionará o programa.

Simpósio Internacional reune inúmeros órgãos no debate sobre o tráfico de pessoas

Simpósio Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Organizado pelo CNJ e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o simpósio contou com inúmeros órgãos e entidades parceiras. Por meio da discussão de temas específicos entre os agentes que lidam com este problema, o evento teve a finalidade de sensibilizar a população sobre a gravidade desse crime de dimensão mundial.

Representantes das embaixadas dos Estados Unidos, da França, da Espanha, da Itália, da Suíça e de Portugal fizeram parte da equipe de palestrantes do evento. Servidores e Magistrados, além de toda sociedade, foram convidados a participar do Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que reuniu em Goiânia, dias 14 e 15 de maio, autoridades internacionais e brasileiras envolvidas na prevenção, repressão e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas.

CONGRESSO GOIANO DA MAGISTRATURA - ATIVISMO JUDICIAL

Congresso de magistrados discute ativismo social, com enfase na liberdade de se poder julgar sem, entretanto, incorrer em colosões entre os poderes constituídos.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Núcleo de Educação a Distância

Educação a Distância – O núcleo de Educação a Distância optou pela utilização da plataforma Moodle que pode ser utilizado por professores e alunos, bem como por servidores.

Por meio desse sistema é possível disponibilizar material didático na Biblioteca, orientações dos Fóruns criados para facilitar o dia a dia e para interação entre os servidores.

A capacitação ofertada a distância guarda relação com as necessidades de modernização e pulverização do conhecimento em grande escala em todo Estado.

Idealizado por um projeto arrojado, traz modernidade e democratização do conhecimento ao Poder Judiciário. O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Leobino Valente Chaves, sensibilizado a necessidades dos servidores acatou este projeto que disponibiliza aos servidores a participação nos cursos na modalidade a distância.

Para atingir ao maior público, atendendo suas necessidade, foram sugeridos módulos específicos que agregassem valor ao trabalho no que diz respeito à formação e área de atuação de cada servidor.

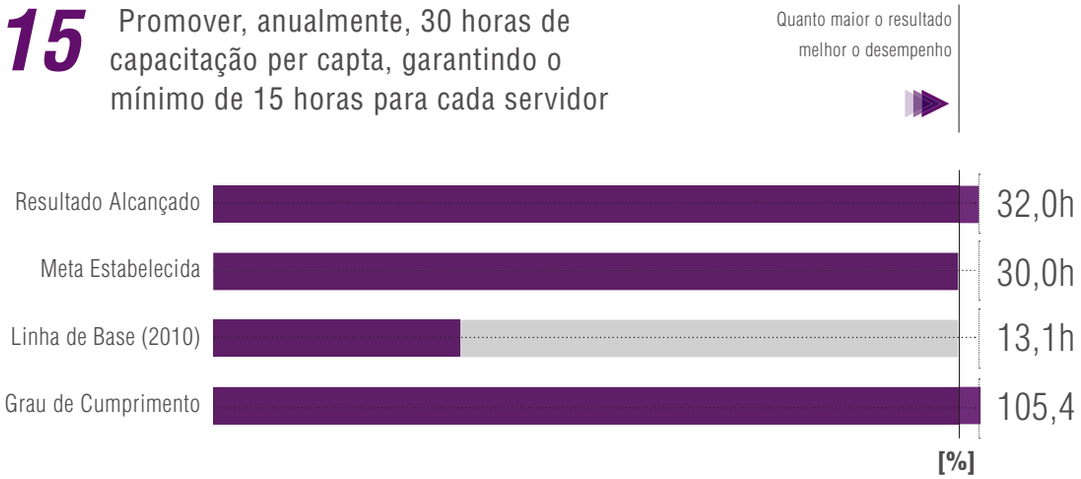
Após a finalização de cada curso, observa-se que os conhecimentos passam a ser incorporados pelos alunos, individualmente, e pela instituição, estabelecendo o tripé capacitação, carreira e remuneração.

A capacitação na modalidade a distância foi idealizada para abrir redes e processar divergências, de modo a permitir um posicionamento conclusivo sobre as vantagens e desvantagens de cada enfoque sobre a capacitação.

RESULTADO ALCANÇADO PELA META

A meta estabelecida de 30 horas de capacitação per capta foi superada, ao alcançar o índice de 32 horas por servidor, reflexo do trabalho realizado pelo TJGO, para desenvolver o capital humano. A capacitação é o primeiro passo à melhoria. Preparar as pessoas é fundamental para a melhoria contínua, pois são as pessoas que realizam os trabalhos, operam os sistemas e, principalmente, atuam no pensar, em busca de novas soluções e respostas para os desafios enfrentados.

15 Promover, anualmente, 30 horas de capacitação per capta, garantindo o mínimo de 15 horas para cada servidor



AVALIAÇÃO GLOBAL DO TEMA

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no biênio 2011/2013, buscou incessantemente priorizar servidores e magistrados por compreender a magnitude e a relevância dessas pessoas para o Judiciário goiano. É necessário obter maior grau de satisfação buscando, assim, comprometimento de todos com a instituição e vice e versa. Este fator é estratégico para alcance da excelência. A visão do TJGO de alcançar a excelência, promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seu quadro de servidores adotou como condição ***sine qua non*** a manutenção de clima organizacional harmônico e satisfatório.

A política de Gestão de Pessoas contemplou diretrizes para nortear as ações de desenvolvimento das potencialidades institucionais pelo investimento direto no seu corpo de pessoal, aguardando, assim, atingir novos patamares de valorização dos servidores e, consequentemente, de eficácia do serviço público de qualidade que, reconhecidamente, é oferecido pelo Tribunal de Justiça.

Quando se possui um conjunto diversificado de pessoas com diferentes funções, qualificações, atribuições, responsabilidades e estilos de trabalho na Instituição, a missão de capacitar tem as dificuldades potencializadas, e este foi o grande desafio a ser superado.

O TJGO cumpriu as metas estabelecidas no tema Gestão de Pessoas, mas certo da necessidade de investimento contínuo para que o nível de excelência possa ser atingido e disseminado nos serviços oferecidos à sociedade.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Tornar acessível a todas unidades judiciárias e administrativas, tecnologia e infraestrutura adequada para a devida prestação judisdicional à sociedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

9 Prover as unidades judiciais e administrativas de infraestrutura física adequada.

10 Disponibilizar recursos de tecnologia de informação.

CENÁRIO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás tem-se preocupado em garantir melhorias na infraestrutura física das unidades judiciais e administrativas. Foram realizadas ações nas Comarcas goianas em prol de provê-las de estrutura física com mais espaço, comodidade, ventilação, segurança e funcionalidade às atividades desenvolvidas pelos serventuários da Justiça .

Muito mais que obra física, as construções, reformas e ampliações realizadas nos prédios dos fóruns representam um símbolo do respeito e apreço do Judiciário goiano pelos magistrados, pelos servidores e serventuários da Justiça e pelo próprio cidadão, que poderá ter seus conflitos solucionados em um local apropriado.

Visando a garantir melhor estrutura aos fóruns e instalações do Poder Judiciário de Goiás e, consequentemente, um atendimento mais eficaz ao cidadão, das 127 comarcas goianas instaladas, 125 são dotadas de sede própria, ou seja, 98,4% das unidades judiciárias do Estado de Goiás.

Na gestão 2011/2013 foram inaugurados 42 fóruns novos. Os prédios foram construídos observando as regras de acessibilidade, com rampas de acesso para portadores de necessidades especiais e pessoas com dificuldades de locomoção, como os idosos.

Assim, o Poder Judiciário goiano melhorou as condições de atendimento aos usuários e de trabalho aos magistrados e servidores, por meio de obras de construção e de execução de reformas e/ou ampliações

Que valorizam o aspecto humano, proporcionando satisfação no trabalho aumento de produtividade e contribuindo diretamente para a melhoria da prestação jurisdicional feita à sociedade.

A Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – é um diferencial estratégico na prestação de serviços. Ela evoluiu de uma orientação tradicional de suporte administrativo para um papel estratégico dentro das organizações, portando o alinhamento entre a estratégia da área de Tecnologia da Informação e a estratégia da organização é considerado como um fator crítico de sucesso.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atento a estas demandas, instituiu, por meio da Resolução nº 99, de 24 de novembro de 2009, a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC). O referido plano foi elaborado com abrangência de 5 anos – 2010/2014.

DEMONSTRATIVO TOTAL DE INVESTIMENTOS EM TIC NA GESTÃO 2011/2013

2010	2011	2012
R$ 20.835.116,13	R$ 13.700.109,36	R$ 19.013.683,37

Nesta gestão, visando à continuidade das estratégias traçadas no PETIC, foi estabelecida a Meta - 17 de Alcançar 70% de realização das metas do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC.

Para possibilitar a concretização das ações estabelecidas no PETIC, não foram medidos esforços, pois o TJGO entende e vislumbra a importância de investimentos maciços nessa área, como forma de melhorar a qualidade e o desempenho na prestação jurisdicional. Dentre as aquisições, podem-se destacar 2.268 microcomputadores, 699 notebooks, 792 microfones de mesa e 450 impressoras laser monocromáticas.

Investimentos consideráveis, conforme pode ser observado no demonstrativo do total de investimentos em TIC, do qual se destaca o acréscimo de 2 milhões de Reais em 2011, com relação a 2010, e em mais de 5 milhões em 2012 em relação ao ano anterior.

Por meio da Diretoria de Informática e suas Divisões, o TJGO vem trabalhando para o cumprimento de seu objetivo estratégico, "Disponibilizar recursos de tecnologia da informação", com o intuito de contribuir com a missão institucional, mediante o cumprimento da missão estabelecida no PETIC, de "Fornecer serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação que assegurem a realização da justiça de forma efetiva".

9

MAQUETE DO FUTURO FÓRUM CÍVIL DA COMARCA DE GOIÂNIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Prover as unidades judiciais e administrativas de infraestrutura física adequada, visando à melhoria das condições de atendimento aos usuários e de trabalho aos magistrados e servidores.

META ASSOCIADA

META 16

Concluir 100% das obras previstas para a construção e reforma de Fóruns

PROJETOS DESENVOLVIDOS

Os projetos desse objetivo expressam o compromisso de dotar as comarcas de Goiás com fóruns próprios, dando um caráter mais humano à Justiça estadual e proporcionando conforto e dignidade a magistrados, servidores e cidadãos, além de contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e para um serviço de excelência aos jurisdicionados.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
16	Fórum Cível da Comarca de Goiânia	Pequeno	Em execução	5
16	Projetos de construção de Fóruns	Grande	Em execução	50
16	Projeto de Reformas	Grande	Em execução	50

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) não mede esforços para dotar as Comarcas de sede própria com estrutura física adequada as condições laborais dos magistrados e servidores, e assim, aferiu-se um total de 121 Comarcas com sede própria o que representa 95,3% das Comarcas goianas, restando apenas seis para serem atendidas. Destas, duas estão com obras em execução e as demais estão em fase de planejamento e programadas para serem finalizadas no ano de 2013.

FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA

Idealizado para proporcionar estrutura física adequada para as Varas Cíveis, de Família, das Fazendas Públicas e Precatórias, o projeto de construção do Fórum Cível da Comarca de Goiânia tem o objetivo de solucionar as deficiências estruturais do atual prédio da Justiça de Goiás, como o espaço físico insuficiente para atender a crescente demanda processual, além de suprir outras necessidades dos magistrados, servidores e partes.

O lançamento da pedra fundamental do novo fórum foi realizado no dia 30 de junho de 2011. Foram elaborados e expedidos os projetos de arquitetura, estrutural e outros complementares para os órgãos responsáveis e em processo licitatório. Estima-se que a obra será iniciada no primeiro semestre de 2013 e concluída no final do segundo semestre de 2016. O prédio será edificado em uma área de 57.392,79 metros quadrados e abrigará 60 varas. O edifício contará com 10 pavimentos, sendo seis varas por pavimento, além do subsolo técnico, subsolo, térreo, mezanino e cobertura. Vale ressaltar que o projeto ainda atende às normas que regem os direitos dos portadores de necessidades especiais.

O projeto atende rigorosamente a Resolução nº 114 do Conselho Nacional de Justiça, e a Resolução nº 9 do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que dispõem sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário.

PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE FÓRUNS

Com o desafio de dotar as Comarcas com sede própria e adequada à prestação jurisdicional de qualidade, o projeto de construção de Fóruns concluiu 42 obras. Os prédios são planejados com tecnologia, estrutura moderna e confortável e, além de informatizados, são providos com mobiliário completo.

Especificidades à parte, as obras seguem modelos padrão de 1 vara com juizado integrado; 5 varas e 1 juizado; ou 1 vara simples, dependendo da entrância da comarca. Os edifícios possuem ainda projeto de paisagismo, estacionamento e salas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público entre outros espaços, com conforto para os servidores e usuários da Justiça. São providos de instrumentos que garantem acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e seguem padrões de qualidade e sustentabilidade.

O Poder Judiciário assumiu o compromisso de proporcionar um espaço físico compatível com as necessidades dos servidores e magistrados e, com isso, tornar a prestação jurisdicional mais célebre, humana e acessível, dando à comunidade maior conforto e confiança, e isso é percebido com a entrega dos novos prédios. Dessa forma, vale ressaltar que todo o esforço empreendido ao longo dos anos para dotar as comarcas goianas de novas sedes e as reformas e ampliações, quando necessárias, aperfeiçoou acentuadamente o atendimento aos cidadãos que buscam a Justiça.

ORD.	COMARCA	MODELO	INAUGURAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA	VALOR
1	Goianápolis	1 Vara com Juizado Integrado	29/06/11	1.184,00 m²	2.068.209,68
2	1º Juizado Especial Cível na Comarca de Anápolis	-	29/07/11	1.325 m²	2.437.401,42
3	2º Juizado Especial Cível na Comarca de Anápolis	-	29/07/11	1.325 m²	2.437.401,20
4	Cumari	1 Vara Simples	2/09/11	642,00 m²	1.312.512,85
5	Valparaíso de Goiás	5 Varas e 1 Juizado	09/09/11	4.090,02 m²	6.021.160,85
6	Bom Jesus	1 Vara Simples	16/09/11	642,00 m²	1.416.025,22
7	Estrela do Norte	1 Vara Simples	22/09/11	642,00 m²	1.540.497,17
8	Mara Rosa	1 Vara Simples	23/09/11	642,00 m²	1.505.284,71
9	Novo Gama	5 Varas e 1 Juizado	29/09/11	4.090,02 m²	6.250.836,19
10	Barro Alto	1 Vara Simples	07/10/11	642,00 m²	1.348.304,73
11	Nova Crixás	1 Vara Simples	21/10/11	642,00 m²	1.266.612,81
12	Urutaí	1 Vara Simples	04/11/11	642,00 m²	1.453.086,77
13	Acreúna	1 Vara e 1 Juizado	11/11/11	1.508,61 m²	2.751.647,63
14	Panamá	1 Vara Simples	14/11/11	642,00 m²	1.377.332,73
15	Cachoeira Dourada	1 Vara Simples	18/11/11	642,00 m²	1.341.788,47
16	Cocalzinho de Goiás	1 Vara Simples	25/11/11	642,00 m²	1.497.592,52
17	Montes Claros de Goiás	1 Vara Simples	09/12/11	642,00 m²	1.214.925,58
18	Creche do Poder Judiciário	-	19/12/11	1.152,00 m²	2.060.419,12
19	Jandaia	1 Vara Simples	13/01/12	642,00 m²	1.645.400,12
20	Flores de Goiás	1 Vara Simples	20/01/12	642,00 m²	1.548.815,68
21	Goiandira	1 Vara Simples	07/02/12	642,00 m²	1.538.821,98
22	Israelândia	1 Vara Simples	10/02/12	642,00 m²	1.507.803,41
23	Itaguaru	1 Vara Simples	17/02/12	642,00 m²	1.692.518,63
24	Itauçu	1 Vara Simples	28/02/12	642,00 m²	1.561.609,34
25	Fazenda Nova	1 Vara Simples	29/02/12	642,00 m²	1.493.355,19
26	Carmo do Rio Verde	1 Vara Simples	01/03/12	642,00 m²	1.491.603,08

ORD.	COMARCA	MODELO	INAUGURAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA	VALOR
27	Leopoldo de Bulhões	1 Vara Simples	02/03/12	642,00 m²	1.558.364,02
28	Santa Terezinha de Goiás	1 Vara Simples	06/03/12	642,00 m²	1.410.220,03
29	Formoso	1 Vara Simples	11/05/2012	642,00 m²	1.468.505,32
30	Montividiu	1 Vara Simples	21/05/2012	642,00 m²	1.515.049,49
31	Pontalina	1 Vara c/ Juizado Integrado	29/05/2012	1.184,00 m²	2.320.702,33
32	Araçu	1 Vara Simples	11/06/2012	642,00 m²	1.612.725,25
33	Aruanã	1 Vara Simples	15/06/2012	642,00 m²	1.202.312,49
34	Serranópolis	1 Vara Simples	22/06/2012	642,00 m²	1.656.347,44
35	Ipameri	3 Varas e 1 Juizado	29/06/2012	2.238,36 m²	4.715.075,45
36	Maurilândia	1 Vara c/ Juizado Integrado	03/08/2012	1.184,00 m²	2.419.248,32
37	Hidrolândia	1 Vara c/ Juizado Integrado	10/10/2012	1.184,00 m²	2.569.809,68
38	São Luís de Montes Belos	3 Varas e 1 Juizado	23/10/2012	2.238,36 m²	4.672.096,96
39	Rialma	1 Vara c/ Juizado Integrado	23/11/2012	1.184,00 m²	2.583.225,05
40	Ceres	3 Vara e 1 Juizado	07/12/2012	2.238,36 m²	4.761.427,69
41	Iaciara	1 Vara Simples	01/2012	642,00 m²	1.292.237,57
42	Planaltina	5 Varas e 1 Juizado	01/2012	4.090,02 m²	6.900.636,62

PROJETO DE REFORMAS

Com o objetivo de manter as instalações físicas das Comarcas com estrutura adequada e assim garantir seu pleno funcionamento, este projeto aprimorou, por meio de reforma, diversas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário goiano. Citem-se como exemplos: os Fóruns das Comarcas de Caldas Novas, Iporá, Goiás, Itumbiara, Araguarças, Campos Belos, Pirenópolis, Uruaçu, Orizona, Silvânia, Piracanjuba, Abadiânia e Caçu. Em Anápolis foram realizados reparos nas instalações do Juizado da Infância e Juventude. Em Goiânia no 9º Juizado Cível, na Coordenadoria de Obras, no Gabinete odontológico, nos gabinetes de Desembargadores, na Procuradoria da Assistência Judiciária e na Sessão do Plenário. Foram realizadas ainda melhorias nos sistemas de distribuição de energia e de combate a incêndio em Goiânia.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

1 Hidrolândia
2 Montividiu do Norte
3 Rialma
4 Ceres
5 Araçu
6 Carmo do Rio Verde
7 Goianápolis
8 1º Juizado Especial Cível – Anápolis
9 Juizados Especiais Cíveis – Anápolis
10 Cumari
11 Valparaíso de Goiás
12 Bom Jesus
13 Estrela do Norte
14 Mara Rosa
15 Novo Gama
16 Formoso
17 Nova Crixás
18 Urutaí
19 Acreúna
20 Panamá
21 Cachoeira Dourada
22 Cocalzinho de Goiás
23 Montes Claros de Goiás
24 Creche do Poder Judiciário de Goiás
25 Jandaia
26 Flores de Goiás
27 Goiandira
28 Israelândia
29 Itaguaru
30 Itauçu

AÇÕES DE SEGURANÇA

O Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 104/2010, que, dentre outras providências, tem o objetivo de dispor medidas administrativas para a segurança e a criação de Fundo Nacional de Segurança dos espaços do Judiciário, bem como de magistrados, servidores e usuarios da justiça.

Nesse sentido, a resolução supracitada propõe ações para reforçar a segurança das varas com competência criminal, como: controlar o acesso aos prédios ou às áreas com varas criminais; instalar câmaras de vigilância nas varas criminais e áreas adjacentes; instalar aparelho detector de metais, aos quais devem se submeter todos que queiram ter acesso às varas criminais e áreas adjacentes ou às salas de audiência das varas criminais, ainda que exerçam qualquer cargo ou função pública, ressalvada a escolta de presos; e o policiamento ostensivo com agentes próprios, preferencialmente, ou terceirizados, nas varas criminais e áreas adjacentes.

1.Circuito Fechado de Televisão (CFTV)

O circuito fechado de televisão (CFTV) é um sistema de câmeras de vigilância baseado em computador com utilização de placas que permitem monitorar, gravar, arquivar e reproduzir imagens de câmeras.

Para garantir a segurança dos prédios, dos magistrados, dos servidores e dos jurisdicionados,realizarem-se a instalação, manutenção corretiva e/ou ampliação dos sistemas de circuito fechado de televisão (CFTV) entorno de 16 prédios do Poder Judiciário goiano, tais como os das Comarcas de: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Guapó, Jataí, Nerópolis, Piranhas, Rio Verde e Senador Canêdo.

2.Vigilância Monitorada e Armada

A contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância monitorada e armada justifica-se em virtude da premente necessidade de assegurar a proteção noturna e diurna das dependências do Poder Judiciário goiano. Será realizado por meio de posto de vigilância e do controle da movimentação de pessoas e veículos que frequentam essas unidades, executado por empresa especializada do ramo, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, detentores de curso de formação específica, em conformidade com a legislação pertinente e homologada após certame licitatório.

Tal serviço será expandido para alguns locais, a exemplo: o Depósito Público Judiciário e Administrativo do Foro de Goiânia, prédio da Creche e Anexo I do Tribunal de Justiça, localizado na Rua 19, Setor Oeste, em Goiânia.

3.Detectores de Metais

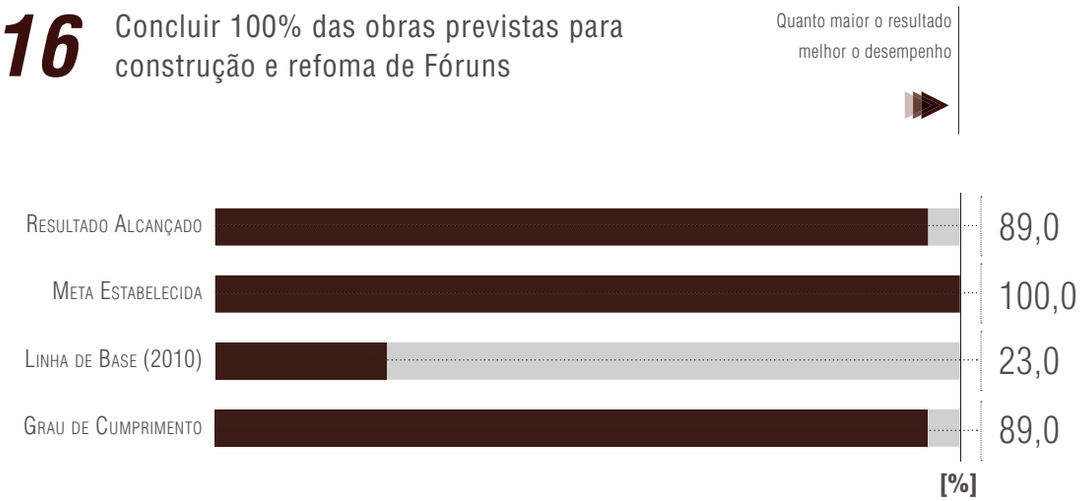
Foi realizada, ainda, a instalação de detectores de metais nas Varas Criminais-da Comarca de Goiânia, tanto do Fórum Heitor Moraes Fleury, quanto do Fórum Fenelon Teodoro Reis, com o objetivo de garantir maior segurança aos magistrados, servidores e jurisdicionados. Os equipamentos são operados por uma equipe responsável pela entrada dos participantes das seções.

RESULTADO ALCANÇADO PELA META

Para aferir a meta 16, que visa dotar todas as Comarcas com sede própria, adequada à prestação jurisdicional de qualidade, levam-se em consideração todas as obras concluídas em relação àquelas previstas no início do Plano Estratégico. Foi estimada, para o biênio 2011/2013, a entrega de 45 obras de construção e 29 obras de reforma. Foi concluído um total de 66 obras, sendo 42 delas de construção e as outras 24, de reforma.

Quanto maior a quantidade de obras concluídas, melhor será o indicador da meta. Dessa forma, a meta foi realizada com sucesso e alcançou 89% de cumprimento, isso se deve à quantidade de ações realizadas pelo Tribunal de Justiça de Goiás para aperfeiçoar e garantir uma infraestrutura apropriada aos servidores, magistrados e, consequentemente, à sociedade.

16 Concluir 100% das obras previstas para construção e refoma de Fóruns



10

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PROMOVE EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS DE TRABALHO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Disponibilizar recursos de tecnologia de informação, nas formas adequadas em quantidades necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento.

META ASSOCIADA

META 17

Alcançar 70% de realização das metas do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC

PROJETOS DESENVOLVIDOS

Este objetivo busca prover as unidades judiciais e administrativas de recursos de tecnologia da informação, em forma e quantidades adequadas à necessidade do Poder Judiciário goiano, visando à melhoria das condições de trabalho aos magistrados e servidores, promovendo, assim, a melhoria na prestação de serviços aos jurisdicionados.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
17	Executar Projetos do PETIC – Comitê de Política de Segurança	Grande	Em execução	50
17	Executar Projetos do PETIC – Central de Serviços	Grande	Em execução	50
17	Executar projetos do PETIC – Implantação do Escritório de Projetos	Grande	Concluído	100
17	Executar Projetos do PETIC – Definição do Procedimento de Aquisição de TI	Grande	Em execução	50
17	Executar Projetos do PETIC – Processo de Desenvolvimento de Software	Grande	Em execução	50
17	Implantação da Governança de TI	Grande	Em execução	50
17	Melhoria da capacidade de infraestrutura de TI - Aquisição de Computadores Servidores, Software de Virtualização e Treinamento	Grande	Em execução	50
17	Melhoria da capacidade de infraestrutura de TI - Aquisição de Novas Licenças e Suporte para o Zimbra	Médio	Em execução	25
17	Melhoria da capacidade de infraestrutura de TI - Disponibilização de Recursos Tecnológicos	Médio	Em execução	25
17	Melhoria de Links, Rede via Rádio	Médio	Em execução	25
17	Rede sem fio – TJGO	Grande	Em execução	50
17	Renovação e ampliação do parque de ativos de rede	Grande	Em execução	50
9,17,18	Conexão Estratégica: quem conhece multiplica	Médio	Em execução	25

EXECUTAR PROJETOS DO PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PETIC

O objetivo do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC – é propiciar o uso eficaz da Tecnologia da Informação e Comunicação, de forma continua e sistêmica, possibilitando o alcance da celeridade e da qualidade na prestação dos serviços. Neste sentido, o projeto "Executar projetos do PETIC" foi elencado ao Plano Estratégico com o intuito de viabilizar, ou seja, propiciar as condições necessárias para a execução dos projetos.

Dentre as ações desenvolvidas pela área de TIC, destacam-se os passos iniciais de implementação da Governança de Tecnologia da Informação, conforme consta no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

"Governança de TI é a estrutura composta por processos interrelacionados, por meio da qual as organizações dirigem e controlam a gestão da informação, o suporte e as tecnologias a ela associadas, assegurando a máxima agregação de valor aos objetivos de negócio e o adequado balanceamento entre riscos e retorno sobre os investimentos."

Foi elencado o projeto "Implantação da Governança de TI", como um programa, ou seja, um conjunto de projetos, por entender que o assunto é demasiadamente amplo e aborda todos os níveis da organização, tanto o operacional, quanto o tático e o estratégico da área de TIC.

O programa de Implantação da Governança de TI contempla os seguintes projetos: Comitê e Política de Segurança e Implantação do Escritório de Projetos.

1.Comitê e Política de Segurança

A Política de Segurança da Informação consiste num documento que esclarece a todos as normas e diretrizes administrativas que devem ser seguidas pelos usuários, com o objetivo de proteção dos ativos de informação, garantindo integralidade, confidencialidade e disponibilidade, além da prevenção de responsabilidade legal para todos os usuários. Deve, portanto, ser cumprida e aplicada em todas as áreas da instituição.

No que tange ao uso dos recursos de Tecnologia da Informação, a responsabilidade ficou a cargo da Diretoria de Informática. O documento foi elaborado pela referida diretoria, e encaminhado à apreciação da Comissão de Informatização, que manifestou parecer favorável à implantação da Política de Segurança da Informação neste Poder.

2.Implantação do Escritório de Projetos

Cada vez mais o Tribunal de Justiça de Goiás tem alcançado grandes avanços no modelo de gestão de projetos adotado. Tem buscado a condução integrada, melhorando-lhe a produtividade dos processos de planejamento e gerenciamento, garantindo a qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

Na área de Tecnologia da Informação não foi diferente, o escritório de projetos de TIC é responsável por centralizar, coordenar, planejar, controlar e monitorar todas as atividades oriundas dessa área. Ele é capaz de dar suporte para uma nova visão, promovendo a melhoria da eficiência no planejamento e condução desses projetos, podendo fornecer informações rápidas sobre cada um e, consequentemente, auxiliar nas decisões a serem tomadas.

Em junho de 2011, o escritório de projetos da área de TIC do Tribunal de Justiça de Goiás iniciou seus trabalhos acompanhando, monitorando e gerenciando o Plano Estratégico de TIC 2010/2014, com um portfólio de 21 projetos, dentre outras ações e projetos que não estão elencados no PETIC, mas que são acompanhados pelo escritório.

MELHORIA DE LINKS, REDE VIA RÁDIO

Esse projeto foi elencado com o objetivo de promover o aumento da velocidade dos links, possibilitando a agilidade no acesso aos sistemas internos e externos. Além disso, possibilitou suportar novos serviços demandados pelo Sistema de Registro Audiovisual de Audiências, que também está sob responsabilidade da Diretoria de Informática, e encontra-se em execução com 61,23% das implantações finalizadas, com previsão de instalação em todas as salas de audiências do Poder Judiciário goiano.

Projeto que também reduziu a dependência do TJGO com a operadora telefônica. As melhorias obtidas até o momento foram:

- Já foi entregue um novo link Internet, que está sendo utilizado como redundância, ou seja, atualmente o TJGO possui dois links de Internet;
- 70% dos links do Interior já receberam duplicação de velocidade;
- 77,4% dos links do interior já possuem velocidade igual ou maior de 2Mbps, em concordância com a Resolução 90 do Conselho Nacional de Justiça;

O projeto continua em execução e tem previsão de que 97% dos links do Interior sejam duplicados até fevereiro de 2013, ressalta-se que todos esses links terão velocidade igual ou superior a 2Mbps.

RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ATIVOS DE REDE

A renovação e ampliação do parque de ativos de rede, além de melhorar a sua disponibilidade e performance, vão ao encontro dos critérios de nivelamento de requisitos de tecnologia da informação, estabelecidos pela Resolução 90/2009 do Conselho Nacional de Justiça

O projeto contemplou a aquisição de 832 itens entre Switches e acessórios (cabos ópticos e módulos ópticos e elétricos), Software de Gerenciamento de Rede, Switches Virtuais e Treinamento, e gerou o total investido de R$ 2.798.090,00.

MELHORIA DA CAPACIDADE DE INFRAESTRUTURA DE TI

A visão da otimização da infraestrutura de tecnologia da informação é criar um ambiente propício à prestação de serviços de TI eficientes, seguros e eficazes. Uma infraestrutura adequada às necessidade da organização pode gerar uma significativa redução de custos, maior segurança e maior disponibilidade e capacidade de gerenciamento. Nesse sentido foram realizadas várias ações:

1. Ambiente de Alta Disponibilidade

Com o objetivo de promover um ambiente de alta disponibilidade, buscando garantir que, se eventualmente ocorrer qualquer falha nos equipamentos, nenhum serviço crí-

tico seja paralisado, foi projetada a aquisição de Servidores de Rack e Virtualização.

Buscou-se com essa nova tecnologia a maximização dos recursos, oferecendo a possibilidade de utilizar com mais eficiência os equipamentos, evitando-se o desperdício dos recursos tecnológicos. Desta forma, será possível obter a redução de custos, por otimizar a eficiência energética, bem como favorecer a continuidade dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO).

A atualização da infraestrutura tecnológica torna a manutenção dos equipamentos mais dinâmica, com menor custo e flexível, pois as novas tecnologias são mais fáceis de realizar manutenção e reposição, caso seja necessário realizar algum procedimento de recuperação da disponibilidade dos serviços.

Foram adquiridos 10 computadores servidores, com o respectivo serviço de instalação dos equipamentos, 10 serviços de virtualização, com treinamento necessário ao uso da tecnologia, o que gerou um investimento total de R$ 1.083.000,00 no projeto.

2. Incremento de Licenças de Correio Eletrônico

Outra ação para a Melhoria da Capacidade de Infraestrutura de TI foi o incremento de licenças de caixa postal para o software de correio eletrônico. A demanda por estas licenças é muito alta, pois existe um universo aproximado de 6.000 (seis mil) usuários, dos quais apenas 2.000 (dois mil) possuíam contas de e-mail. Portanto, com o objetivo de melhorar a comunicação e o fluxo das informações em todo o Poder Judiciário, foram adquiridas 4.000 (quatro mil) licenças de uso do e-mail, suporte e treinamento.

De forma geral, nesta Gestão, para possibilitar o alcance da melhoria na capacidade de infraestrutura de TI, foram realizadas aquisições de diversos equipamentos, conforme pode ser observado na tabela que representa as aquisições de TI para os anos de 2011 e 2012.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM 2011/2012

ITEM	DISCRIMINAÇÃO/ EQUIPAMENTOS	QUANT 2011	QUANT 2012	VALOR TOTAL INVESTIDO 2011	VALOR TOTAL INVESTIDO 2012
1	Microcomputadores	1068	1200	R$ 3.688.623,28	R$ 5.392.216,10
2	Scanners	4	20		
2	Microfones de mesa	792	-		
3	Notebooks	2	697		
4	Impressoras laser monocromáticas	400	50		
5	Estabilizadores de tensão 2000VA	700	50		
6	Adaptadores tripolar padrão antigo	200	-		
7	Notebooks	-	697		
8	Prorrogação vigência contrato Serviço de internet móvel 3G	-	150		

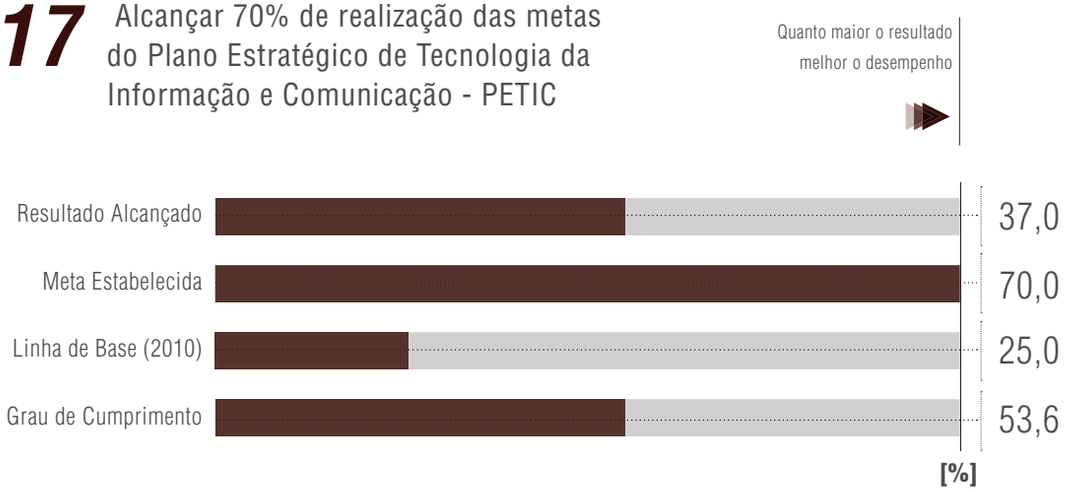
RESULTADO ALCANÇADO PELA META

O resultado dessa meta foi obtido com a aferição do desempenho das 32 metas estabelecidas no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Desta forma, o desempenho aferido no PETIC foi de 11 metas em situação confortável, 1 delas em situação de atenção e 13 receberam avaliação crítica, totalizando 25 metas. Esclarece-se, que 7 metas não receberam avaliação, pois não foi possível sua aferição, devido à ausência de dados e/ou dependência de ações que envolvem outras áreas do TJGO. Portanto, o índice obtido foi calculado por meio da soma das metas em situação confortável e de atenção, dividido pelo total de metas previstas. Entretanto, cabe ressaltar que a meta estabelecida no PE 2011/2013 não foi atingida, uma vez que os investimentos realizados nesse momento surtirão os efeitos desejados em médio e longo prazo.

Avaliando a meta de forma qualitativa pode-se afirmar que o Tribunal de Justiça buscou, por meio da execução dos projetos supramencionados e a disponibilização de investimentos consideráveis na Gestão 2011/2013, no importe de mais 32 milhões, todos destinados a área de tecnologia da informação, buscou alcançar o objetivo de disponibilizar os recursos de tecnologia da informação nas formas adequadas e quantidades necessárias ao cumprimento dos objetivos da organização.

17 Alcançar 70% de realização das metas do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC



AVALIAÇÃO GLOBAL DO TEMA

Desenvolvendo uma análise do tema infraestrutura e tecnologia, considera-se que o Tribunal de Justiça de Goiás realizou melhorias nas instalações pautado na preocupação de prover as unidades com infraestrutura digna e tecnologia necessárias para uma prestação jurisdicional de qualidade. Porém, o esforço empreendido nos projetos associados às metas do tema, ainda são inferiores, quando comparados com os temas do Plano Estratégico.

Os resultados indicam que o investimento em tecnologia da informação deve ser reforçado, pois o emprego de novas tecnologias é fundamental para um Judiciário mais moderno, em frente das necessidades de uma sociedade cada vez mais exigente.

ORÇAMENTO

Garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas por meio da efetiva distribuição dos recursos financeiros, observando-se em sua execução os princípios norteadores da gestão pública.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

18 Executar 100% dos recursos do orçamento estratégico

09
08
07
rtal do Extrajudicial
DELL

CENÁRIO INSTITUCIONAL

Com o objetivo de priorizar a execução dos projetos associados ao Plano Estratégico de forma a balizar as ações tomadas pela Alta Administração, o Tribunal de Justiça de Goiás preocupou-se com a distribuição e alocação financeira para a realização destes projetos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas vislumbrando atingir a Visão institucional – "Ser referência no cenário nacional como padrão de excelência nos serviços prestados à sociedade para a realização da justiça" e assegurando a todos um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo resguardando o direito, a dignidade e a cidadania.

Dessa maneira o planejamento orçamentário, foi realizado conforme disciplina o Plano Plurianual (PPA), um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, e que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 4 anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, públicos-alvo e produtos a serem entregues à sociedade.

Para possibilitar a concretização das ações estabelecidas no Planejamento Estratégico, o TJGO estabeleceu a meta arrojada de executar 100% do orçamento estratégico, um importe de mais de 56 milhões de reais somente para o ano de 2012. Nesse sentido, não mediu esforços, por entender a importância de investimentos maciços para o cumprimento de seus objetivos estratégicos, como forma de melhorar a qualidade e o desempenho na prestação jurisdicional. Foi realizado, ainda, o planejamento orçamentário conforme consta no PPA 2012-2015. A seguir, apresenta-se o demonstrativo do valor planejado e do valor executado no ano de 2012.

DEMONSTRATIVO DO VALOR PLANEJADO X VALOR EXECUTADO

VALOR PLANEJADO 2012	VALOR EXECUTADO 2012
R$ 168.822.000,00	R$ 136.646.171,33

O Poder Judiciário goiano buscou a excelência nos serviços prestados provendo investimento considerável, conforme supramencionado, a fim de manter a máquina judiciária, bem como investindo na modernização e na padronização, da infraestrutura física, das rotinas e procedimentos, na capacitação dos servidores, na atualização tecnológica e nas ações de responsabilidade social e ambiental, tendo como foco a efetividade nos trâmites judiciais a todos os cidadãos.

11

SELO ELETRÔNICO
TRAZ SEGURANÇA
AOS DOCUMENTOS
EMITIDOS NO
JUDICIÁRIO GOIANO
SELO ELETR
Selo de autenticidade, contr

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover efetiva distribuição de recursos financeiros, visando a garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, observando-se em sua execução os princípios norteadores da gestão pública."

META ASSOCIADA

META 18

Executar 100% dos recursos do orçamento estratégico

PROJETOS DESENVOLVIDOS

Os projetos deste objetivo visam proporcionar mecanismos financeiros necessários para garantir a execução de todos os projetos e ações que buscaram o desenvolvimento e aprimoramento deste Poder Judiciário.

META ASSOCIADA	PROJETO	IMPACTO	STATUS	AVALIAÇÃO
18	Conexão Estratégica: quem conhece multiplica	Grande	Em execução	50
18	Selo Eletrônico	Pequeno	Em execução	5

CONEXÃO ESTRATÉGICA: QUEM CONHECE MULTIPLICA

Visando ao aprimoramento da formulação e implementação das políticas públicas, o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 norteou as ações do Poder Judiciário goiano, tendo em vista um modelo eficiente, eficaz e efetivo gerando aumento do desempenho da economia.

Sendo assim, este planejamento é de fundamental importância para o alinhamento entres as ações estratégicas e operacionais, eliminando eventuais superposições e aumentando a sinergia entre as unidades na busca dos objetivos estratégicos.

O PPA estabelece as diretrizes, os objetivos e metas físicas e financeiras da administração pública organizadas em programas. O Tribunal de Justiça de Goiás utilizou o seu Plano Estratégico para definição destas diretrizes orçamentárias. O exercício de 2012 foi o primeiro ano em que a execução orçamentária dos projetos estratégicos corresponde aos investimentos planejados na Lei Orçamentária Anual (LOA). Abaixo segue tabela demonstrativa do planejamento e execução orçamentária do ano de 2012.

ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL (PPA) DE 2012

	PRODUTO PPA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DOTAÇÃO	VALOR COMPROMETIDO	%	VALOR DISPONÍVEL	%
SOCIEDADE	ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	1 Ser efetivo nos trâmites Judiciais 2 Melhorar a imagem do Poder Judiciário do Estado de Goiás perante a sociedade. 3 Aprimorar a comunicação do Poder Judiciário do Estado de Goiás com a sociedade e seus colaboradores	3.822.000,00	888.120,71	23,2	2.933.879,29	76,8
SOCIEDADE	RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	4 Promover a Responsabilidade Social e Ambiental	343.000,00	41.063,75	12,0	301.936,25	88,0
PROCEDIMENTOS INTERNOS	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	5 Prosseguir na modernização do Judiciário goiano 6 Otimizar as rotinas e procedimentos	2.724.000,00	322.550,65	11,8	2.401.449,35	88,2
RECURSOS	GESTÃO DE PESSOAS	7 Promover um clima organizacional positivo 8 Investir continuamente nos recursos humanos	6.180.000,00	1.754.839,83	28,4	4.425.160,17	71,6
RECURSOS	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	9 Prover as unidades judiciais e administrativas de infraestrutura física adequada 10 Disponibilizar recursos de tecnologia de informação	155.753.000,00	133.639.596,39	85,8	22.113.403,61	14,2
	TOTAL		168.822.000,00	136.646.171,33	81	32.175.828,67	19

Informação: Diretoria Financierado TJGO

Cerimônia de Lançamento do Sistema de Selo Eletrônico – 20/06/2012

SELO ELETRÔNICO

Visando à segurança dos documentos e atos que tramitam no Poder Judiciário goiano, o Tribunal de Justiça de Goiás, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, empreendeu o projeto de implantação do sistema de Selo Eletrônico que objetiva substituir a utilização do selo físico (de papel) pelas serventias, por sistemática tecnológica mais adequada ao atual volume de atos extrajudiciais que necessitam de acompanhamento do Poder Judiciário.

Pode-se esperar considerável economia com a criação, implantação e gerência do selo eletrônico pelo próprio Tribunal de Justiça de Goiás. Além disso, o uso da tecnologia empregada possibilitará maior controle sobre os atos cartorários, refletindo em um controle de arrecadação mais assertivo dos tributos devidos pelas serventias extrajudiciais ao Judiciário goiano, bem como garantirá maior segurança, evitando extravio e furto de selos, entre outras incidências. Ainda trará mais segurança jurídica aos atos notoriais e registrais, já que todos os documentos produzidos poderão ter sua autenticidade comprovada pelo próprio usuário em consulta web do código do selo em portal mantido pelo Tribunal.

O Sistema de Selo Eletrônico foi implantado, desenvolvido e está em funcionamento desde o provimento nº 03/2012 da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJGO), de 07 de maio de 2012. Inicialmente o projeto piloto foi implantado em 6 (seis) serventias da capital.

A normatização da implantação do selo eletrônico ocorreu com o provimento 07/2012 da CGJGO, de 17 de agosto de 2012. O cronograma de implantação do sistema em todas as serventias extrajudiciais do Estado de Goiás foi normatizado pela portaria 095/2012 da CGJGO, de 20 de agosto de 2012, com previsão de conclusão da implantação em janeiro de 2013.

Em 18 de outubro de 2012, o 2º Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Goiânia, Antônio do Prado, que veio comunicar oficialmente o cumprimento integral do Provimento nº 007/2012 da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás (CGJGO), que trata da implantação do Selo Eletrônico.

No dia 28 de novembro de 2012 , às 16 horas, na Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás (CGJGO), foi realizada a entrega simbólica dos selos físicos remanescentes de mais três cartórios de Goiânia . O 8º Tabelionato de Notas e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos, o Registro Civil das Pessoas Naturais da 4ª Circunscrição e o Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª Circunscrição denotaram total adesão ao sistema do Selo Eletrônico.

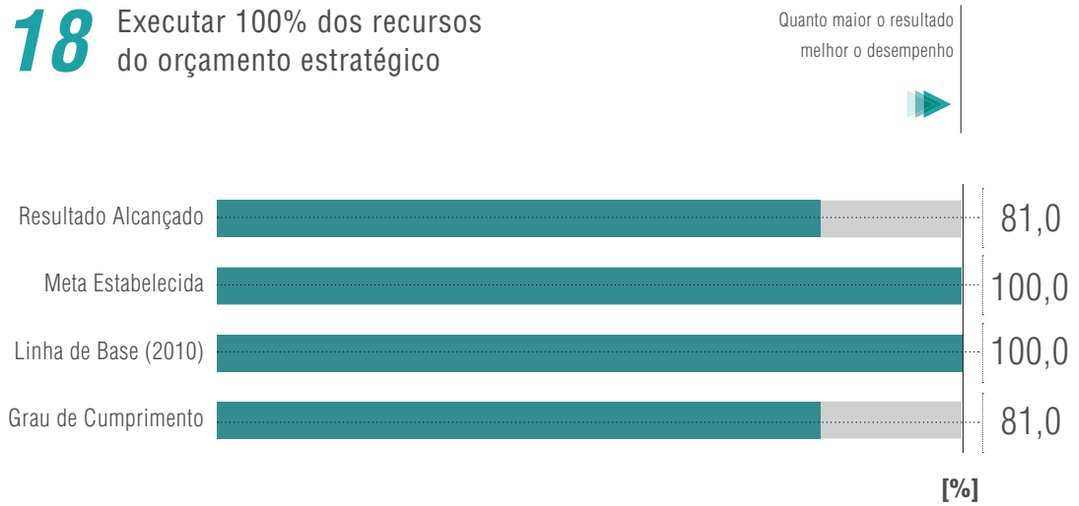
"O novo sistema acelera o trabalho nos cartórios e dificulta a ação dos falsários. O selo físico, se aquecido, soltava do papel com facilidade, tornando possível a utilização do mesmo em outro documento que não era oficial, nem mesmo válido. Isso agora não é mais possível" - afirma o titular do Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª Circunscrição, Jânio Rodrigues de Oliveira.

RESULTADO ALCANÇADO PELA META

O resultado desta meta foi obtido por meio da divisão do valor executado nos projetos estratégicos pelo valor planejado no PPA 2012-2015, alcançando, assim, o índice de 81% de execução do orçamento estratégico.

Ao estabelecer esse objetivo, o Tribunal de Justiça de Goiás buscou assegurar que o custeio da manutenção, do funcionamento da área administrativa, do pagamento da folha de pessoal, da ampliação da capacitação e da implementação dos projetos que buscaram o aprimoramento das estruturas físicas e tecnológicas fosse realizado de forma eficiente, provendo toda a sociedade goiana de um serviço célere e eficaz. Ressalta-se que meta desta natureza necessita de maior atenção, por ser a matriz propolsora para o cumprimento exitoso do Plano Estratégico.

18 Executar 100% dos recursos do orçamento estratégico



AVALIAÇÃO GLOBAL DO TEMA

O tema Orçamento e, consequentemente, a meta associada possuem importância fundamental no Plano Estratégico, pois representa o alicerce de todos os outros temas e metas estabelecidas. Sem recurso, não há como desenvolver atividades que irão garantir a melhoria dos serviços prestados pelo TJGO. Aprimoramentos são necessários, principalmente no que tange à desconcentração da elaboração da proposta orçamentária. Pela primeira vez, a elaboração do PPA 2012/2015 foi realizada considerando os projetos previstos no Plano Estratégico do Tribunal de Justiça, o que é um grande avanço que deve ser sedimentado.

RESULTADO CONSOLIDADO DESEMPENHO OBTIDO NAS METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DA GESTÃO 2011/2013

	DESCRIÇÃO DA META	RESULTADO ALCANÇADO	META ESTABELECIDA	LINHA DE BASE (2010)	GRAU DE CUMPRIMENTO
1	Reduzir para 57,5% a taxa de congestionamento do Judiciário Goiano	64,7%	57,5%	65,2%	6,0%
2	Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque	101,0%	112%	111,5%	90,0%
3	Alcançar 65% de acordos por meio da conciliação	62,2%	65%	65,8%	95,7%
4	Efetivar o funcionamento de 10 polos regionais especializados no tema Infância e Juventude	4	10	4	40,0%
5	Obter 80% de satisfação do usuário da Justiça	48%	80%	76,4%	60,0%
6	Implantar programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário, em escolas ou outros espaços públicos	127,4	100	0	127,4%
7	Implantar, nas 60 maiores comarcas do estado, ações que impactem positivamente a sociedade	53	60	50	88,3%
8	Reduzir em 2% o consumo per capta com energia, papel, água, telefone e combustível o Poder Judiciário Goiano	1,3%	2%	-6,3%	65,0%
9	Alcançar 85% de realização das metas previstas no Plano Estratégico	72,2%	85%	92,1%	85,0%

DESCRIÇÃO DA META	RESULTADO ALCANÇADO	META ESTABELECIDA	LINHA DE BASE (2010)	GRAU DE CUMPRIMENTO
10 Reduzir em 10% o tempo de tramitação dos processos judiciais	34% 588 dias	10% 805 dias	- 894 dias	342,0%
11 Aperfeiçoar e padronizar 100% dos procedimentos de execução penal	100%	100%	0%	100%
12 Aperfeiçoar 100% das rotinas de trabalho das áreas da Secretaria do TJGO	71%	100%	0%	71,0%
13 Reduzir em 10% o tempo de tramitação dos processos administrativos	8,85% 175 dias	10% 172,8 dias	- 192 dias	88,5%
14 Alcançar 75% de satisfação no clima organizacional	69,3%	75%	71,4%	92,4%
15 Promover, anualmente, 30 horas de capacitação *per capta,* garantindo um mínimo de 15 horas para cada servidor	32	30	13,1	105,4%
16 Concluir 100% das obras previstas para a construção e reforma de Fóruns	89%	100%	23%	89%
17 Alcançar 70% de realização das metas do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETIC	37,5%	70%	25%	53,6%
18 Executar 100% dos recursos do orçamento estratégico	81%	100%	100%	81%

METAS CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O Conselho Nacional de Justiça estabelece metas para o Judiciário brasileiro desde 2009, com o objetivo de melhorar a infraestrutura dos Tribunais e aumentar a eficiência na prestação jurisdicional.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Metas Nacionais 2011

Metas Nacionais 2012

Metas do ENASP

1. METAS NACIONAIS 2011

As metas nacionais 2011 do CNJ foram estabelecidas durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, realizado no Rio de Janeiro. As metas foram escolhidas por votação pelos presidentes de todos os 91 tribunais brasileiros.

O destaque nesta edição das metas nacionais foi a adoção da meta de responsabilidade social. De acordo com o Ministro Cezar Peluso, "a sociedade precisa confiar na Justiça e não podemos permitir que seja distorcida a imagem do Judiciário".

Das quatro metas estabelecidas para o ano de 2011, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás cumpriu integralmente três metas e na outra, obteve desempenho superior à média nacional.

META 1 – Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

A unidade de gerenciamento de projetos é responsável por tornar o plano estratégico realidade. Define métodos de elaboração, acompanhamento e avaliação dos projetos, com foco nos resultados pretendidos. O escritório de projetos do Tribunal de Justiça foi criado em 2009 e encontra-se em pleno funcionamento, resultando o cumprimento total da meta estabelecida.

META 2 – Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

O registro audiovisual de audiências é responsável por diminuir consideravelmente o tempo de duração das audiências. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, atento às inovações tecnológicas que otimizam a prestação jurisdicional, já utilizava sistema desta natureza, o que tornou a meta cumprida em sua integralidade.

META 3 – Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta de eficiência do Poder Judiciário, imprime condição de redução do estoque de processos de conhecimento, ao estabelecer o julgamento de volume superior ao de casos novos. Em 2011, os Tribunais Estaduais alcançaram um índice de cumprimento de 88,95%, o Tribunal goiano superou a média nacional ao julgar 94,37% dos processos de conhecimento distribuídos.

META 4 – Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás cumpriu a meta 4 do CNJ ao reeditar o Programa Justiça Educacional, que leva aos estudantes das escolas goianas noções sobre o funcionamento do Judiciário, de cidadania e direitos e deveres de todos que vivem em sociedade.

2. METAS NACIONAIS 2012

Durante o 5º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Porto Alegre, os presidentes dos tribunais do país definiram as metas para o ano de 2012, dando continuidade ao esforço concentrado de melhorar os serviços prestados pelo Judiciário.

Pela primeira vez, desde que o CNJ passou a estabelecer metas nacionais para o Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás cumpriu integralmente todas as metas estabelecidas.

META 1- Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

O desafio de reduzir o estoque de processos pendentes de julgamento será constante no Judiciário. A meta 1 possui relevância para o alcance de uma Justiça célere, ao mesmo tempo que dá respostas às demandas que ingressam no Judiciário, ainda que estas sejam crescentes. O TJGO alcançou grau de cumprimento de 101%, impulsionado pelos resultados obtidos no 2º Grau que decidiu sobre 60.638 ações em tramitação, contra um ingresso de 29.396.

META 2 - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual.

A meta 2 de 2012 foi específica para as instâncias colegiadas dos Tribunais Estaduais. Para o TJGO, a meta já se apresentou com o status de cumprida, indicando que os processos da instância são decididos em tempo hábil, não acumulando estoque. Como o texto da meta estabelece o julgamento de pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2007 e, até o momento, foram julgados 99,9%, o grau de cumprimento da referida meta é de 110,88%.

Acervo alvo da meta	8.269 processos
Total de Julgados	8.252
Grau de Cumprimento	110,88%

META 3 - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça.

Antes do lançamento das metas de 2012, o TJGO já mantinha em seu portal na internet acesso às informações processuais, com inteiro teor das decisões, respeitado o segredo de justiça. O Sistema de Decisões Monocráticas no 1º Grau e o Sistema Gabinete Eletrônico no 2º Grau são os responsáveis pelo atendimento integral ao estabelecido pelo CNJ.

	1º GRAU	2º GRAU ESPECIAIS	JUIZADOS RECURSAIS	TURMAS	GERAL
Distribuídos	211.555	29.396	94.809	11.435	347.195
Julgados	202.756	60.638	81.088	6.350	350.832
Grau de cumprimento	95,8%	206,3%	85,5%	55,5%	101,0%

META 4 - Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.

O Núcleo de Cooperação Judiciária é um mecanismo de colaboração ente os diversos órgãos do Poder Judiciário, com a finalidade de institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros operadores sujeitos do processo, para uma maior harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses. O Núcleo de Cooperação do TJGO atende a Recomendação nº 38, de 7 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Justiça e foi instituída por meio dos Decretos Judiciários nº 1540 e 1541, ambos de 24 de julho de 2012.

META 5 - Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

O TJGO, antes mesmo da edição da meta 5 de 2012, já disponibilizava via internet consulta à tabela de custas, assim como sistema para emissão de guia de recolhimento, provando, mais uma vez, a proatividade do Tribunal goiano em oferecer melhores serviços para os usuários da Justiça.

3. METAS DA ENASP

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Lançada em fevereiro de 2010, a iniciativa é resultado da parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público e (CNMP) de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça.

As metas estabelecidas possuem elevada relevância, pois a tramitação das ações penais da competência do Tribunal do Júri possuem muitas particularidades que podem delongar em demasia a sua tramitação. A adoção das metas acende um alerta para o Judiciário, para que medidas possam ser tomadas para descongestionar os processos de natureza de homicídio.

META 3 – Alcançar a pronúncia em todas as ações penais por crimes de homicídio ajuizadas até 31 de dezembro de 2008.

Quando do lançamento da meta, o TJGO possuía 1.747 ações penais que estavam aguardando a pronúncia. Boa parte dos processos, aguardando a prisão dos envolvidos ou providências de terceiros. O grau de cumprimento obtido é de15,1%, até o momento.

META 4 – Julgar as ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007.

Um total de 3.466 processos aguardavam julgamento por crimes de homicídio, conforme o preceituado pela meta 4 da ENASP. O elevado número de processos aguardando Júri também se deve ao fato de que vários envolvidos estão aguardando prisão. O grau de cumprimento é de 32,9%.

DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

" A coisa mais importante no mundo não é tanto aonde nós chegamos, mas em qual direção estamos nos movendo"

Oliver Wendall Holmes

DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

O Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás estabelecido em 2009 foi o primeiro elaborado após a Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que determinava a adoção de planos com abrangência mínima de cinco anos. Ao término da Gestão 20011/2013, completam-se quatro anos do Plano Estratégico atual e se faz necessária uma avaliação global deste período, avaliando se os propósitos estabelecidos se mantêm adequados, bem como se os objetivos estratégicos traçados estão sendo alcançados. Primeiramente serão tecidas considerações sobre os objetivos estratégicos e, posteriormente, sobre a missão institucional e a visão de futuro.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para avaliar o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos, foi realizado estudo que envolveu os resultados alcançados dos projetos propostos. Associado com o desempenho obtido nas metas associadas, tal estudo recebeu o nome de análise de esforço, pois permite avaliar o quanto foi empenhado e realizado para o cumprimento de cada objetivo estratégico.

Essa análise se justifica pelo fato de o TJGO utilizar o Balanced Scorecard como ferramenta de planejamento estratégico. Tal metodologia garante um balanceamento entre as diferentes medidas de desempenho, representadas nas diferentes perspectivas, temas e, consequentemente, nos diferentes objetivos estratégicos.

Conforme metodologia de avaliação dos projetos já apresentada, foi calculada a contribuição de cada projeto no alcance dos resultados das metas e, consequentemente, dos objetivos estratégicos. Paralelamente, permitiu avaliar o contexto global do Plano Estratégico, no que tange à divisão de esforços para o cumprimento dos objetivos estratégicos. A metodologia foi aplicada para o plano da Gestão 2009/2011 e para a Gestão 2011/2013, para efeitos de avaliação global de desempenho, ante os objetivos estabelecidos.

A tabela a seguir ilustra a contribuição, em termos percentuais, de cada projeto para o alcance das metas e objetivos estratégicos, durante a Gestão 2009/2011. Na sequência são apresentados os resultados da análise de esforço dos projetos da Gestão 2011/2013.

ANÁLISE DE ESFORÇO DOS PROJETOS DA GESTÃO 2009/2011

Objetivo Estratégico 1	**44,87%**
Meta 1	**18,69%**
Atualizar	7,79%
Justiça Ativa	3,89%
Inst. de Vara e Juizados	3,89%
Projudi	3,12%
Meta 2	**10,29%**
Gabinete Eletrônico	1,76%
Instalação de Gabinetes e Câmaras	3,53%
Juízes Substitutos	3,53%
Modernizar	1,47%
Meta 3	**14,08%**
Atualizar	14,08%
Meta 5	**1,80%**
Bancas Permanentes de Conc.	0,43%
Audiências DPVAT	0,43%
Justiça Móvel de Trânsito	0,43%
Centro de Pacificação Social	0,10%
Semana Nacional de Conciliação	0,43%
Objetivo Estratégico 2	**4,35%**
Meta 6	**1,94%**
Programa Imagem Institucional	0,05%
Projeto Insígnias Honoríficas	0,02%
Projeto Criação da Bnadeira TJGO	0,02%
Justiça na Praça	0,46%
Feira da Solidariedade	0,46%
Audiências Públicas	0,46%
Programa Conhecendo o Judiciário	0,46%
Meta 7	**2,41%**
Pesquisa de Satisfação	2,41%
Objetivo Estratégico 3	**3,55%**
Meta 8	**1,82%**
Reestruturação	1,82%
Meta 9	**1,73%**
Portal do Servidor	0,08%
Twitter	0,82%
Revista Justiça Efetiva	0,82%

Objetivo Estratégico 4	**0,71%**
Meta 10	**0,71%**
Educação Ambiental	0,02%
Projeto Coleta Seletiva	0,17%
Projeto Quem Planta Cuida	0,17%
Projetos Obras Sustentáveis	0,17%
Projeto Araguaia	0,17%
Justiça Terapêutica	0,03%
Objetivo Estratégico 5	**8,45%**
Meta 11	**2,28%**
Criação da SGE	2,28%
Meta 12	**1,55%**
Projudi	1,55%
Meta 13	**1,16%**
Execpen	1,16%
Meta 14	**1,73%**
Projudi	1,73%
Meta 15	**1,73%**
Gabinete Eletrônico	1,73%
Objetivo Estratégico 6	**7,90%**
Meta 16	**1,66%**
Cálculo de penas	1,66%
Meta 17	**1,13%**
Meta 2	0,38%
Atualizar	0,75%
Meta 18	**1,70%**
Meta 2	1,70%
Meta 19	**1,73%**
Atualizar	1,73%
Meta 20	**1,67%**
Mapeamento de processos	1,67%
Objetivo Estratégico 7	**5,23%**
Meta 22	**1,77%**
Diversos	1,77%
Meta 23	**1,73%**
Encontros	1,73%
Meta 24	**1,73%**
Benefícios Sociais	1,73%

Objetivo Estratégico 8	**6,99%**
Meta 25	**1,67%**
Projeto de lei	1,67%
Meta 26	**1,41%**
Capacitação	1,41%
Meta 27	**1,73%**
Encontros de Diretores	1,73%
Meta 28	**2,18%**
Projeto de lei	2,18%
Objetivo Estratégico 9	**7,56%**
Meta 29	**1,75%**
Obras	1,75%
Meta 30	**1,73%**
Diversos	1,73%
Meta 31	**0,61%**
Terceirização	0,61%
Meta 32	**3,46%**
Instalação	3,46%
Objetivo Estratégico 10	**3,46%**
Meta 33	**1,73%**
Atualização	1,73%
Meta 34	**1,73%**
Diversos	1,73%
Objetivo Estratégico 11	**6,93%**
Meta 35	**1,73%**
Execução recursos	1,73%
Meta 36	**1,73%**
Orçamento	1,73%
Meta 37	**1,73%**
Diversos	1,73%
Meta 38	**1,73%**
Repactuação	1,73%

ANÁLISE DE ESFORÇO DOS PROJETOS DA GESTÃO 2011/2013

Objetivo Estratégico 1	**12,22%**
Meta 1	**0,35%**
Varas criminais no entorno do DF	0,04%
Programa Modernizar	0,04%
Prosseguir	0,04%
Avançar	0,09%
Atualizar gabinetes	0,04%
Grupo de apoio aos magistrados	0,02%
Meta 2	0,02%
Racionalização das exec. fiscais	0,04%
Mutirão do Júri	0,00%
Turmas recursais	0,00%
Meta 2	**5,30%**
Varas criminais no entorno do DF	0,65%
Programa Modernizar	0,65%
Prosseguir	0,65%
Avançar	1,29%
Atualizar gabinetes	0,65%
Grupo de apoio aos magistrados	0,32%
Meta 2	0,32%
Racionalização das exec. fiscais	0,65%
Mutirão do Júri	0,06%
Turmas recursais	0,06%
Meta 3	**4,64%**
Conciliação Pré-processual	2,09%
Conciliação na Soc. - Show da Paz	0,42%
Conciliação na Soc. - Mediação Escolar	0,04%
Semanas de Conciliação	2,09%
Meta 4	**1,92%**
Efetividade da reg. das un de atendimento	1,28%
Equipes multidisciplinares	0,64%
Objetivo Estratégico 2	**2,88%**
Meta 5	**2,88%**
Melhoria da satisfação dos usuários da justiça	1,44%
Modernização dos arquivos judiciais	1,44%
Objetivo Estratégico 3	**12,25%**
Meta 6	**12,25%**
Justiça Educacional	10,54%
Audiência pública	1,23%
Carta de Serviços ao Cidadão	0,49%

Objetivo Estratégico 4	**7,17%**
Meta 7	**3,94%**
Justiça Terapêutica no Interior	1,01%
Coord. Interdisciplinar Forense	1,01%
Coleta Seletiva e Dest. de Resíduos	1,01%
TI Verde	0,10%
Pai Presente	0,51%
Justiça Plena	0,10%
Coord. das Mulheres em SVDF	0,20%
Meta 8	**3,23%**
Redução do Consumo de Água	0,52%
Redução de Consumo de Energia	0,52%
Redução de Consumo de Papel A4	1,04%
VOIP no TJGO e Comarcas	0,52%
Frota de Veículos	0,52%
Software para Gestão de Impressão	0,10%
Objetivo Estratégico 5	**4,09%**
Meta 9	**4,09%**
Implantação de Sis.Gestão Estrat.	2,04%
Conexão Estratégica	2,04%
Objetivo Estratégico 6	**33,61%**
Meta 10	**19,07%**
Naras criminais no entorno do DF	1,72%
Programa Modernizar	1,72%
Prosseguir	1,72%
Avançar	3,44%
Atualizar gabinetes	1,72%
Grupo de apoio aos magistrados	0,86%
Meta 2	0,86%
Racionalização das exec. fiscais	1,72%
Mutirão do Júri	0,17%
Sistema audiovisual	1,72%
Videoconferência varas criminais	1,72%
Melhoria do Projudi	1,72%
Meta 11	**6,87%**
Sistema de Execução Penal Digital	1,37%
Implantação do Malote Digital	0,69%
Plano de Gestão em Varas Criminais e Execução Penal do CNJ	1,37%
Competência em Execução Penal	3,43%
Meta 12	**3,41%**
Programa da Qualidade no TJ	3,41%

Meta 13	**4,26%**
Processo Administrativo Digital	2,13%
Melhoria do Sistema de Gestão	2,13%
Objetivo Estratégico 7	**6,66%**
Meta 14	**6,66%**
Estacionamento	0,21%
Encontros de integração	1,07%
Programa Bem Viver Bem Trabalhar	2,15%
Regulamentação do horário	1,07%
Adequação do quadro	2,15%
Objetivo Estratégico 8	**10,14%**
Meta 15	**10,14%**
Plano de Capacitação	4,05%
Educação a Distância	4,05%
Gestão por Competências	0,00%
Democratização do conhecimento	2,03%
Objetivo Estratégico 9	**4,28%**
Meta 16	**4,28%**
Fórum Cível da Comarca de Goiânia	0,20%
Projetos de construção de Fóruns	2,04%
Projeto de Reformas	2,04%
Objetivo Estratégico 10	**2,81%**
Meta 17	**2,81%**
PETIC – Comitê de Política de Segurança	0,23%
PETIC – Central de Serviços	0,23%
PETIC – Escritório de Projetos	0,47%
PETIC – Procedimento de Aquisição de TI	0,23%
PETIC – Desenvolvimento de Software	0,23%
Implantação da Governança de TI	0,23%
Aq. de Computadores, Software Treinamento	0,23%
Aquisição de Licenças e Suporte (Zimbra)	0,12%
Disponibilização de Recursos Tecnológicos	0,12%
Melhoria de Links, Rede via Rádio	0,12%
Rede sem fio – TJGO	0,23%
Renovação e ampliação de ativos de rede	0,23%
Conexão Estratégica: quem conhece multiplica	0,12%
Objetivo Estratégico 11	**3,89%**
Meta 18	**3,89%**
Conexão Estratégica: quem conhece multiplica	3,25%
Selo Eletrônico	0,6%

Da análise de esforço das gestões, verifica-se que os projetos contribuem de forma diferenciada para o alcance dos objetivos propostos, o que reforça a necessidade de priorização de ações para o alcance dos resultados desejados. Da Gestão 2009/2011 destaca-se o Programa Atualizar, responsável por 24,4% do resultado do plano estratégico. Da Gestão 2011/2013, destaca-se o projeto Justiça Educacional, com uma contribuição de 10,5% da realização do plano.

Ao analisar a distribuição do esforço por objetivo estratégico, percebe-se que a Gestão 2011/2013 propiciou uma melhor distribuição dos recursos ao proporcionar um maior equilíbrio, verificado pelo desempenho obtido na análise de esforço. O quadro a seguir ilustra os resultados obtidos.

ESFORÇO EMPREENDIDO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	GESTÃO 2009/2011	GESTÃO 2011/2013	GERAL
OE 1	44,87%	12,2%	28,5%
OE 2	4,35%	2,9%	3,6%
OE 3	3,55%	12,3%	7,9%
OE 4	0,71%	7,2%	3,9%
OE 5	8,45%	4,1%	6,3%
OE 6	7,90%	33,6%	20,8%
OE 7	5,23%	6,7%	5,9%
OE 8	6,99%	10,1%	8,6%
OE 9	7,56%	4,3%	5,9%
OE 10	3,46%	2,8%	3,1%
OE 11	6,93%	3,9%	5,4%

Da análise de esforço empreendida durante a vigência do Plano Estratégico, verifica-se um forte investimento do TJGO, nas duas gestões, na melhoria da prestação jurisdicional (Objetivo Estratégico 1) e também na padronização e otimização das rotinas de trabalho (Objetivo Estratégico 6). O investimento realizado significa a busca por uma maior eficiência, fazendo frente ao crescente ingresso de ações judiciais.

Na esteira dos investimentos em eficiência, encontram-se o desempenho atrelado à busca de uma melhor comunicação do Judiciário com a sociedade (Objetivo Estratégico 3), acompanhado de significativos investimentos no capital humano (Objetivos Estratégicos 7 e 8), pois são as pessoas as responsáveis pelas realizações da instituição.

Por outro lado, é necessário um maior investimento em tecnologia da informação (Objetivo Estratégico 10), na melhoria da imagem do Poder Judiciário (Objetivo Estratégico 2) e em ações efetivas de responsabilidade social e ambiental (Objetivo Estratégico 4).

As análises seguintes do cumprimento da Missão Institucional e da Visão de Futuro indicam o cumprimento dos objetivos estratégicos, em seu contexto global

MISSÃO INSTITUCIONAL

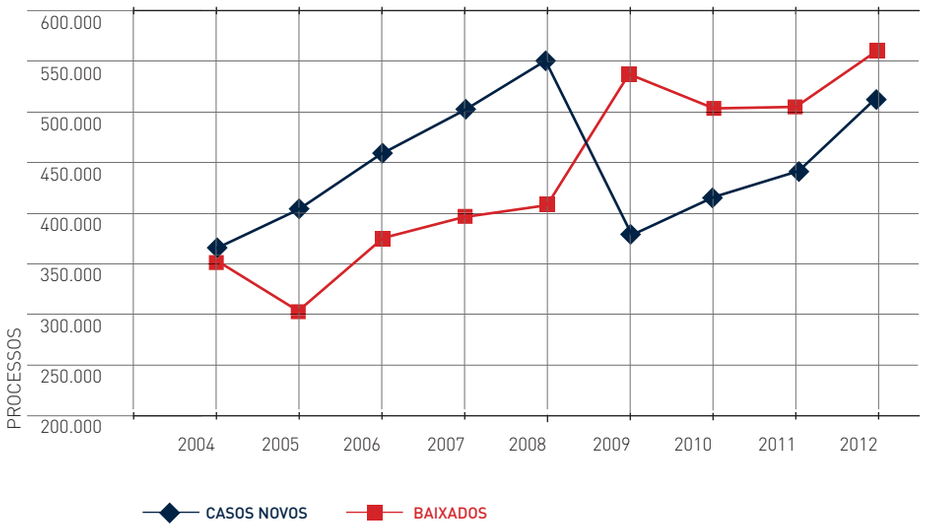
A missão institucional corresponde ao que a organização se propõe a fazer e para quem. A missão do Tribunal de Justiça é:

"Realizar justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito, a dignidade e a cidadania."

O TJGO envida todos os esforços para que sua missão institucional possa ser praticada todos os dias. O maior desafio de todos os Tribunais é garantir uma prestação de serviço mais ágil ao jurisdicionado e, nesse sentido, o Tribunal goiano está se destacando. A principal medida de desempenho que demonstra o caminhar neste sentido se refere ao tamanho do acervo pendente de julgamento, com a seguinte lógica: menos processos pendentes, justiça mais célere.

Ainda que o volume de casos novos que ingressam no Judiciário seja crescente ao longo do tempo, o TJGO consegue, sistematicamente, baixar mais processos que o quantitativo de entrada, reduzindo o acervo de processos pendentes, conforme gráfico a seguir.

EVOLUÇÃO - CASOS NOVOS X BAIXADOS



A análise da figura permite verificar que a tendência é de crescimento, tanto para os casos novos, quanto para os processos baixados. Porém, após 2009 foi verificada uma inversão, em que o volume de processos baixados passou a ser superior ao volume de casos novos. Enquanto isso ocorrer, a carga de trabalho (processos por magistrado) também reduzirá, propiciando ao julgador mais tempo para analisar cada demanda. Os resultados mostram que ações adotadas pelo TJGO, pelo seu corpo de magistrados e servidores, são eficazes e eficientes para realizar Justiça a toda a sociedade goiana.

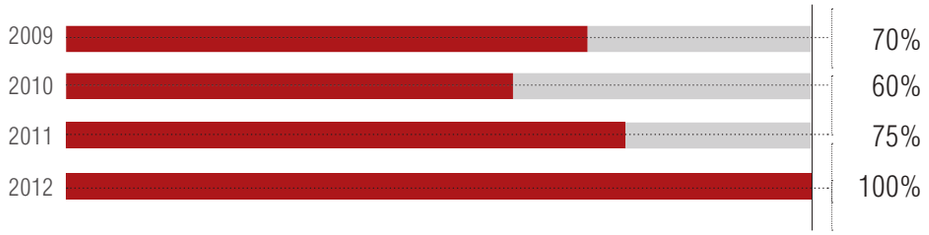
VISÃO INSTITUCIONAL

A visão de futuro é a expressão do estado futuro desejado pela organização, em um dado horizonte de tempo. A visão do Tribunal de Justiça é:

"Ser referência no cenário nacional como padrão de excelência nos serviços prestados à sociedade para realização da justiça."

O TJGO busca ser uma referência nacional. Para poder avaliar o grau de cumprimento da Visão de Futuro se faz necessária a comparação de desempenho com outros Tribunais. Porém, tal avaliação deve ser pautada em medidas comuns a todas as instituições.

GRAU DE CUMPRIMENTO NAS METAS NACIONAIS



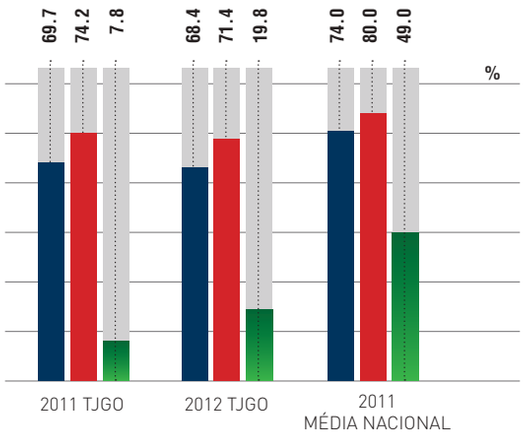
Portanto, foram utilizados os resultados de cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo CNJ, bem como os resultados dos principais indicadores de litigiosidade da publicação Justiça em Números, também publicados pelo Conselho Nacional.

A figura mostra o grau de cumprimento alcançado pelo TJGO, nas metas estabelecidas pelo CNJ. Pela primeira vez, todas as metas estabelecidas pelo Conselho foram, em 2012, integralmente cumpridas. A proatividade do TJGO no desenvolvimento de ações de melhoria nos serviços oferecidos é confirmada, quando o Tribunal goiano se antecipa às metas estabelecidas, já oferecendo soluções para os problemas apontados.

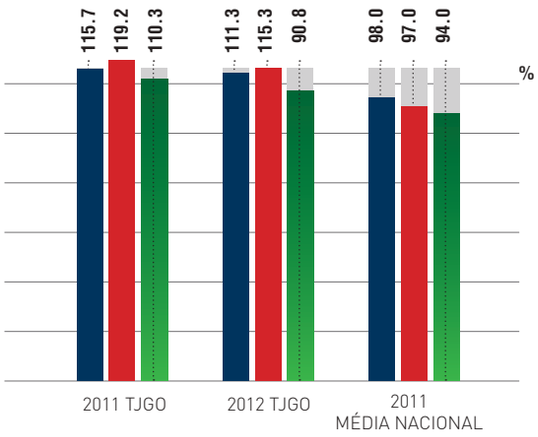
Ao considerarmos as duas principais medidas de desempenho sobre litigiosidade, taxa de congestionamento e o índice de eficiência (relação entre baixados e casos novos), verifica-se que o desempenho do TJGO é superior à média nacional, quando comparado com os demais Tribunais Estaduais.

Diante das informações oferecidas, pode-se afirmar que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ainda tem um longo caminho a percorrer para garantir um padrão de excelência nos serviços que presta à sociedade. Todavia, o esforço empenhado na busca deste padrão de excelência tem posicionado o TJGO como referência, não apenas entre os Tribunais de porte médio, mas entre todos os Tribunais Estaduais. Tal conclusão é respaldada pelas publicações do Conselho Nacional de Justiça que, constantemente, avalia os Tribunais brasileiros.

TAXA DE CONGESTIONAMENTO



ÍNDICE DE EFICIÊNCIA



GERAL 1 º GRAU 2º GRAU

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de desempenho demonstrado neste Relatório de Gestão aponta o final do 2º ciclo do Plano Estratégico, e os índices obtidos demonstram um bom avanço institucional.

Não foi fácil descobrir a fórmula que pudesse trazer bons resultados, porém, durante a execução do Plano Estratégico, num processo de melhoria contínua, percebe-se que a busca pela Visão Institucional é permitida pelo alinhamento de fatores basilares como: Priorização e Planejamento de Projetos, Disponibilização de Recursos Humanos, Financeiros e Tecnológicos, Gestão de Pessoas e Monitoramento Contínuo das ações e resultados.

Pode-se dizer que não há fator que seja mais importante, todavia evidencia-se que a vontade de fazer, de mudar, de inovar advém da disponibilização dos recursos humanos e gestão de pessoas. Assim, destaca-se que o grande investimento realizado na preparação dos magistrados e servidores gerará frutos que permitirão sermos referência no cenário nacional.

O respeito dado ao Plano Estratégico nos diz que o Tribunal de Justiça de Goiás já está sensibilizado e convicto de que os métodos utilizados de Gestão Estratégica são adequados para levar a instituição para onde a sociedade espera, com a oferta de um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, resguardando a todos o direito, a dignidade e a cidadania.

Uma nova fase do ciclo se iniciará, um novo planejamento será delineado, novos caminhos serão traçados, e o relatório de gestão do Biênio norteará esta jornada ,pois identifica pontos positivos e por que não dizer os negativos, que serão vistos não como fracassos, mas como experiências a serem transformadas em sucesso como lições aprendidas.

A cada novo ciclo a dificuldade aumentará, pois seremos mais ousados, e os níveis de excelência mais exigidos, demandando de todos os integrantes do Poder Judiciário um maior esforço e comprometimento. Este será, pois, nosso desafio: "Sermos sempre melhores".

Janeiro de 2013.

Vivian Borim Borges Moreira
Secretária de Gestão Estratégica

Realização
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO
Secretaria de Gestão Estratégica - SGE

Administração
Desembargador Leobino Valente Chaves

Coordenação Geral
Vivian Borim Borges Moreira

Coordenação de Criação e Arte
Édna Sardinha

Textos
Elizabeth Álvares da Silva Dutra Morisson
Fernanda Alves Ferreira de Araújo
Jaquelline Martins e Silva
José Gomes de Souza Filho
Lucelma Messias de Jesus
Léia Maria da Silva
Luís Maurício Bessa Scartezini
Mislene Medrado de Oliveira
Nicole Menezes Nery
Sandra Fleury Nogueira

Revisão de Textos
Ângela Jungmann
Paranahyba Santana

Projeto Gráfico e diagramação
Abigail Salvador Ltda.
Wendel Reis

Repórteres fotográficos
Aline Caetano
Hernany César
Wagner Soares

Fontes de informações
Diretores da Secretaria do Tribunal de Justiça
Assessores Setoriais de Planejamento

tribunal
de justiça
do estado de goiás

www.tjgo.jus.br/planoestrategico

Secretaria de
Gestão Estratégica

Edifício Anexo I - Tribunal de Justiça
Rua 19 Qd. 08, Lt. 06, Sl. 701- Setor Oeste
Goiânia GO, 74.210-100
(62) 3236.2470 | sge@tjgo.jus.br